

<sup>221</sup> Por ex. A. BRAAMCAMP FREIRE no *Archivo*, VII, p. 411, nota 27. No sumário que posteriormente publicou no vol. VIII, p. 161, nota 54, bem podem vêr todos que tenho razão com a minha negativa.

<sup>222</sup> *Reservados n.º 157, vermelho.*

<sup>223</sup> Em 1870, ao escrever o seu *Gil Vicente* (p. 191 e seg.), T. BRAGA serviu-se do exemplar que meu marido acabava de adquirir em Lisboa. Evitou, por isso, os êrros cometidos pelos antecessores; mas infelizmente cometeu alguns por sua conta. Na nova elaboração da obra (1894), não introduziu rectificações (p. 255). Portanto julgo que não recorreu ao exemplar guardado na Biblioteca Nacional.

<sup>224</sup> Sem falar de *heinc* (1) e *saleis* (8), arcaísmos de que RESENDE se fez propagador, notarei em SEVERIM: v. 1 a falta de *magno* de sorte que o verso, privado de duas sílabas, claudica; v. 4 *praestringere*; v. 10 *pulpitu*. Em BARBOSA MACHADO há os mesmos três êrros, e além disso: 10 *reliquos*; 11 *digito*. GOMES MONTEIRO apresenta todos os de BARBOSA MACHADO; só substituiu *praestringere* por *perstringere* e juntou mais: 6 *Grecia*; 8 *Plautina*; 10 *inter*, seguido de vírgula; 11 *meruere*. A êle encostaram-se todos os restantes, (inclusive MENENDEZ Y PELAYO na *Antologia*, VII, p. 220); só T. BRAGA corrigiu todos, conforme já disse. Os novos que introduziu são: 1 *e* (por *è* = *est*); 5 *omni*; 9 *jactarent*, e *utriusque*.

<sup>225</sup> BEZOLD, que dedicou um capítulo (VII) à Dinamarca, reproduziu as feições de Cristiano II (p. 617).

Recentemente se publicou na sua pátria um romance histórico sobre o rei Cristiano e seu tempo. Li a tradução alemã de Julia Koppel: *Des Königs Fall, Roman aus der Hansazeit* von Joh. von Jensen (1912).

<sup>226</sup> A carta que reproduzo, mostra bem o que Carlos V pensava de Cristiano II. Em outra, escrita quando tratou de casar as filhas, não foi menos severo com êle. (*Korrespondenz*, n.º 363).

<sup>227</sup> *Korrespondenz*, n.º 288.

<sup>228</sup> *Ib.*, n.ºs 362 e 363. Em vão D. Maria alegou a pouca idade e pouco desenvolvimento físico da princezinha.—Ela viuou em 1535 (Vid. Carta 414). Posteriormente casou com o Duque Francisco de Lorrena.

<sup>229</sup> *Ib.*, n.ºs 394, 395 e 404.

<sup>230</sup> Pedro Afan (talvez *de Ribera*?), e Sperato Martiano Ferreira, como já dei-xei dito.

<sup>231</sup> *Maiestas aulica mores longe alios poscit quam quos Parnassia rupes.*

<sup>232</sup> Não averigüei quem fosse. BEZOLD refere-se de passagem ao médico assistente do Imperador, um italiano, galardoado com o bispado de Tuy, correspondente e admirador de ERASMO, a quem ainda assim atribuía *in petto* os mais violentos panfletos luteranos.

<sup>233</sup> Leio *Cifre*, que mal póde ser abreviatura de *Cifuentes* (o Grande de Hespanha que em Évora tomou parte nas festas do príncipe D. Afonso, e em 1521 nas da Infanta D. Beatriz). Esse foi logo depois da Dieta de Ratisbona a Roma como embaixador.

<sup>234</sup> O DOUTOR LUÍS LOBERA DE AVILA (*Abulense*, como se lê na nota marginal de RESENDE) escreveu seis volumes de medicina em castelhano: um *Vergel* de Sani-dade em que trata de higiene e dieta; um livro de remédios; outro da peste; outro de doenças infantis, etc. etc. Vid. Salvá, n.ºs 2715-2719.

<sup>235</sup> Em 1535 RESENDE escreveu outra epístola sobre o mesmo assunto e com o mesmo título a DAMIÃO DE GOES, queixando-se (cheio de ciúmes de Jorge Coelho que prosperava na côrte), da pouca aceitação e nenhuma estimação que os poétas têm junto aos reis, invectivando em especial os Legistas que aparentemente haviam

dissuadido D. João III do plano de ouvir lições suas de humanidades e filosofia. Vid. *Archivo Historico Português*, vol. VIII, p. 68, e VII, p. 362 e 400, nota 13.

<sup>236</sup> L. Resendus eidem Sperato Martiano Ferrariæ ad bellum turcicum venienti: *Dum fera Pannonicæ iuratus bella Viennæ.*

*Eidem, a Cæsare sacramentis militaribus obstricto: Quo te Pannonici cupido belli.*

Não foram reimpressos em 1600. Cf. *Anotação* 179 e *Archivo*, VII, p. 414 e 409, nota 25.

<sup>237</sup> A particula *de*, empregada por historiadores modernos, não está nos documentos antigos. Sômente Pedro (ou Pero) Mazcarenhas.

<sup>238</sup> Quanto á biografia do Capitão dos Ginetes, vid. A. BRAAMCAMP FREIRE, *Sepulturas do Espinheiro*, p. 2-4; GARCIA DE RESENDE, *Vida e Feytos de D. João II*, cap. 6 e 13. — No *Cancioneiro Geral* figura apenas nos *Porquês de Setubal*, como um dos apodados. (Vol. III, p. 241). Lá o designam com o epíteto de *feroz*.

<sup>239</sup> RESENDE diz:

*Non vidi dulcius unquam  
Ingenium nec come magis; mirabere forsan  
Mi Sperate, virum, crudo qui Marte iuventam  
Hauserat in Libyë, suetus Nasamona ferire  
Doctus Hamascobium celerem superare, palestra  
Esse adeo Musarum aptum.*

E atribue ambas as qualidades opostas (*nobile robur e natureza benigna*) á estirpe antiga. Vid. LEITÃO FERREIRA, *Archivo*, VII, p. 345-352 e 409-415.

<sup>240</sup> Vid. GARCIA DE RESENDE, *Ida da Infante D. Beatriz para Saboia*.

<sup>241</sup> A respeito da Jornada ou Campanha de Ungria, e do subsídio com que D. João III auxiliou o Emperador, vid. *Corpo Diplomatico, Relações com a Curia Romana*, Lisboa, 1862-1864, vol. II, p. 401 e seg.

<sup>242</sup> As cartas officiaes de Mascarenhas, relativas a esse período, conservadas parte na Torre do Tombo, parte na Biblioteca da Ajuda, foram publicadas na obra citada na *Anotação* anterior, vol. III e IV, ambos prefaciados por L. A. REBELLO DA SILVA. Muitas já tinham sido aproveitadas por HERCULANO na *Historia da Inquisição*.

<sup>243</sup> *Quatro Diálogos da Pintura* (ed. de J. DE VASCONCELOS, Viena de Austria, p. 198). Nas obras históricas da Colecção Oncken ha varios retratos do Papa Paulo III. Por exemplo o de Agostinho de Veneza em Philippon, *Westeuropa im Zeitalter von Philipp II, Elisabeth und Heinrich IV* (p. 72); e o muito característico de F. Hulsius, em BEZOLD (p. 665). Os desenhos de Holanda sairão breve em reprodução italiana, promovida por Pellizzari.

<sup>244</sup> COUTO, *Decada VII*, liv. I, cap. 12, e *Decada V*, liv. 8, cap. 1. — Não devemos confundir o discípulo de RESENDE com seu homónimo e sobrinho, o das diferenças com Lopo Vaz de Sampaio.

<sup>245</sup> Vid. J. PAQUIER, *Jérôme Aléandre, de sa naissance à la fin de son séjour à Brindes: 1480-1529* (Paris, 1900), com retrato e fac-simile; HAUSRATH, *Aleander und Luther auf dem Reichstag zu Worms* (Berlim, 1897). — Os despachos de Worms foram publicados por BALAN, *Monumenta ref. Luth.* (Ratisbona, 1884) e traduzidos por KALKOFF (Halle, 1886). Os relatórios das suas nunciaturas foram editados por Friedensberg (Gotha, 1893). Na obra de HUGO LAEMMER, acima citada, ha amostras valiosas da actividade do Legado. E não ha história alguma da Reforma, ou relativa a qualquer das figuras primaciaes em que ele não figure, ao lado de MARINO CARRACCIOLI que, segundo a opinião geral, conseguia mais por ser mais prudente

que ALEANDRO. — Aos títulos das obras de BEZOLD e de GRISAR junte-se o do predecessor L. HEUSSER, *Geschichte des Zeitalters der Reformation: 1517-1648*, também da Colecção Oncken (Berlin, 1868), e L. VON PASTOR, *Geschichte der Päpste seit dem Ausgang des Mittelalters*, Freiburg, Herder, 5 vol., assim como *Inedita historiam Pontificum Romanorum illustrantia*; e JANSSEN-PASTOR, *Geschichte des deutschen Volkes* (até hoje 8 vol. da mesma casa editora).

<sup>246</sup> O título da sua gramática, que entre 1512 e 1546 teve numerosas edições, sendo suplantada depois pela de CLENARDO, é: *Hieronymi Aleandri Mottensis tabula sane quam utiles græcarum musarum adyta compendio ingredi cupientibus*.

<sup>247</sup> Paris, 1512. — Claro que muitos eruditos lhe dedicaram obras importantes; por exemplo, JOSSE BADE VAN ASSCHE, as suas *Vitæ Plutarchi*.

<sup>248</sup> Das *Institutiones in Linguam græcam* (Lovan., 1530) houve perto de 200 edições. Algumas apareceram em Coimbra. As *Meditationes græcanicæ* (Lovan., 1531), tiveram umas quarenta no século XVI.

<sup>249</sup> ALEANDRO esteve na acção de Pavia, onde foi feito prisioneiro, e também no Saque de Roma.

<sup>250</sup> DAVID F. STRAUSS, *Ulrich von Hutten* (Bonn, 1895). — As famigeradas *Cartas dos Obscurantistas*, cujo livro I apareceu em 1515, seguido do II em 1517 e posteriormente de um III, na aparência relativas ao grande hebraísta REUCHLIN e suas controvérsias com os Dominicanos de Colónia, são, de facto, rudíssimas sátiras anti-monásticas e anti-escolásticas, em latim intencionalmente bárbaro. Anónimas, foram atribuídas a diversos: REUCHLEN, ERASMO, HUTTEN, mas não aprovadas pelo Reformador. Hoje está demonstrado como muito provável, serem na maioria, de CROTUS RUBEANUS.

<sup>251</sup> Em defesa do condenado, ULRICO publicou, logo depois da *Dieta*, uma folha volante impetuossíssima contra ALEANDRO e seu companheiro: *Ulrichi ab Hutten, eq[uitis] Germ[ani] in Hieron[ymum] Aleandrum et Marinum Caracciolum Oratores Leonis X apud Vormaciam Invektivæ singulae. In Cardinales, Episcopos et sacerdotes, Lutherum Vormaciæ oppugnanteis Invektivæ. Ad Carolum Imp[eratore]m] pro Luthero Exhortatoria*. O passo mais conhecido de ALEANDRO pela sua virulencia encontra-se na *Weltgeschichte* de SCHLOSSER, vol. IX, p. 370. Quanto a LUTERO e à sua propensão de trovejar, abusando de palavras injuriosas, e ás réplicas dos adversários, vid. GRISAR, cap. XXVI.

<sup>252</sup> É sabido que na *Dieta* de Vormácia a condenação de LUTERO só se conseguiu a 26 de maio, depois de muitos dos príncipes germânicos que haviam de votar, já estarem longe, sendo por isso o documento antedatado (8 de maio).

<sup>253</sup> Sirvo-me da ed. de Londres (1722) das Cartas de ERASMO: *Epistolarum D. Erasmi Roteradami Libri XXXI*, in-folio de 2146 colunas. Nela ha referências importantes a ALEANDRO a p. 949, 761, 768, 1021, 1948, etc.

<sup>254</sup> GRISAR, *Luther*, passim; por exemplo, p. 457 e 538.

<sup>255</sup> O prolóquio popular dizia: *Erasmus posuit* (var. *peperit*) *ova, Lutherus exclusit*. — Entre os restantes relativos ao Sábio de Rotterdam, notem-se: *Erasmus est pater Lutheri*. — *Ubi Erasmus innuit* (= aludiu), *illic Lutherus irruit* (= invadiu). — *Lutherus, Zwinglius, Oecolampadius et Erasmus sunt milites Pilati qui crucifixerunt Iesum*. Além disso os adversários inventaram explicações burlescas do seu nome, lendo: *Eras mus*, e interpretando: *não és senão um ratinho roedor*, com alusão ao corpo franzino e à acção crítica do humanista; ou também *Errasmus*, como derivado de *errar*. Os admiradores, esses, pelo contrário, replicaram: *Quem não ama a Erasmo, ou é frade ou é asno*. Seguramente o provérbio

não é português, mas apenas tradução de um original latino, usado lá fóra. Não procurei as origens.

<sup>256</sup> Em 1524, ERASMO, instigado de há muito pelos seus admiradores ortodoxos, publicou a *Diatribé De Libero Arbitrio*, contra o determinismo (quasi peninsularmente fatalista) de LUTERO e as suas teorias de *Sola Fides*, à qual o Reformador respondeu com o opúsculo *De servo arbitrio*. Então ERASMO replicou apaixonadamente no seu *Hyperaspistes* (de ὑπερασπιστῶ = cubrir com o escudo, defendér). — Ulteriormente houve nova polémica entre os dois, de 1534 a 1536. Vid. GRISAR, cap. xiv e cap. xxiii, vol. I, p. 527-556, e vol. II, p. 522-534. A p. 447 cita a literatura relativa à primeira polémica.

<sup>257</sup> *Nunquam ero magister erroris neque dux tumultus.*

<sup>258</sup> Ed. de Londres, c. 1862.

<sup>259</sup> Entre os mais conhecidos correspondentes comuns de GOES, RESENDE e ERASMO, distinguem-se, por exemplo, CLAREANO e BEATO RHENANO. — GOES, o viajante diplomata, tratou também com MELANCHTHON, com AMERBACH, PIRCKHEIMER e com DURER, que admirava ERASMO como cavaleiro de Cristo e amava LUTERO como centro da Germânia.

<sup>260</sup> Vid. JOAQUIM DE VASCONCELOS, *Damião de Goes*, Porto, 1897; *Goësiana*, Porto, 1869, e *Cartas de Goes*. Nessa obra, ainda incompleta, as Cartas 49 e 61 são de DAMIÃO a ERASMO; as 41-48 e 62, de ERASMO a GOES; a 56 é de ERASMO a RESENDE. — Cfr. T. BRAGA, *Historia da Universidade*, p. 375.

<sup>261</sup> Na Carta 44, ERASMO recomenda a GOES abstenção de questões sectárias: *Consultissimum est ut de sectis neque bene neque male loquaris quasi ista non cures neque intelligas.* — A RESENDE também, cuja veia satírica apreciava mas temia, recomendara igualmente, desde o princípio, que se dedicasse ás Musas, exclusivamente: *Tu te Musis delecta.*

<sup>262</sup> Quanto a esse panegírico de ERASMO, de perto de 400 hexâmetros, vid. *Arquivo Histórico Português*, vol. VII, p. 345, 401 seg. e 406 seg. — Foi reimpresso na ed. de Colonia, p. 26-42. — Creio que com o *Encomium*, ou pouco depois, enviou a ERASMO, por mãos de GOELENIO, o poema *Adversus Stolidos Politioris Literaturæ oblatratores*. Em manuscrito? ou já impresso na própria Basileia em casa de Froben? Ás vezes imagino que o *Encomium* e *Adversus Stolidos* sejam a mesma obra. — Oxalá consiga ver um exemplar da raríssima impressão de 1531.

<sup>263</sup> Impressa na grande edição das Obras de ERASMO, de Lugd. Batavorum, 1703-1706 (10 vol.), onde está no vol. III, 1406. — Cfr. ed. de Londres, c. 1467, e GOES, 1544 (= Cartas, n.º 56).

<sup>264</sup> *Suspīcor tamen arcanam quāmpiam esse geniorum nostrorum cognitionem quæ nos conciliat.* A GOES, o qual a princípio acolhera com certa frieza, mas em cuja convivência se deleitou afinal (vid. Carta 45), dizia pouco depois (Carta 41): *Quam facile conciliantur cognata ingenia!* — Na mesma (primeira e única) das Cartas de ERASMO a RESENDE está também o vaticínio conhecido sobre o reino da Estupidez que se ia preparando: «Já houve o império dos Assírios, Gregos, Medas e Romanos: que maravilha se Deus ordenasse agora novo império de frades ou parvos?». *Fuit olim regnum Assyriorum, Græcorum, Medorum, Romanorum; quid si deus aliquis nunc velit esse regnum monachorum aut stultorum?*

<sup>265</sup> Essa carta está perdida. Sabemos dela por algumas referências contidas na (62) de ERASMO a GOES, de 11 de março de 1534 (ed. de J. DE VASCONCELOS, p. 110).

<sup>266</sup> Na *Historia da Universidade*, p. 377, nota, lê-se: *porque faria uma fabula motoria*, o que não dá sentido. Talvez mera gralha por *fazia*. Cfr. *Anotação* 204

<sup>267</sup> No elogio dos Humanistas, feito nesse admiravel discurso a favor dos estudos clássicos, RESENDE chama a ERASMO *acerrimi vir iudicii alterque nostri seculi iudicandis scriptoribus Aristarchus*.

<sup>268</sup> Vid. Ed. de 1600, p. 50, 54 e 55; e das Cartas de CLENARDO, na ed. de J. DE VASCONCELOS OS n.º XXI e XXII. Cfr. *Archivo Historico Portugués*, VII, p. 345; 355-57; 363-366.

<sup>269</sup> Vid. GOES, n.º 46 (p. 79) onde diz, a 18 de agosto de 1535: *Resendum nihil scribere demiror: suspicor illi præclaram aliquam dignitatem obtigisse*. E novamente a 15 de dezembro: *De Resendo non possum satis mirari. Valeat ille tam rustice ingratus* (n.º 47, p. 83).

<sup>270</sup> O historiador de D. Manuel que, novo ainda, assistiu p. ex. às festas da Infanta D. Beatriz, nunca citou, que eu saiba, o nome do dramaturgo português cujo génio as abrilhantou. Nunca... a não ser no seu *Nobiliário* (inédito) onde, segundo a lenda, o dá por Mestre de retórica de D. Manuel (!)—notícia que eu muito desejava ver confirmada ou anulada, antes de me ocupar dos conhecimentos humanísticos de GIL VICENTE.

<sup>271</sup> Eis o que diz: «Tão largamente se estendeu a fama do seu talento poético que sahindo do continente de Espanha estimulou a ERASMO ROTERODAMO, celebre filologo, a aprender a lingua portuguesa para penetrar as agudezas que estavam occultas em as Obras de GIL VICENTE; e depouys que as leyo, confessou ingenuamente que nenhum poeta mais exactamente como elle (*sic*) imitara o estilo de PLAUTO e TERCENCO».

<sup>272</sup> Eis uma amostra, que documenta que os autores germânicos nada acrescentaram ao conto: «Erasmus von Rotterdam erklärte den Dichter für den ersten Dramatiker seiner Zeit, nannte ihn den portugiesischen Plautus, und lernte portugiesisch um seine Werke im Original zu lesen». (Von Schack I, 161; Cfr. Rapp., p. 338; F. WOLF; e BOUTERWEK, p. 90).

<sup>273</sup> Ignoro por que etimologia, discutivel, ele traduziu *Gerhard* com *Desiderius*, de *desiderare* e com *Erasmus* (de *ἐραω* amar). Em todo o caso, esse exemplo deve ser acrescentado aos que citei no artigo *Lucius Andreas Resendius Lusitanus*.

<sup>274</sup> Não ha que duvidar. Todos os seus biógrafos o confirmam. Ouçamos um que diz: Dez anos viveu em França e Inglaterra (em Paris, Londres e Oxonia). Apesar disso não se transformou nem em Inglês, nem em Francês. As linguas de ambos os países eram para ele tam seladas ou cerradas como o alemão. *Zehn Jhare lang gehörte er nun, der Niederländer, Frankreich und England, hier Paris, dort London und Oxford, an. Trotzdem ist er weder Engländer noch Französé geworden, die Sprache beider Völker blieb ihm fast ebenso verschlossen wie die deutsche*. Ludwig Geiger, *Renaissance und Humanismus in Italien und Deutschland*, Berlin, 1882, Kap. X.—Os biógrafos principais são os seguintes: STICHART, *E. v. R.* (Leipzig, 1870); EMERTON, *E. of R.* (London, 1899); AMIEL, *Un libre-penseur du XVI siècle*. (Paris, 1889). Recomendo o artigo de KAMMEL em *Allgemeine Deutsche Biographie*, vol. VI, p. 160-180; e os capítulos XXII e XXIII de GRISAR, *Luther*.

<sup>275</sup> GOES, Carta 47 (p. 83). Continúa *sed curabo vertendum*. Na Carta 62 serve-se da mesma fórmula com respeito a uma tradução para alemão.

<sup>276</sup> MENENDEZ Y PELAYO diz, com respeito à anecdota, com o seu bom-senso e bom-gosto usual: *Barbosa la consigna como tradicion y leyenda vaga. Erasmo no sabia el castellano, y dudo que conociera el portugues* (*Heterodoxos*, vol. II, p. 134).

<sup>277</sup> O notavel latinista JERONIMO CARDOSO dedicou também ao nascimento do

Príncipe um poema, com o mesmo título de *Genethliacum Emmanuelis Pueri*, impresso em 1561 como apêndice do seu livro *De monetis ponderibus, mensuris, etc.* (João Alvares).

<sup>278</sup> É o remate da inscrição principal que diz: «Johannes III, Emanuelis filius, Ferdinandi nepos; Eduardi pronep. Johannis I abnep. Portugal. et Alg. rex. affric. aethiop. arab. persic. Indi, ob felicem partum Catharinae reginae conjugis incomparabilis suscepto Emmanuele filio principi aram cum signis pos. dedicavitque anno MDXXXII. Divae Mariae virgini et Matri sac.».

<sup>279</sup> Vid. A. HAUPT, *Die Baukunst der Renaissance in Portugal* (Frankf. a. Main, 1890), passim. — Grav. 124-126.

<sup>280</sup> HAUPT duvida da identidade do Mestre Nicolas, que viera de França com João de Rouen, Jacques Longuin e Felipe Duarte, e do escultor a quem se deve o altar da Pena. Sem razão, a meu ver. Mas não sou competente para decidir a questão.

<sup>281</sup> *Mestre Nicolau Francês* ou *Nicolau Chatranez* não é desconhecido. O primeiro autor português que se referiu ao altar é DUARTE NUNES DE LEÃO. No cap. 23 da *Descrição de Portugal* gaba a «pedra preta finissima, que parece ebano, que se acha em Sintra e outra tão alva e lustrosa que parece hum camafeo» e continúa: «E dela se fez aquele excelente retavolo de N. S. da Pena de Sintra com todas as figuras de relevo por mão de Mestre Nicolau Francês, grande statuário». Cfr. L. M. DE VASCONCELOS, *Sítio de Lisboa*, p. 209; FARIA E SOUSA, *Europa Portuguesa*. Tratou dele, incompletamente embora, o CONDE DE RACZYNSKI em *Les Arts en Portugal*, p. 221, comunicando um documento da Torre dos pergaminhos que lhe fôra indicado pelo VISCONDE DE JUROMENHA, e é o recibo autógrafo, de 27 de junho de 1534, da quantia de 10\$000 réis, recebida por ordem do rei de Portugal. Cfr. *Dictionnaire*, p. 48; *Lettres*, p. 235 e 237. JUROMENHA, *Cintra Pinturesca*, p. 143; HAUPT I, p. 53, 84, 94 e 143; FRANCISCO DE HOLANDA, *Dialogos*, p. CXLVIII e 197.

<sup>282</sup> Em uma das suas cartas CLENARDO diz: *Vivit apud me Resendus et diu credo vivet; ita enim placuit regi*. No texto a que recorro, explica: *biennium hic egi convictor Archidiaconi Eborensis... Nomen est M. Johannes Parvus examinatoris illic (i. e. Parisiis in collegiis) officio quandoque functus nec ignarus nominis Aleandri*.

<sup>283</sup> Na margem da effigie é que se inscreveu a modo de moldura ou cartucha (*in morem circuli*) o oráculo aleandrino, pormenor que a meu ver obriga a pensar num desenho. Como o passo seja um tanto obscuro (o que é freqüente no estilo muito individual de CLENARDO) e não me agrada a versão francesa dos editores, transcrevo-o aqui. Citando a conversa que a esse respeito tivera com Chatranez repete: *excogitanda est (inquit) sententia aliqua praeclara quam margini insculpamus...* e depois de tratar da sentença escolhida para Parvo continúa: *Ad me venio cui tuum oraculum ita blanditur ut in circuli morem Clenardum ambire debuerit, haud alia profecto de causa quam ut intus animus tam generoso praecepto velut cancellis cohibitis, fores quoque authorem propositi sui utcumque testatum relinqueret mihi que sese omni modo Aleandri memoria ingereret*.

<sup>284</sup> Encontrada pelo último biógrafo de ALEANDRO (J. Pâquier), foi publicada por VICTOR CHAUVIN e ALPHONSO ROERSCH, professores um de Liège e outro de Gand, que já nos brindaram com um excelente estudo sobre *La vie et les travaux de Nicolas Clénard* (Bruxelles, 1900). O título do opúsculo em que transcrevem, traduzem e comentam a carta é *Une lettre inédite de Nicolas Clénard*. (Louvain, 1902). Não admira que não soubessem nada da actividade de Chatranez em Portugal, nem mesmo dêsse seu nome.

<sup>285</sup> Se não fosse tão extensa, dava aqui a versão portugueza. O estilo é humorístico e familiar, apesar de CLENARDO falar a um prelado tão severo e fanático como ALEANDRO, que, pelo que sabemos, não se deixou enternecer, nem realizou o pedido do ingénuo e tão simpático Flamengo.

<sup>286</sup> A data é de 26 de dezembro de 1536. Note-se que CLENARDO conta esse dia *postridie natalis Christi anno 1536*, pelo estilo novo, e não como segundo do ano novo. Vid. *Anotação* 192 e 193.

<sup>287</sup> *Diversabatur interea apud nos morbi occasione sculptor insignis Nicolaus Cantaranus*. — CLENARDO não se refere na carta a RESENDE. Ignoramos portanto se Chatranéz fez também o retrato do illustre Eborense. Este também nunca falou do insigne francês. Antiquario apaixonado, não se importava talvez muito com artes e artistas coévos? Contra essa insinuação falam todavia referências suas a Francisco de Holanda, o Apeles lusitano!

<sup>288</sup> Na Carta xvi, de Évora, de 3 de julho de 1535 a Vaseo, transmite-lhe saudações de Cantaravas (*sic*): *Cantaravas agit gratias et te salutat* (p. 49 da edição incompleta de J. DE VASCONCELLOS). Na XXX.<sup>a</sup> de 8 de setembro de 1587, de Braga, para onde seguiu o Infante, acompanhando-o também a Santiago de Compostela recomenda ao Arcediago lembranças para o artista: *Salutabis item M. Nicolaum Cantaranum* (p. 133). Na XXXIX.<sup>a</sup>, de fevereiro, 4 de dezembro de 1540, depois portanto de se haver despedido definitivamente do seu discípulo, manda novamente saudações a *Nicolau Cantareno* (p. 161) pelo Arcediago, já então promovido a Bispo de Cabo-Verde. Seria interessante averiguar quais obras o artista executou em Évora de 1534 a 1540, e talvez ulteriormente.

<sup>289</sup> Além dêsse *Genethliacon Emmanuelis Pueri*, ainda conheço varios poêmas paralelos sobre o nascimento de príncipes, como por ex. *Eduardi Principis Cambriae Genethliacon*, de Reinhold Wolf de 1514 (JEAN LELAND).

<sup>290</sup> É assim que interpreto, restringindo-o e interpretando-o, o patriótico exagero de SOUSA VITERBO e outros, que nos dizem que as estrondosas festas de Bruxelas foram ouvidas na Europa inteira.

<sup>291</sup> Vid. A. BRAAMCAMP FREIRE, *Sepulturas do Espinheiro*, p. 7 e seg.

<sup>292</sup> São palavras usadas na *Forma de auto* que D. CAETANO DE SOUSA copiou de uma miscelânea juntada pelo marquês de Castelo Rodrigo, e conservada (até o terremoto?) pelo CONDE DA ERICEIRA. Vid. *Hist. Geneal., Provas* III, p. 37, n.º 137.

<sup>293</sup> Vid. HERCULANO, *Inquisição*, livro III.

<sup>294</sup> Além do relatório publicado nas *Provas*, subsistem diversos outros, com as *Orações, o Juramento, a Procuração*, e os textos das *Côrtes*. Por ex., na Biblioteca Nacional de Paris, (*Fonds Portugais*, n.º 14, f. 160-175), que foi impresso pelo 4.º Visconde de Balsemão em Paris, 1832, segundo INOCENCIO DA SILVA, *Diccionario Bibliographico*, VII, 411. Outro há no *Cod. Alcob.*, 475 da Bibl. Nac. de Lisboa, descrito por GABRIEL PEREIRA (Coimbra, 1910), f. 40-45. Não há concordância entre os dois em todos os pormenores, se A. Morel-Fatio leu bem as datas indicadas no de Paris.

<sup>295</sup> Claro que, segundo o estilo nacional do relator, essas finas tapeçarias de ouro e seda eram as mais ricas «*que ha no mundo*!». Elas representavam a história de *S. João Bautista* e o *Bautismo de Cristo*. Feitas para o Arquiduque, foram compradas por D. Manuel e avaliadas em Flandres em quatro centos mil cruzados. É mais uma nota para a *História dos panos de ras em Portugal*, de que ha capítulos escritos, uns por JOAQUIM DE VASCONCELOS (*Revista de Guimarães*, XVII), outros por SOUSA VITERBO (Coimbra, 1902).

<sup>296</sup> Vid. *Diccionario Bibliographico*, III, 8 e IX, p. 343; III, p. 160 e II, p. 241. Nesses

artigos se vê quanto carecem de ser investigadas as vidas e a actividade dêsses eruditos.

<sup>297</sup> Como o príncipe D. Manuel morresse com menos de seis anos, provavelmente analfabeto, não se trata de mestres seus na *Nobreza Literária* de A. MARTINS BASTOS, Lisboa, 1854.

<sup>298</sup> *Carta que o Padre Frei João Soares, prêgador del rei D. João III, escreveu a Sua Alteza, de consolação sobre a morte do Príncipe D. Manuel, seu filho.* Inédita, existe em vários exemplares; p. ex. no *Cod. Alcobacence*, 475 da Biblioteca Nacional de Lisboa (f. 113 v.). Cfr. *Diccionario Bibliographico*, IV, p. 39, e BARBOSA MACHADO, II, 761.

<sup>299</sup> Já o citei no § 24. Vid. *Diccionario Bibliographico*, III, 226.

<sup>300</sup> A *Dedicatória* é nobre e sensata, como tudo quanto BARROS escreveu. No *Diálogo da língua*, conta, sem acrimónia, que o Príncipe já começára a ser ensinado por Frei João Soares, apesar dos seus próprios esforços (p. 207 da reimpressão de 1785). Quanto à *Gramática latina* de BARROS, descoberta há pouco em Lisboa, desconheço ainda os pormenores.

Aparentemente também o Dr. António Pinheiro (futuro bispo de Leiria e Miranda) já fôra nomeado ou indicado para o instruir nas línguas clássicas por um método fácil e directo. É o que resulta das Introduções de uma obra de FREI MARTINS CUEVA, *De corrupto docendi sermonis latini genere*. Pelo menos para quem leia sem critério. Nessa obra descrita no *Ensayo* de GALLARDO, n.º 1969, começada em Veneza em 1545, continuada em Bruges (1546), e impressa em Antuèrpia, 1550, o Castelhana elogia António Pinheiro, como mestre do Príncipe D. Felipe, filho de D. João III, ao qual a oferta. A meu ver, FREI MARTIM confundiu todavia D. Felipe, ao qual vira dedicadas as Gramáticas de BARROS, com o irmão mais novo, D. João, ainda não festejado publicamente, mas que viveu até janeiro de 1554. — Vid. *Nobreza Literária*, p. 128 (D. João) e 129, D. Felipe.

<sup>301</sup> O rapazinho mal chegara (como D. Manuel) a completar seis anos, quer nascesse a 25 de março, quer a 25 de maio, como penso, pois morreu a 29 de abril de 1539. Um Embaixador castelhano veio desanojar os reis, em maio. Vid. SANTAREM, *Quadro II*, 78.

<sup>302</sup> A *Memória* relativa a esse juramento e às côrtes de Almeirim, contida no manuscrito já citado da Bibl. Nac. de Paris, que proveio do espólio do Prior do Crato, foi publicada também pelo Visconde de Balsemão, juntamente com a relativa a D. Manuel. Morel-Fatio não dá essa notícia no *Catalogue des Manuscrits Portugais* (p. 251), ao tratar do n.º 14, fl. 176-192 v. Note-se que na *Oração*, recitada por D. Sancho de Noronha em Almeirim, já se elogia publicamente a «Santa Inquisição». Cf. *Diccionario Bibliographico*, VII, 197.

<sup>303</sup> Falei do Príncipe D. João e das obras que lhe foram dedicadas, no meu *SÁ DE MIRANDA*. Insuficientemente.

<sup>304</sup> Vid. BARBOSA MACHADO e INOCENCIO DA SILVA, quanto às obras. Frei João Soares viveu de 1507 a 1572.

<sup>305</sup> Vid. HERCULANO, *Inquisição*, livro IV (sobretudo vol. II, p. 215), e *Corpo Diplomatico*, vol. IV, *Introdução*.

<sup>306</sup> Não seria de admirar, se de algum feliz achado de documentos viesse a constar que GIL VICENTE, de alma profundamente religiosa, entrara na mocidade em qualquer ordem, de que saíu, sentindo-se incapaz de ser frade «digno» como ERASMO e LUTERO e tantos outros espíritos superiores.

Do problema, suscitado pela homonímia e o parentesco do poeta cómico com o ourives, e do outro que um genealogista nos supeditou, chamando a GIL VICENTE

mestre de retórica de D. Manuel, Deus sabe sobre qual base, claro que não me posso ocupar agora numa nota de Notas. Cf. *Anotação* 270.

<sup>307</sup> Na livreria de D. Manuel havia obras de ERASMO. JOÃO DE BARROS, citava-o etc. etc.

<sup>308</sup> *Heterodoxos*, vol. II, p. 129. seg. Na *Antologia VII*, p. CLXXVIII a CLXXXV, PELAYO foi muito mais justo. Continuando a negar com toda a razão, que as sátiras de GIL VICENTE sejam o eco das doutrinas de HUSS, reconhece e proclama que GIL VICENTE deu forma cómico-fantástica às grandes lutas de ideias do Renascimento e da Reforma. Frisando a sua tendência demolidora e anti-fracadesca, compara-o com ERASMO, no Elogio da Loucura e nos Colóquios lucianescos (p. CLXIV e seg. e CLXXVIII).

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS.

# Brás Garcia de Mascarenhas

ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA

## IV

### Homizio e regresso à pátria

No capítulo precedente deixámos o poeta, com a cabeça descoberta, cavalgando uma égua, a fugir aos seus perseguidores, sem plano, sem destino certo, deparando-se-lhe a cada passo perigos e obstáculos, que o ágil e inteligente animal ia vencendo.

Todos os escritores, que até hoje se teem occupado da biografia de Brás, supõem que êste, apenas escapado das garras da justiça, tratara de passar a fronteira, e fôra viver para Madrid.

Não é exacto. Para nos convencermos disto basta ler as estâncias 44 e 45 do canto xv do *Viriato Trágico*.

Temor, & amor luctando vão comigo  
Por donde quer que vou; aconselhando  
O temor, que me aparte do perigo,  
Amor, que me detenha perigando.  
Reprovo o cauto lynce, o cego sigo,  
Por elle a vida, & credito arriscando,  
Que quando Amor seus gostos solicita,  
Dificuldades grandes facilita.

Cansado em fim do vil encantamento,  
Que o corpo debilita, a honra acanha,  
Me transfiro apesar do amante intento  
Á Corte do feliz Numa de Hespanha;  
No tempo, quando em seu mayor augmento  
Gozando a paz, que os vicios acompanha,  
Parecia nos faustos & grandezas,  
O centro das delicias e riquezas.

A verdade histórica transparece claramente dêstes versos. O poeta, apenas se encontrou livre, correu logo para os sítios onde residia a

mulher que amava, e que já tanto o fizera sofrer; atraído por ela, como a borboleta pela luz, não se afastou dessa região por largo tempo.

Apertava-o a perseguição, os perigos aumentavam, mas êle, cerrando os ouvidos à voz da prudência, lá continuava, já escondido, já a monte, realizando as suas entrevistas amorosas no meio de grandes riscos e trabalhos, e superando graves defículdades.

Estas peripécias amorosas da mocidade ainda eram recordadas pelo nosso poéta quando, já em idade madura, descrevia e apreciava os amores dos outros, mostrando-se bem conhecedor dessa metafísica da paixão, das loucuras a que o amor obriga, e da técnica do namoro. Veja-se, v. gr., a descrição bastante longa e fastidiosa, entretecida de transcrições de outros poétas, que ele faz no cap. XII, est. 41 e seguintes, das tristezas, agonias, irresoluções dos namorados, quando são forçados a separar-se.

No canto XIII, est. 72, insere êle um quadrozinho de dois amantes, que, vendo-se a distância, se correspondem por meio de sinais:

Posto que a penha, & muros mais distantes  
Os tem, do que quizerão, se conhecem,  
Que são todos os olhos dos amantes  
Lynxes em penetrar o que appetecem.  
Feytas lingoas as mãos dos palpitantes  
Corações, dão sinal do que padecem,  
Pagês suspiros pellos ares danção,  
Vão huns, vem outros, de ir, & vir não cansão.

É cheia de observação e de naturalidade a descrição, que noutra lugar faz, duma donzela recebendo a carta do seu namorado, que lhe é entregue por um portador; e ela

.....  
Despede-o brevemente, porque a pica  
Qualquer instante, que dilata o lela;  
Tanto que volve as costas, & só fica,  
Beyja a carta, & começa de rompela:  
Guardando o sobrescrito, a folha abria  
Etc.....<sup>1</sup>.

Brás Garcia era, sem dúvida, mestre consumado na matéria.

\*

Não faltavam ao nosso poéta por toda esta região casas de parentes que o acoutassem. Na Bobadela teria êle um dos pousos favo-

<sup>1</sup> V. T. XVIII, 96.

ritos, na casa onde nascêra seu pai, e onde ainda vivia sua avó paterna<sup>1</sup>, já muito velhinha, em companhia de uma filha de nome Isabel Antunes e dos netos filhos desta, com os quais se juntavam os de outra sua filha, Maria Garcia, ali falecida em 1595. O avô paterno,

*Antonio alves faleceu em hos . 21. dias de fev.<sup>o</sup>  
de . 93. anos fez testam<sup>o</sup> em q<sup>o</sup> ordenou por tes-  
tamēto seu f<sup>o</sup> fi<sup>o</sup> marq<sup>o</sup>:*

Assento de óbito de António Alves de Abranches, Avô paterno de Brás.

António Alves de Abranches, não chegára êle a conhecer, pois falecera na Bobadela a 21 de fevereiro de 1593; a avó Ana Marques, avançada em decrepitude, infantilizara-se, e Brás tinha-lhe grande afeição, brincando com ela, como se fossem duas crianças.

*As cle rois dias domes de Abril de 1619 annos fale  
ceo desta p<sup>o</sup> presente v<sup>o</sup>da Anna marques m<sup>o</sup> l<sup>o</sup> hon<sup>o</sup>  
foi de Antonio alv. un o Javramen<sup>o</sup> da extrema  
v<sup>o</sup>da Jo<sup>o</sup> m<sup>o</sup> dos outros se lhe requa<sup>o</sup>ta por ser m<sup>o</sup> do  
Vella Clavear de entendi<sup>o</sup> fez mas da Espi<sup>o</sup> em  
torrada dentro desta q<sup>o</sup>. Por perda de q<sup>o</sup> e<sup>o</sup> e<sup>o</sup> dias mes  
wa ut sup<sup>o</sup>ra *J. P. Valada* ff*

Assento de óbito de Ana Marques, avó paterna do poeta.

Foi exactamente quando o poeta por aqui andava homiziado, que faleceu a avó a 18 de abril de 1619, o que lhe causaria grande desgosto.

<sup>1</sup> É extraordinário o facto de o vigário de Avô, licenciado António Dias, ao lavrar em 1591 o assento do casamento de Marcos Garcia, fazer a declaração de que sua mãe já era falecida, quando é certo que ela vivia ainda 27 anos depois, deparando-se nos, em os livros da Bobadela, o registo do seu óbito, ocorrido em 1619! Em que estaria pensando o bom do vigário, quando escrevia inadvertidamente no referido assento de casamento: — *Marcos gracia filho de Ant.<sup>o</sup> alv<sup>o</sup> e de sua molher Anna marques iá defunta m.<sup>o</sup>rs na bobadela?* (Vid. doc. VII).

Calculo que esta vida *de vil encantamento, que o corpo debilita, a honra acanha*, duraria dois anos, ou pouco mais.

\*

Por fim, no declinar já do ano de 1619, Brás Garcia, revestindo-se de coragem, corta os leames amorosos que o prendiam, e parte para Madrid, onde reside um ano.

As impressões que lhe deixou esta residência na séde da côrte hispânica foram muito desagradáveis. Acham-se consignadas nas seguintes estâncias do mencionado canto xv :

Considerey, que a força da ventura  
Sem forças de que tal se imaginara,  
Aquela Babilonia mal segura,  
De universais cahidas levantara,  
Pera quotidiana sepultura  
Das illustres Nações, que sujeytara,  
Porque os thronos reays são fabricados  
Sobre os ossos dos mal afortunados.

Hé mar a Corte, & rios os senhores,  
Que entrando nella, como nelle os rios,  
Os que se tem cá fóra por mayores,  
Perdem lá dentro a furia, nome, & brios:  
Sem lhe os pulsos tomar, julguey das cores,  
Que huns padeciaõ febres, & outros frios,  
Que esta ansia de privar hé divulgada  
Maleyta, bem prevista, & mal curada.

Madrid, dizem, que estriba em fogo, & agoa,  
Deve ser por rhetoricas figuras,  
Que geral pranto, & ambiciosa fragoa  
Formão do vasto corpo as bases duras.  
Hum anno inteyro vi, com grande magoa,  
Venturas de huns, & de outros desventuras,  
Estas cahindo nos indignos dellas,  
E os dellas dignos alcançando aquellas.

Vi os aduladores, muy possantes,  
O merito muy fraco, & desvalido,  
Com mão partido os pobres negociantes,  
E os ricos todos com muy bom partido;  
E, achando-me formiga entre elefantes,  
Por não servir, depois de ser servido,  
Deyxada a Corte, por abismo cego,  
Enfadado da terra ao mar me entrego<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Estt. 46-49.

Deduz-se desta última estância, que o poeta não viveu na capital hispânica em meio da abundância; antes pelo contrário deixa transparecer que sofreu privações, e que, acossado por elas, *por não servir depois de ser servido*, resolveu partir ao fim de um ano de residência em Madrid. Bento Madeira de Castro diz claramente que ele saiu de Madrid *enfadado já da estância, ou a instância da bolsa*<sup>1</sup>.

Dirige-se, cheio de aborrecimento, para o sul da península. Chegado ao litoral da actual província de Sevilha, embarca e, diz êle, *enfadado da terra ao mar me entrego*.

\*

Ia já correndo o ano de 1621, quando Brás Garcia embarcou em um patacho espanhol.

¿Em que pôrto e com que destino?

Quanto ao pôrto de embarque, apenas sabemos que foi na Turde-tânia. O litoral da região, que no tempo dos romanos tinha êste nome, abrangia quasi todo o da actual província de Sevilha, e uma parte da de Granada, desde Huelva até Málaga.

O destino que levava não o sei eu, mas pode conjecturar-se, notando que o barco foi costeando até dobrar o *sacro promontório*, hoje cabo de S. Vicente. Deverá pois ter embarcado em um dos portos do golfo de Cádiz, provavelmente no próprio pôrto dêste nome, como afirma Costa e Silva<sup>2</sup>, ou talvez em Sanlúcar, na embocadura do Guadalquivir; dirigia-se certamente à costa ocidental portuguesa, verosimilmente a Lisboa, como assevera Madeira de Castro<sup>3</sup>, ou talvez ao Porto, onde realmente mais tarde desembarcou. Deprehende-se disto que Brás Garcia tentava regressar clandestinamente à sua pátria, evitando o perigo de ser descoberto e preso, se viesse directamente por terra, e tentasse passar a fronteira.

O princípio da viagem ia decorrendo sem incidentes; mas ao dobrar o cabo de S. Vicente foi o patacho avistado por um navio turco ou mourisco, que por ali pairava em exercício de pirataria. Vê-lo, e cair sôbre êle, foi obra rápida. Abordado o patacho, trava-se sôbre o convés luta sangrenta muito desigual. Os cristãos vendem bem cara a sua vida batendo-se com desespêro, por acharem preferível *morte honrada a infame cativo*.

¡Tudo perdido!

Já o convés se achava coberto de sangue e de corpos mutilados, quando surge por barlavento uma poderosa fragata. Apenas a avis-

<sup>1</sup> Doc. CXII. — <sup>2</sup> Loc. cit., pag. 154. — <sup>3</sup> Loc. cit.

tam, os mouros desaferram rapidamente, e põem-se em fuga; mas o vaso, cujo aparecimento viera em ocasião tão oportuna, em vez de os perseguir, dirige-se ao patacho, aborda-o *com capa de amizade*, apropria-se da carga e dos poucos que ainda restavam vivos, entre os quais se contava o nosso poeta e o piloto, e, abandonado o barco, continua a sua derrota, levando a fazenda.

A fragata era holandesa, e êste fato nos fornece um elemento cronológico; não sucedia isto antes da primavera de 1621, porque só então terminou a trégua de doze anos ajustada entre a Espanha e os Países-baixos, pelo tratado de Antuérpia, assinado a 9 de abril de 1609.

Arrecadada a presa, os prisioneiros de nada serviam aos holandeses; a sua conservação a bordo era um onus inútil. Retiveram o piloto, que lhes convinha por conhecer estes mares, e alijando os restantes, quasi nus, para um batel velho e roto, abandonaram-nos à sorte.

O nosso poeta com os seus companheiros de infortúnio desembarcaram em estado miserável na costa próxima.

\*

¿ Será possível determinar qual a costa onde se realizou êste desembarque de Brás Garcia?

Foi *em hũa praia de Italia*, diz Madeira de Castro<sup>1</sup>. Barbosa Machado reproduz, quasi textualmente, o que escreveu o primeiro dos biógrafos do poeta aventureiro<sup>2</sup>. Este episódio biográfico é omitido inteiramente por Albino de Figueiredo; Costa e Silva porém narra-o, acabando por dizer que os holandeses *foram lançar* o poeta *em um pôrto cujo nome se não especifica*<sup>3</sup>. A seu turno Camilo Castelo Branco<sup>4</sup> dá quinau a Costa e Silva, replicando-lhe: — *Está especificado pelo próprio poeta no seguinte verso: — «Sobre a túrdula praia em batel roto» . . . — No adjectivo túrdula se especifica a provincia bética ou andaluza. — Enquanto aos passageiros, que ainda viviam, o corsário mandou-os lançar nas praias de Sevilha.*

Critiquemos agora um pouco.

Custa a acreditar que Madeira de Castro e Barbosa Machado viessem tão levanamente dizer que o poeta desembarcou em Itália, quando êle mesmo afirma que foi alijado *sobre a túrdula praia*, o

<sup>1</sup> Loc. cit. — <sup>2</sup> *Bibliot. Lusit.* t. I. p. 545. — <sup>3</sup> Loc. cit.

<sup>4</sup> *Luta de Gigantes*, mihi p. 25, nota 2 e texto.

que localiza êste facto, sem sombra de dúvida, na península hispânica, mas também temos de reconhecer que Camilo foi muito infeliz em colocar essa praia na *provincia bética ou andaluza*, e ainda mais em determinar *as praias de Sevilha*.

Os túrdulos ocupavam na Bética uma região, que tinha por centro *Córduba*, e não atingia o litoral, pois confinavam a S. com os bás-tulos, dos quais eram separados pelas serras hoje conhecidas pelos nomes de Nevada e Tejada, a S.-O. com os turdetanos, a N. com os oretanos, e a E. com os bastetanos. Não tem pois applicação a êste território, isolado do litoral, a expressão *túrdula praia*.

Havia porêem uns outros túrdulos, os *turduli veteres* de Plínio <sup>1</sup>, assim chamados por serem a origem dos túrdulos da Bética, e que eram representados por uma gente que residia a sul do rio *Durius*, o actual Douro. A êstes é que se referia o poeta.

Devemos porêem notar, que na determinação do território ocupado pelos túrdulos, como no mais que dizia respeito à geografia da parte da península, onde se desenvolve a acção do *Viriato Trágico*, Brás Garcia em quasi tudo seguia respeitosa-mente o que se lê na *Geografia antiga da Lusitania composta por Frey Bernardo de Brito*. Era grande a confiança que o poeta beirão depositava no frade cisterciense, collocando-o ao lado de fr. António Brandão e fr. Francisco Brandão, na galeria limitadíssima dos beneméritos, que se ocupavam em descobrir com honra e sciência as antiguidades de Portugal.

Registemos o que a tal respeito pensava Brás Garcia.

Mas investigue-as <sup>2</sup> sempre o curioso,  
Que Portugal, por falta dos passados,  
He todo hum cemiterio respeytoso  
De valerosos feytos sepultados;  
De entre os golfos de Lethes procelloso  
Salvando a muytos, vão poucos honrados,  
Que a hũ Britto, & dous Brandoês, unicos scientes,  
Devem muyto os antigos, & os presentes.

Quem lhes poem objeçoês por ver manchadas  
Suas obras, muyto mais os acredita:  
Tais as do Britto, quando censuradas,  
Ficarão com mais credito, & mais dita;  
E tais, se algum quizer ver apagadas  
As dos claros Brandoês, os espevita;  
Que as Côrtes de Lamego nos declarão  
Quanto importa o que ambos trabalharão <sup>3</sup>.

<sup>1</sup> *Hist. natural.* l. IV, cap. xx. — <sup>2</sup> As tradições antigas. — <sup>3</sup> *V. T.* v, 40 e 41.

; Santa ingenuidade esta, que equipara em boa-fé o falsário emérito aos dois honestos e conscienciosos investigadores!

Ora fr. Bernardo de Brito, tão considerado e seguido pelo poeta, estendia a região dos túrdulos para S. até ao Tejo<sup>1</sup>.

O próprio Brás Garcia expressamente declara onde é que supunha terem habitado os *túrdulos antigos*, e assim temos a interpretação autêntica da expressão *túrdula praia*. Vejamos:

Fôra nosso Viriato aqui chamado<sup>2</sup>  
 Dos Turdulos antigos, que habitavão  
 O que hoje Estremadura he nomeado,  
 Que em Collimbriga a Cortes se ajuntavão.  
 Se do seculo de ouro, já estragado,  
 E das leys de Tubal se conservavão  
 Inda algumas reliquias, nestes era,  
 Que em metro tinhaõ leys, que elle lhes dera.

Seus ascendentes, que erão bons guerreyros,  
 A terra da Transcudana conquistarão;  
 Entre as serras da Estrella, & de Besteyros,  
 Tambem algumas terras povoarão.  
 .....<sup>3</sup>

Conclue-se pois que a *túrdula praia*, onde Brás desembarcou semi-nu, miserável, certamente ferido, fôí qualquer ponto do litoral português da provincia da Estremadura, hoje impossivel de determinar.

Algum tempo descansaria o poeta, a tratar das feridas resultantes do combate com os turcos, e a reparar as fôrças; mas, apenas se

<sup>1</sup> «Passado o rio Tejo, começaua a Comarca dos Turdulos antigos, & se estendia té o Douro, como allem de Plinio (Plin. l. 4. ca. 20), escreue Pomponio Mella, forão estes Turdulos origem, & principio de todos os mais Turdulos, que viuião em Andaluzia, & dos Turdetanos do Algarue, & todos os mais, que tinham este nome, por cujo respeyto se lhe deu nome de Antigos. Era esta gente muy bem entendida, & tinha, como diz Strabo (Strab. l. 3.), leys, por onde se governaua, escriptas em verso de tempos antiquissimos: tinham entre si muy grandes cidades, quais erão Vllisippo, ou Fælicitas Iullia, que hé Lisboa, Scalabis, ou Iullium Præsidium, que he a villa de Santarem . . . . Pello sertão contra o Leuante, confinauão estes Turdulos, com os Herminios, habitadores da serra da Estrella: do Norte, com a corrente do rio Douro, do Meo dia, com o Tejo, do Poente co mar Oceano». (*Geographia antiga da Lvsytania, composta por* FREY BERNARDO DE BRITO, cap. III, fl. 7 v.º).

<sup>2</sup> A Collimbriga. É o *óppidum* romano *Conimbriga*, cujas muralhas e aqueducto ainda hoje são bem vesíveis junto de Condeixa-a-Velha, cêrca de 16 quilómetros a Sul da actual cidade de Coimbra.

<sup>3</sup> V. T. v, 18 e 19.

lhe oferece oportunidade, embarca novamente. Dois meses decorridos depois do seu primeiro embarque ao Sul de Espanha, entrava a barra do Douro, e saltava em terra na cidade do Porto.

\*

Estas aventuras são contadas pelo poeta no canto xv, nas estâncias seguintes :

Da Turdetania apenas me sabia,  
 Dobrando o sacro Promontorio, quando  
 De meyas Luas abordado via  
 O patacho, & conflictio miserando :  
 De corpos destroçados se cobria  
 O convés, em que o sangue anda nadando,  
 Que antes se escolhe em tranze tão guerreyro  
 Morte honrada, que infame cativeyro.

Eis que por balravento em popa assoma  
 Tão alterosa não, que em hum momento  
 Desaferrando as Luas de Mafoma  
 Partem voando a seu patrio assento :  
 Deyxa os Turcos fugir, & os Christãos toma  
 O soccorro do Herege fraudulento,  
 Que abordando com capa de amizade,  
 Prende a fazenda, & solta a liberdade.

Sobre a Turdula praya em batel roto  
 Os poucos vivos quasi nús alija,  
 E com o Pirata só fica o Piloto,  
 Pera que a costa mais perito affija.  
 Eu em vez de fazer solene voto  
 De mais não contrastar fera tão rija,  
 Como agoa salsa, tão voraz, & tanta,  
 Que espanta o vela, & o passala espanta.

Sobre a primeyra quêda, torno à luta,  
 Sem me turbar de tão funesto agouro,  
 Porque com pertinacia resoluta  
 Dentro em dous meses desemboco o Douro.

.....<sup>1</sup>

Narram os escritores que Brás Garcia, durante êste primeiro período do seu exílio, viajou muito por várias nações europeias, pela Itália, França, Flandres, e Espanha, adquirindo nestas viagens, com a sua natural agudeza e talento, conhecimentos muito variados.

<sup>1</sup> Estt. 50-53.

Creio haver nisto exagêro.

Que viajou pela Espanha, temo-lo nós visto; mas, que passasse além dos Pyreneus, não me parece crível, não só por não encontrarmos no seu poema, todo semeado de dados auto-biográficos, vestígio algum de tais viagens, mas principalmente porque, na sucessão cronológica dos acontecimentos, não vemos restar tempo em que elas se realizassem.

Parece-me pois que devem relegar-se tais narrativas para o domínio fantasioso das lendas.

\*

Desembarcado no Pôrto, Brás aproveitou a primeira oportunidade para ir apagar saúdaes à Beira, onde tinha a família e os antigos amores, dos quais estava longe de se ver curado<sup>1</sup>.

A sua estada em Portugal era cuidadosamente oculta e clandestina, porque sôbre êle continuava pesando a responsabilidade do antigo crime, e as justiças, se soubessem da sua presença, esfoçar-se hiam por capturá-lo.

D. Filipe III de Espanha morrera em Madrid a 31 de março dêste ano de 1621, sucedendo-lhe Filipe IV; e diz Camilo Castelo Branco que o novo rei *mandara desfazer os processos instaurados em Coímbra contra o poeta, pelo que a vinda dêste a Portugal não era já temerária nem perigosa*<sup>2</sup>. Ignoro o fundamento que teria o grande escritor para fazer tal afirmação. Creio que, pelo menos em parte, é mais um produto da sua imaginação, pois o próprio poeta se antecipou a dar-lhe o desmentido, dizendo que só muito mais tarde, residindo no Brasil, fôra *avisado de estar convalescido enquanto a réo*<sup>3</sup>.

Naturalmente o processo, que Filipe IV mandou desfazer, foi o de cumplicidade na evasão da cadeia da Portagem, em que se achava implicado o irmão Manuel Garcia, e talvez mais alguém. Conjecturo isto por ver êsse ano, no mês de novembro, o dito Manuel Garcia requerer para ser admitido aos três graus de ordens menores, que lhe faltavam, correr o processo sem aparecer impedimento algum, e ser realmente admitido à ordenação em dezembro, o que não podia succeder se estivesse pronunciado. Um ano depois organizou-se nôvo processo para a sua ordenação de subdiácono, e a êle se encontram juntos os certificados de fôlha corrida passados pelos escrivães de um e outro fôro, donde consta nada haver contra o requerente, o qual recebe o subdiáconado em dezembro de 1622<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Doc. CXII. — <sup>2</sup> Op. cit. mihi p. 24. — <sup>3</sup> V. T. xv, 61.

<sup>4</sup> C. E. — *Processos para a ordenação de Manuel Garcia.*

\*

Por isso a vesita de Brás Garcia à Beira não podia deixar de ser cercada de misterioso disfarce.

¡Que viva impressão lhe não causaria êste regresso à sua querida pátria, depois de tão atribulada ausência! ¡Com que estremecimentos de alma não desceria êle o velho caminho de Vila-Pouca a Avô, e com que alvoroço não saudaria a sua pequenina vila natal, quando, ao voltar do atalho <sup>1</sup>, se lhe desvendou súbitamente a gigantesca e formosíssima concha, cujos contornos e relevos são formados por cordilheiras de colinas e montanhas, e em cujo fundo convergem os rios Alva e Moura, entre os quais se devisa, qual preciosa pérola implantada no seio da concha-mãe, a pitoresca e sempre ridente povoação de Avô!

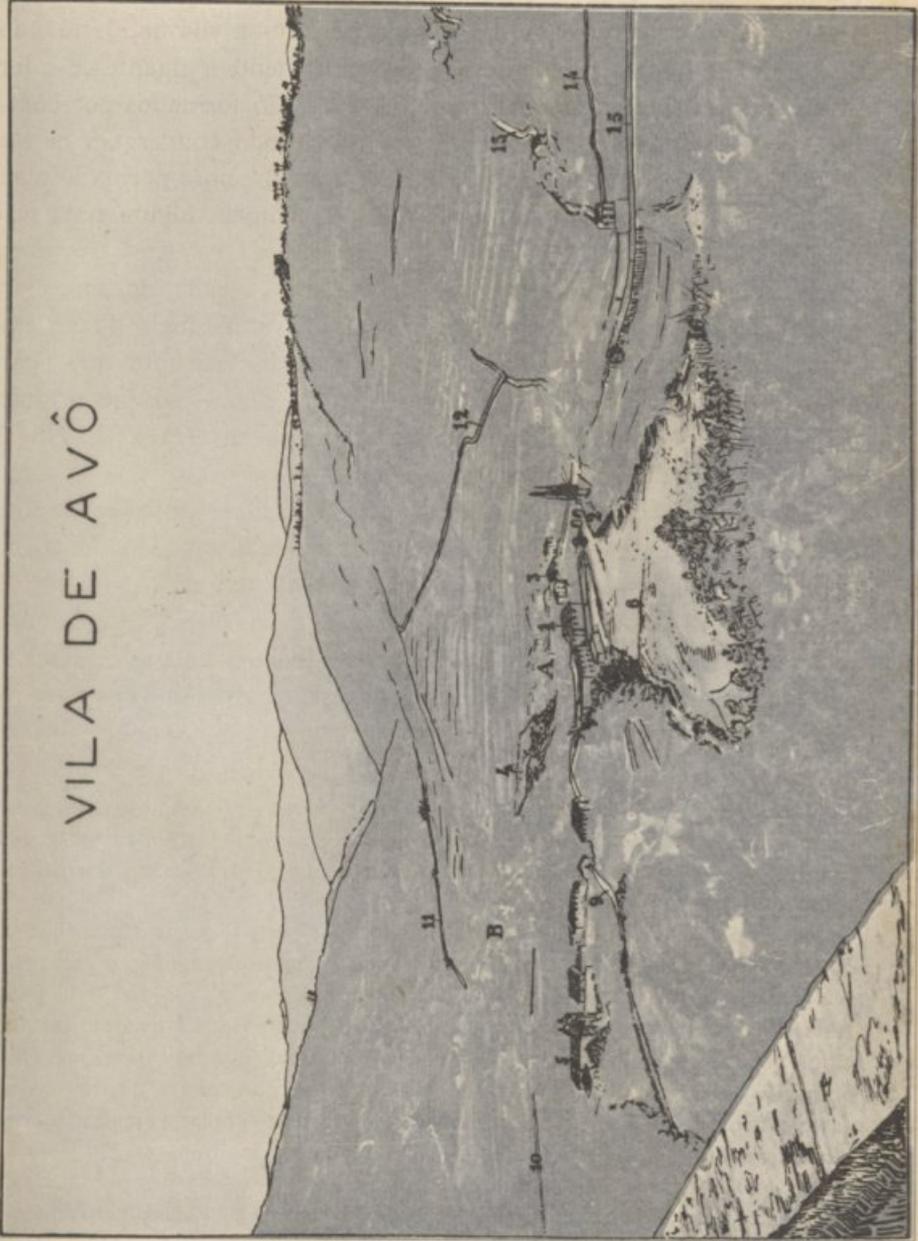
Quem seja admirador das belezas naturais, venha em uma clara manhã de primavera a êste lugar privilegiado, sito a meio da íngreme vertente sôbre uma prega de terreno, e eu lhe garanto que ficará absorto, horas esquecidas, na contemplação duma paisagem, única no seu género, deliciosa como uma iluminura em *Livro de Horas*, mimosíssima de desenho e de colorido.

Inúmeras montanhas, em disposição caprichosa, ora se dilatam arqueando o seu dorso em corcovas gigantescas e o seu flanco em ondulações suaves, ora emergem soberbas os seus arredondados cabeços por trás das cumeadas das mais próximas, tingindo-se de côres diferentes, desde o azul de anil até ao roxo de ametista e às infinitas tonalidades do verde, segundo a relativa distância e as condições da atmosfera, e segundo a natureza do manto vegetal que as cobre, ou dos

<sup>1</sup> A vista fotográfica de Avô e suas cercanias, que aqui juntamos, é tirada exactamente do ponto, cujo panorama se descreve. Para elucidação do leitor, indicamos por letras e algarismos, na cobertura da estampa, os logares principais que agora vamos apontar.

A) Bairro da Couraça. — B) Bairro do Outeiro. — 1) Casa de Marcos Garcia, onde Bras nasceu. — 2) Terreno fronteiro à casa, além do lago, onde o poeta fez o seu jardim quando regressou do Brasil, ligando-o com a casa por uma ponte. Ainda lá existem dois gigantescos e velhíssimos ciprestes, que a tradição diz plantados por êle. — 3) Antiga casa da Câmara municipal, que hoje serve de escola primaria. Na estampa vê-se apenas a parte superior, que emerge de traz de uma casa particular. — 4) Esplanada onde assentava o castelo. — 5) Igreja matriz de Nossa Senhora da Assunção. — 6) O *Pêgo*, lago actualmente muito assoreado. — 7) Entrada do rio Alva no *Pêgo*. — 8) Entrada do rio Moura, ou Ribeira de Pomares. — 9) Estrada distrital n.º 106, que liga Avô com a estrada nacional n.º 46, pela qual comunica com Vila-Pouca da Beira, Galizes, Oliveira do Hospital, etc. — 10) Caminho de Aldeia das Dez, onde se ergue a ermida de Nossa Senhora do Mosteiro. — 11) Estrada que dá serventia de Avô para Pomares. — 12) Caminho velho de Pomares. — 13) Caminho de Anceriz. — 14) Caminho velho de Vila-Cova-sob-Avô. — 15) Estrada distrital n.º 106, que põe Avô em comunicação com Vila-Cova, Côja, Arganil, etc.

VILA DE AVÔ



Vista tirada do Norte

Por isso a visita de Brás Garcia à Beira não podia deixar de ser cercada de misterioso disfarce.

Que viva impressão lhe não causaria êste regresso à sua querida pátria, depois de tão atribulada ausência! Com que estremecimentos de alma não desceria êle o velho caminho de Vila-Pouca a Avô, e com que alvoroço não saudaria a sua pequenina vila natal, quando, ao voltar do atalho<sup>1</sup>, se lhe desvendou subitamente a gigantesca e formosíssima concha, cujos contornos e relevos são formados por cordilheiras de colinas e montanhas, e em cujo fundo convergem os rios Alva e Moura, entre os quais se devisa, qual preciosa pérola implantada no seio da concha, a pitoresca e sempre ridente povoação de Avô!

Quem seja a admirar das belezas naturais, venha em uma clara manhã de primavera a este lugar privilegiado, sito a meio da ingreme vertente sobre uma prega de terreno, e eu lhe garanto que ficará absorto, horas a fio, na contemplação duma paisagem, única no seu género, tão bela como uma iluminura, em *Livro de Horas*, mimosíssima de desenho e de colorido.

Inúmeras são as disposições caprichosas, ora se dilatam arqueando o seu dorso em arcobalvos gigantescos e o seu flanco em ondulações suaves, ora erguem soberbas os seus arredondados cabeços por trás das gúrdias das mais proximas, tingindo-se de cores diferentes, desde o verde até ao roxo de ametista e às infinitas tonalidades do azul, segundo a relativa distancia e as condições da atmosfera, e seguem na treva o manto vegetal que as cobre, ou dos

<sup>1</sup> A vista fotográfica de Avô e suas cercanias, que aqui juntamos, é tirada exactamente do ponto, cujo panorama se descreve. Para elucidação do leitor, indicamos por letras e algarismos, na cobertura da estampa, os logares principais que agora vamos apontar.

A — Bairro da Couraça. — B — Bairro do Couteiro. — 1) Casa de Marcos Garcia, onde Brás nasceu. — 2) Terreno fronteiro à casa, além do lago, onde o poeta fez o seu jardim quando regressou do Brasil, ligando-o com a casa por uma ponte. Ainda lá existem dois gigantes e velhíssimos ciprestes que a tradição diz plantados por Brás. — 3) Antiga casa da Câmara municipal, que hoje serve de escola parochial. Na estampa vê-se apenas a parte superior, que emerge de traz de uma das montanhas. — 4) Estacada onde assentava o castelo. — 5) Igreja matriz de Nossa Senhora da Assumpção. — 6) O *Pêgo*, lago actualmente muito assoreado. — 7) Entrada do rio Alva no *Pêgo*. — 8) Entrada do rio Moura, ou Ribeira de Pomares. — 9) Estrada n.º 106, que liga Avô com a estrada nacional n.º 46, pela qual comunica com Vila-Pouca da Beira, Galizet, Oliveira do Hospital, etc. — 10) Caminho de Aldeia das Dez, onde se ergue a ermida de Nossa Senhora do Mosteiro. — 11) Estrada que dá serventia de Avô para Pomares. — 12) Caminho velho de Pomares. — 13) Caminho de Anceriz. — 14) Caminho velho de Vila-Cova-sob-Avô. — 15) Estrada distrital n.º 106, que põe Avô em comunicação com Vila-Cova, Côja, Arganil, etc.

(1508. 304)

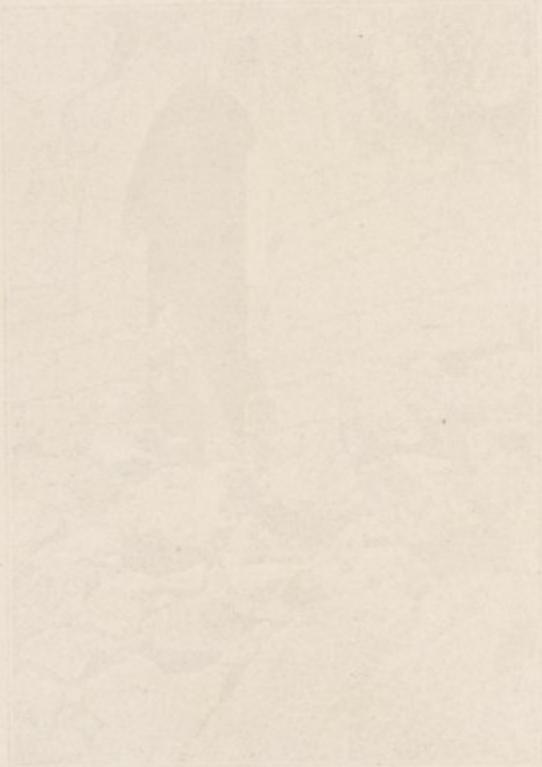
Vista fotografica da Beira

VILA DE AVÔ



penhados que se outparam a coradas em todas as direções por eles  
tudo de caminhos e rios que ligam a vila com as povoações e  
lugares da região — tudo isto é de uma variedade de aspectos de re-  
levo e de matiz verde-limão, branco indistincto e de castanho.

A vista em frente a uma legião de distantes projectados se sobe  
e vem como surge humo selvagem, mostrando a captação de os



interio e ombros por de  
nos das curvas, como  
seculo e passados dos re-  
stados, mostrando que a col-  
com o terreno. Logo  
trazo, como se fosse a  
metros de altura, dando  
nada, mas para ser  
que se situa para ser  
como se avista. A pa-  
cidade vista da colina  
de no topo da colina  
deito, dando para ser  
lugar, mostrando a  
que a grande parte de  
campo e de  
de a vista de  
dizem, como se fosse  
frente, mostrando a  
projecção de  
transparência de  
que os rios  
de figura, como se

de vista, como se fosse  
de vista de a vista, como se fosse  
olhos, mostrando a  
tudo a altura e a  
em a altura de a altura, mostrando a  
disposição de a altura, mostrando a  
trabalha da altura, mostrando a  
mostra a altura, mostrando a  
— a altura da altura, mostrando a  
actividade de a altura, mostrando a

penhascos que as ouriçam, e cortadas em todas as direcções por alva rede de caminhos e atalhos, que ligam a vila com as povoações e lugares da região: — tudo isto é de uma variedade de desenho, de relêvo e de matiz verdadeiramente indescritível e de encantar.

Acolá em frente, a uma légoa de distância, projectando-se sôbre o horizonte surge hirto, selvático, mostrando a cabeça ciclópica e os atléticos ombros por cima das cumeadas, como sendo o bisavô dos restantes montes que o cercam, o giganteo *Colcurinho*, com os seus 1242 metros de altitude, dominando uma larga região, que se dilata para Ocidente até ao mar. A piedade cristã foi colocar lá no cimo do arredondado cabêço uma capelinha, dedicada à Virgem, que a poesia popular se compraz em ver ali, entre o ceu e a terra, medianeira entre Deus e os homens, recebendo as preces e orações dos seus numerosísimos devotos, que em muitas dezenas de légoas de circunferência avistam e veneram a minúscula ermida.

Na bacia de Avô, cuja vista geral se abrange num relancear de olhos daquele magnífico mirante natural, a que nos estávamos reportando, a cultura é variada, e não se limita aos estreitos vales por onde se estendem os leitos dos rios, mas vai trepando pelas encostas, em milhares de pequenos socalcos irregulares, adaptados à natural disposição do terreno, tapizados de diversas côres, conforme a variedade das culturas e a policromia das florescências, formando um mosaico riquíssimo e inigualável.

A beleza deste panorama, que hoje se admira, ainda era muito acrescida no século xvii por grandes e numerosos soutos e carvalhais<sup>1</sup>,



Porta do castelo de Avô.

<sup>1</sup> Vid. doc. CVII.

que subiam pelas depressões do terreno até quasi ao dorso dos montes, vestindo essas pregas da serrania de betas de verdura viçosa, que na primavera davam grande realce ao manto arroxado da urze florida, principal cobertura que envolve a parte inculta e mais alta das encostas.

Lá ao fundo da bacia vê-se alvejar o Pégo, lago de configuração esbelta bastante irregular, alongando-se na sua maior extensão de N. a S., alimentado pelas águas do Alva e do Moura, e cercado de exuberante vegetação, que lhe dá um tom de frescura e vida impressionante. Na parte mais larga do Pégo, entre a bôca de entrada do Alva e a de saída das águas do lago, surge a ilhota do *Picôto*, um rochedo granítico que ali aflora, sôbre o qual a poesia cristã erigiu no século xvii uma pequenina capela dedicada ao popular taumaturgo português, à qual davam acesso alguns barquinhos, que frequentes vezes singravam as aguas do lago, já em diversões de regalo, já em vesitas de devoção. A imaginação popular consagrando ali, naquele sítio, o piedoso monumento, esperaria em sua candura poética, a repetição do milagre legendário; aguardaria que alguma vez, numa dessas belas manhãs de verão, o popular santo, descendo do seu altar e aparecendo à porta da capelinha, com um gesto chamasse das profundezas do *Pégo* as turmas aquáticas, e então prégasse aos peixes um daqueles encantadores sermões, que em Itália arrastavam após do extraordinário orador as multidões, sempre sequiosas de o ouvir! Infelizmente as areias e cascalho que o Moura para aqui tem arrastado, e que hoje quasi que obstruem o lago, prejudicam bastante a sua beleza natural, não podendo já dizer-se dêle, a não ser em época de enchentes, o que o poeta na segunda metade do século xvii escreveu:

De claras agoas larga, & bella praça  
Entre asperas montanhas se está vendo,  
Amphiteatro de plantas, que autorizão  
O grã lago, em que SEMPRE se narcizão <sup>1</sup>.

Dividindo as bacias dos dois rios estende-se um como promontório de S.-E. a N.-O., que vem fenecer junto do lago. É aqui, no bico deste promontório, que assenta a nobre e antiquíssima vila de Avô, com a casaria mezquinha e pobre, mas pitoresca no seu agrupamento, a trepar pela riba, disposta como que em trono de forma semicircular, até ao cabeço, onde se erguia arrogante o castelo medieval, de que hoje apenas resta a porta de entrada, bem como as ruínas duma capela de S. Miguel, que a êle se encostava <sup>2</sup>. Ha depois

<sup>1</sup> V. T. xiv, 104.

<sup>2</sup> Junta-se aqui uma vista de Avô, tirada de O.-S.-O., da margem esquerda

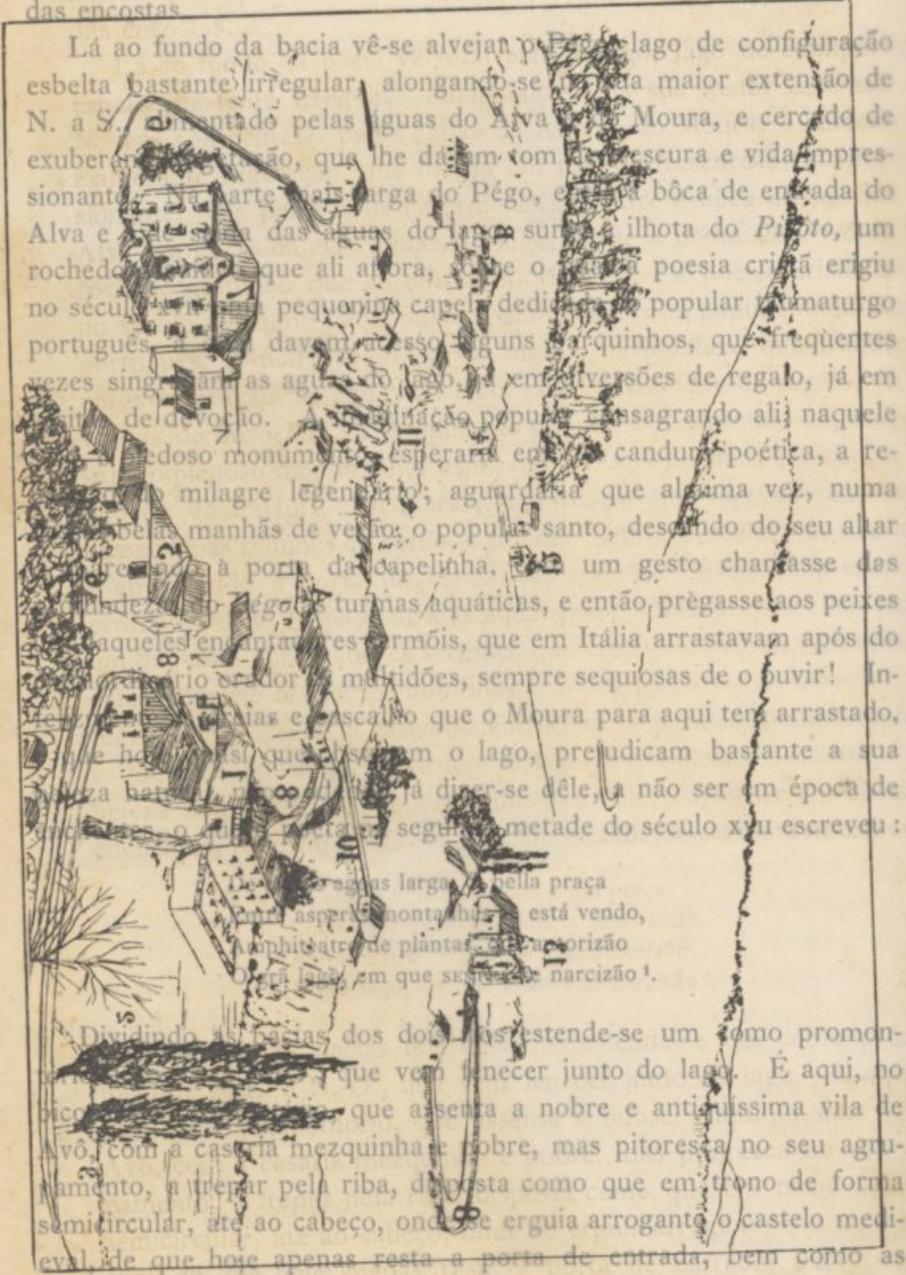


Vista de Avó tirada de O.-S.-O.

que subiam pelas depressões do terreno até quasi ao dorso dos montes, vestindo essas pregas da serra de betas de verdura viçosa, que na primavera davam grande realce ao manto arroxado da urze florida, principal cobertura que envolve a parte inculta e mais alta das encostas

(pág. 301)

Alta de Avô tirada de O. S. O. da margem esquerda



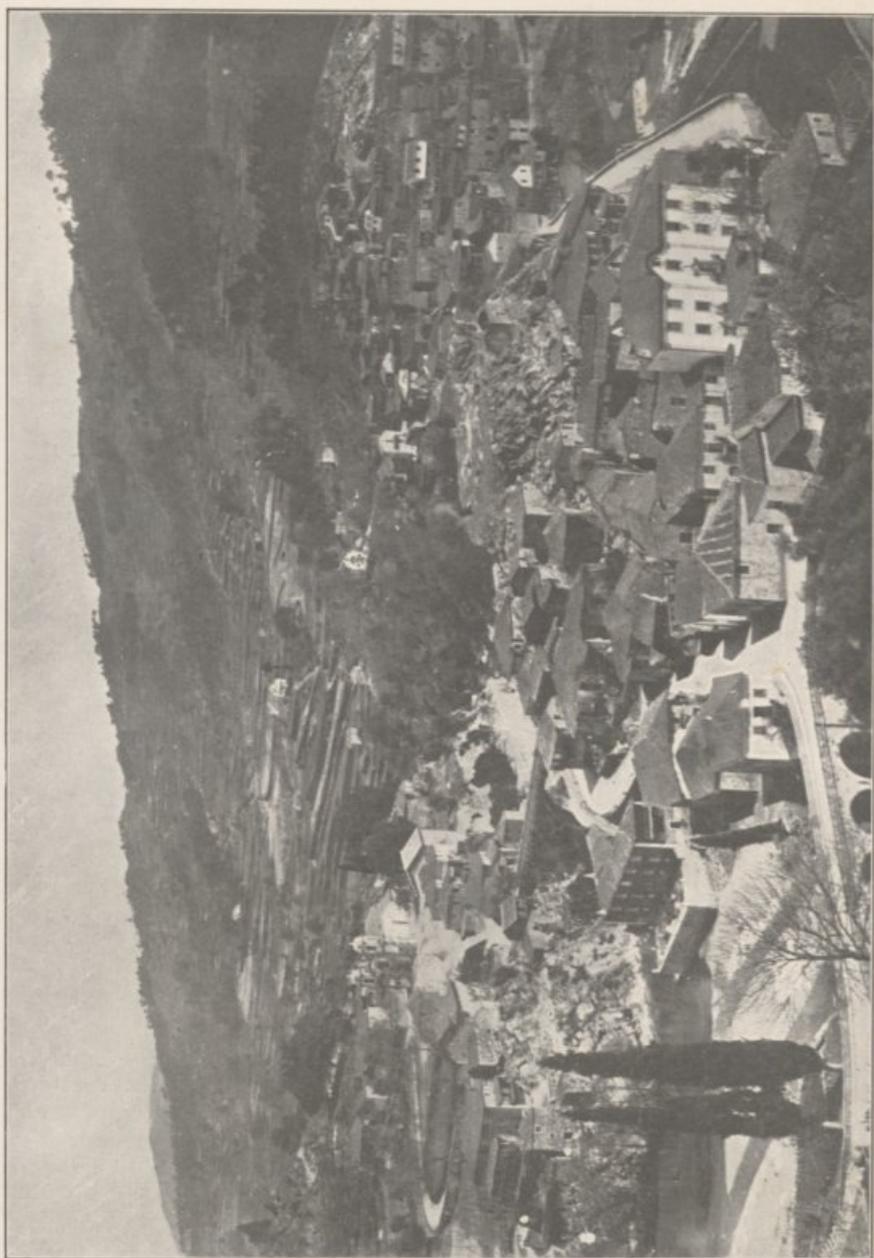
Lá ao fundo da bacia vê-se alvejar o Lago de configuração esbelta bastante irregular, alongando-se para a maior extensão de N. a S. Orientado pelas águas do Alva e da Moura, e cercado de exuberante vegetação, que lhe dá um tom de obscura e vida impressionante. A parte mais larga do Pégo, e a bôca de entrada do Alva e da Moura das águas do lago sumo a ilha do *Picoto*, um rochedo que ali agora, sobre o qual a poesia criou erigiu no século XVIII a pequenina capela dedicada ao popular patrono português, davam a esse lago uns charquinhos, que frequentes vezes singravam as águas do lago, de entarvesões de regalo, já em fita de devotio. A tradição popular consagrando ali naquele pedoso monumento, esperam em sua candura poética, a realização do milagre legendário; aguardam que alguma vez, numa bela manhã de verão, o popular santo, descendo do seu altar e chegando à porta da capelinha, com um gesto charasse das águas do Pégo e turmas aquáticas, e então, prégasse aos peixes aqueles encantados formões, que em Itália arrastavam após do rio e do mar, e em multidões, sempre sequiosas de o ouvir! Inconvenientes e ascaibos que o Moura para aqui tem arrastado, e hoje, si que vissem o lago, prejudicam bastante a sua beleza natural, e a não ser em época de enchimento, o rio, a partir de segundas metade do século XII escreveu:

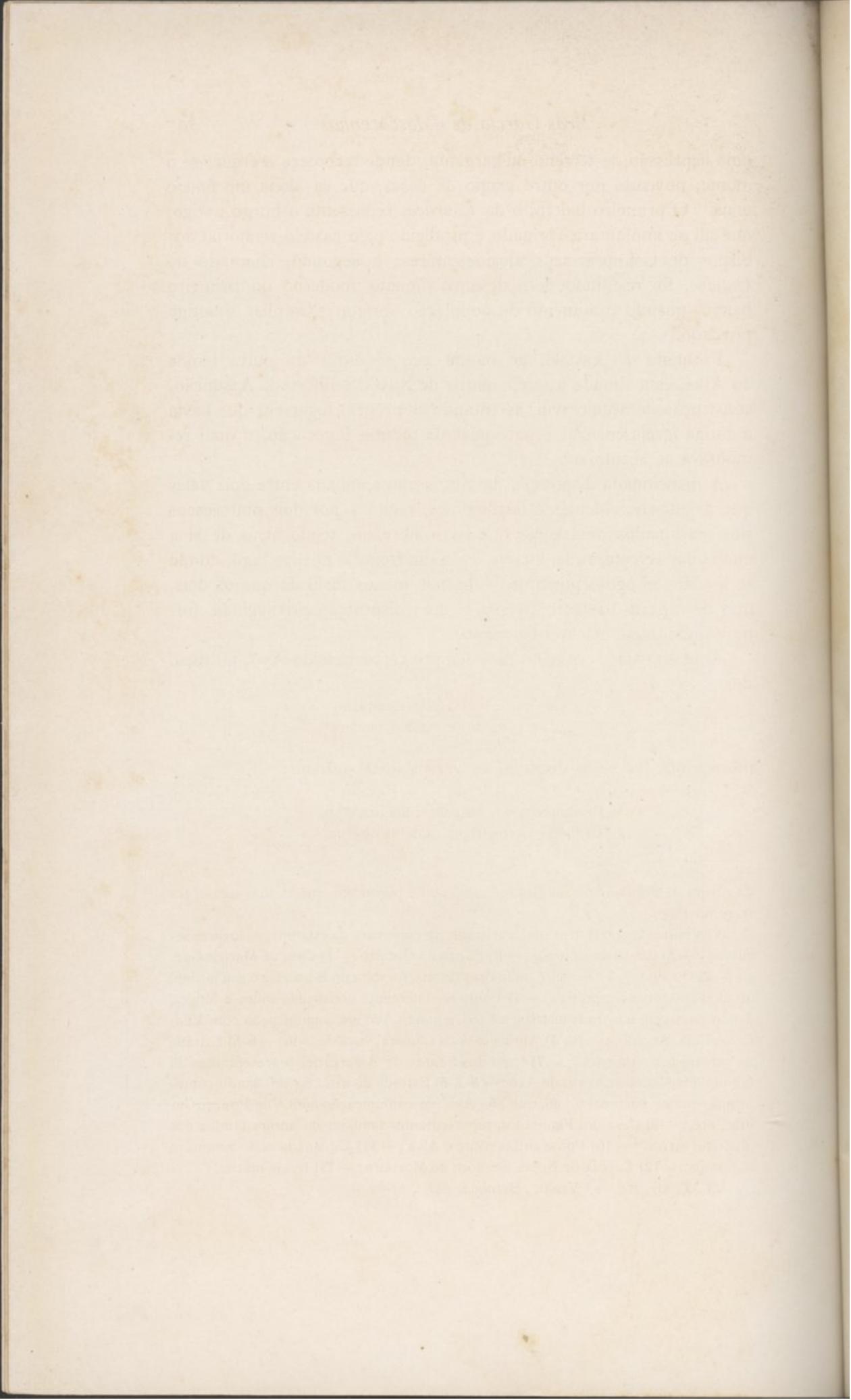
Das largas e bella praça  
 para asperas montanhas está vendo,  
 o horizonte de plantas e do porção  
 do lago, em que se cria o narciso <sup>1</sup>.

Dividindo as bacias dos dois, estende-se um como promontório que vem tener junto do lago. É aqui, no pico, que assenta a nobre e antiguissima vila de Avô, com a castella meizquinha e sobre, mas pitoresca no seu agrupamento, a trepar pela riba, do esta como que em tronco de forma semicircular, até ao cabeço, onde se erguia arrogante o castelo medieval, de que hoje apenas resta a porta de entrada, bem como as ruínas duma capela de S. Miguel, que a elle se encostava <sup>2</sup>. Ha depois

<sup>1</sup> V. T. xiv, 104.

<sup>2</sup> Junta-se aqui uma vista de Avô, tirada de O. S. O., da margem esquerda





uma depressão de terreno ou garganta, donde recomeça a erguer-se o monte, povoado por outro grupo de casas, que se alteia um pouco mais. O primeiro bairro, o da *Couraça*, representa o burgo antigo, que ali se implantara abrigado e protegido pelo castelo senhorial dos bispos de Coimbra, seus alcaides-móres; o segundo, chamado do *Outeiro*, foi resultado dum desenvolvimento moderno do primeiro bairro, quando o aumento da população obrigou a ampliar o antigo povoado.

Fronteira ao castelo, no monte que se ergue da outra banda do Alva, está situada a igreja matriz de Nossa Senhora da Assunção, construção do século XVIII, assentando no próprio lugar em que havia a antiga igreja colegial e paroquial da mesma invocação, a qual remontava ao século XIV.

A mencionada disposição da vila, assim apinhada entre dois vales que a ladeiam, ridentes e fertilíssimos, regados por dois pintorescos rios marginados de árvores que os sombreiam, tendo atrás de si a montanha agreste, rude, inculta, e na sua frente o poético lago, donde se escôam as águas por outro vale, não menos fértil do que os dois, mas de aspecto bastante diverso, é uma disposição privilegiada, formosíssima, incomparável de mimo.

Aqui recostado, o velho mas sempre rejuvenescido Avô, no meio dos

... valles que a seus pés se estendem,  
Veygas abração, & montanhas fendem<sup>1</sup>,

merece que lhe sejam dirigidos os versos do Mantuano:

Fortunate senex ! hic inter flumina nota  
Et fontis sacros frigus captabis opacum<sup>2</sup>.

da ribeira de Pomares ou rio Moura, próximo do ponto em que as suas águas entram no *Pégo*.

Vão indicados por letras ou algarismos, na cobertura da estampa, os logares seguintes: — **A**) Bairro da Couraça; — **B**) Bairro do Outeiro; — **1**) Casa de Marcos Garcia; — **2**) O *Pégo*; — **3**) Terreiro onde Bras Garcia, na volta do Brasil, fez o seu jardim, do qual restam dois ciprestes; — **4**) Ponte recentemente construída sobre o Moura, dando passagem à estrada distrital n.º 106, e pondo Avô em comunicação com Vila-Cova, Côja, Arganil, etc.; — **5**) Antiga casa da Câmara, vista de lado; — **6-6**) Estrada de serventia de Pomares; — **7**) Casa dos Soares de Albergaria, representantes da família dos Madeiras Arrais de Avô; — **8-8-8**) Estrada distrital n.º 106 dando comunicação para a nacional n.º 46, que põe Avô em comunicação com Vila-Pouca, Galizes, etc.; — **9**) Casa dos Figueiredos, representantes também da antiga família dos Madeiras Arrais; — **10**) Ponte antiga sobre o Alva; — **11**) Esplanada onde assentava o castelo; — **12**) Capela de Nossa Senhora do Mosteiro; — **13**) Igreja matriz.

<sup>1</sup> V. T. XIV, 103. — <sup>2</sup> VERGIL. *Bucolica*, Ecl. I, 51-52.

Observador e apreciador da natureza, admirador do belo, Brás Garcia, ao ver agora novamente a sua querida e sempre amada pátria, depois de tão acidentada ausência e de viagens por tão variadas terras, sentiria aumentar consideravelmente a antiga admiração pelas suas excepcionais belezas, admiração que várias vezes expandiu em versos, alguns dos quais chegaram até nós no seu poema.



Ruínas do castelo de Avô em 1871

\*

Durante a sua estada clandestina em Avô, Brás notaria, segundo creio, que a abundância, em que noutros tempos vivera seu pai e família, havia diminuído bastante; as despesas avultadas a que se vira forçado, muitas delas motivadas pelo próprio poeta com as suas aventuras, prisão e homizão, deviam ter feito notável rombo na casa, e assim não admira encontrarem-se mais tarde referências a dívidas, contraídas por Marcos Garcia <sup>4</sup>.

Este facto, e não menos o aborrecimento natural de ter de viver escondido e em continuos sobresaltos, devem ter sido importantes factores para determinarem Brás a abandonar a pátria e a passar-se ao Brasil.

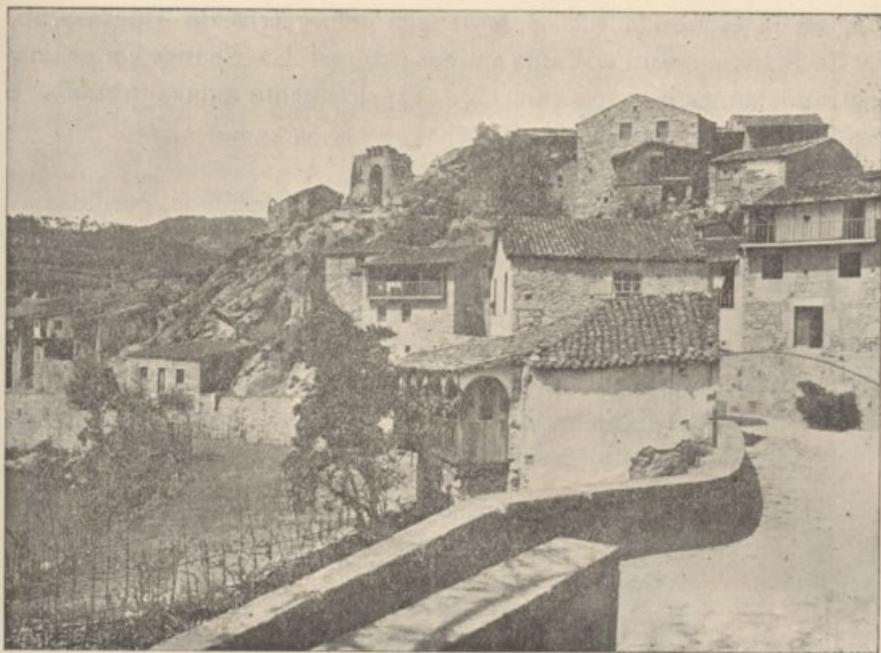
Também é certo que o génio aventureiro e irrequieto do nosso poeta não se curára com os trabalhos e com as calamidades sofridas;

<sup>4</sup> Doc. CVII.

não admira portanto que esse génio o levasse a intentar passar-se a novas terras, cujas riquezas nesse tempo seduziam tanta gente.

Suponho porém que outro motivo muito diverso contribuiria para esta resolução mais do que os indicados.

D. Maria Madeira da Costa, irmã mais velha de D. Cecília, que, segundo parece, era a namorada de Brás, havia casado por cêrca do



O que resta do castelo de Avô na actualidade.

ano de 1617 com João Manuel da Fonseca, rico proprietário de Anceriz, que veio viver para Avô, onde mais tarde assumiu, por morte de seu sogro, o cargo e honras de capitão-mór. Tinha êle um irmão de nome Aleixo Afonso, compartilhante da importante casa de seus pais Manuel Dias e Maria Afonso. Conveniências económicas de família aconselhavam o casamento do irmão de João Manuel com a irmã de D. Maria Madeira; ficariam assim unidas na mesma família propriedades que, divididas, perderiam muito do seu valor; e, enquanto em Avô João Manuel administrava os bens da mulher e da cunhada, seu irmão Aleixo, em Anceriz, administraria os bens próprios e os do irmão.

Mas opunha-se a êste projecto a paixão de Brás Garcia, certamente correspondida por D. Cecília; e é contra estes amores que D. Maria Madeira, a principal interessada naquele casamento, dirigiu as suas batarias. Encontro mais tarde vestígios evidentes de antipatia mal

disfarçada entre D. Maria e Brás, como a seu tempo veremos, e tais sentimentos de aversão devem ter as suas raízes nesta época.

É fácil conjecturar quais os argumentos com que D. Maria Madeira procuraria arrancar do coração da irmã a paixão, que se lhe afigurava funesta. O homizio prolongado do poeta favorecera consideravelmente aquela empresa, e quando Brás, depois de tantos trabalhos e aventuras dolorosas, conseguiu regressar, embora clandestinamente, à sua nunca esquecida vila de Avô, uma nova terrível o esperava ali. D. Cecília renunciara aos seus antigos amores, e consentira em se unir matrimonialmente a seu cunhado. O casamento estava tratado, e em breve se ia realizar.

Este golpe foi decisivo.

O poeta vê todos os seus sonhos de amor desfeitos, perdidas as esperanças tão queridas e tão fagueiras, que até ali o animaram e lhe incutiram coragem para arrostar com os perigos e trabalhos. Guardaria ainda remeniscências dolorosas desse golpe terrível, quando muito mais tarde escrevia:

.....  
Que algozes são da vida as esperanças.

Estas que do Céu forão degradadas,  
E depois nunca nelle consentidas,  
As almas tem na terra avassaladas,  
E mais no Inferno, que no Céu metidas.  
Ó inimigas sempre desejadas,  
Se quando vós ganhais, ficais perdidas,  
Que muyto he, que venhais tão vagarosas,  
Se em mofinas paraís as mais ditosas! <sup>1</sup>.

Descreu então do amor e dos seus atractivos:

.....  
Que o premio, que se tira dos amores,  
São penas dos desdens, dos bens lembranças:  
Quanto suas firmezas são mayores,  
Mayores vem a ser suas mudanças,  
Que tarde, ou cedo, de amorosas fragoas  
Não ficão senão lagrimas, & magoas <sup>2</sup>.

Nem admitia que houvesse homem tão infeliz e desgraçado como elle:

Mandas-me que te cante minha vida,  
Melhor fora mandares-me chorala,

<sup>1</sup> V. T. IV, 75-76. — <sup>2</sup> Ibid. VIII, 138.

Que vida em tantos males repartida  
 Melhor fora choralá, que cantala;  
 Sempre hé sospeyto de affeyção fingida,  
 Quem de seus propios bens, ou males fala,  
 Mas sendo os meus notorios, & imperfeytos,  
 Serão mais reprehendidos, que sospeytos.

Porem se allivio dão desditas ditas,  
 Mal podem por contalas reprehendelas,  
 Que homem nenhum cahio em mais desditas,  
 Nem teve mayor dita em se erguer dellas.  
 Se te ouver de contar perdas, & ditas,  
 Tempo não averá pera dizelas,  
 Pintor serey, que honrando a sutil arte,  
 Dá indicio do todo pella parte <sup>1</sup>.

O estro poético sofre-lhe então um abalo enorme. Até este momento cantara os seus amores, as suas saudades, as suas esperanças, e, ainda em meio dos trabalhos e dores que o oprimiam, a ridente visão, nunca desvanecida, dum futuro feliz, inspirava-lhe cantares apaixonados, alegres ou saudosos, mas não plangentes; agora o desespero invade-o, aniquila-o, e já não ha estímulo suficiente, que o incite

A cantar, rouco de chorar desditas <sup>2</sup>.

Chora, sim, e as suas produções poéticas dêsse tempo foram lamentos de alma, queixumes sentidos, endexas repassadas de lágrimas e de tristeza, composições estas que infelizmente não possuímos, pois todas se sumiram na voragem enorme a que só escapou o *Viriato Trágico*; mas a elas se refere o poeta, muitos anos decorridos, na invocação que faz à Musa, ao principiar o seu poema épico:

E tu, filha do Alva cristalino,  
 Minha mais natural, que culta Musa,  
 Em cujas prayas o senil <sup>3</sup> Menino  
 Me ensinou a tocar a cithara lusa;  
 Erro da natureza, dom divino,  
 Mal repartido à parte, em que não se usa,  
 Donde eu sòmente dey em tantos males  
 Queixas aos montes, lagrymas aos valles <sup>4</sup>.

A traição, de que foi vítima, se o não levou a odiar as mulheres em geral, a repudiar os seus encantos, dos quais foi sempre admirador entusiástico, levou-o a formar um conceito bem triste da volubi-

<sup>1</sup> V. T. xv, 27-28. — <sup>2</sup> Ibid. 1, 2. — <sup>3</sup> Talvez o poeta escrevesse *sutil*.

<sup>4</sup> V. T. 1, 4.

lidade e inconstância inata dos sentimentos de algumas mulheres, a detestar as baixeiras de traição e as habilidades de fingimento, de que são capazes.

Nos vinte cantos do *Viriato Trágico* encontramos, é verdade, alguns retratos de mulheres dignas e cheias de virtudes primorosas; mas ao lado destas avulta uma formosa Lisbela, cúmulo refalsado e repelente de protérvia e de inconstância <sup>1</sup>.

Dirigindo-se às *gentis donzelas* que lerem o seu poema, desculpa-se de ter agravado o belo sexo com queixas e acusações; e para isto, rememorando velhos desgostos, diz com galanteio gongórico:

Sabey, que não tem culpa a minha pena,  
Senão a Musa, que o que escrevo dita,  
E à Musa não queyrais ver mayor pena,  
Que a que tem de convosco não ter dita.  
Desculpa tem quem desfavores pena,  
Na queyxa, que com colera tem dita:  
Se hê que de vossa graça estou privado,  
Minha desgraça esteve em ser privado <sup>2</sup>.

Mas apesar destas desculpas, que o génio galanteador lhe sugere, é certo que não perde ocasião de tirar a desforra do mal sofrido, publicando a hipocrisia e dissimulação das mulheres,

.....  
Pois sintindo huma cousa, outra publicação,  
Prazeres buscão, fingem desprazeres;  
Astrologas os danos pronosticão,  
E letradas dão falsos pareceres:  
Bem se vê nas de então, & nas de agora,  
Que engana a mulher mais, quando mais chora <sup>3</sup>.

Os grandes males, as grandes desgraças e calamidades deste mundo são geralmente devidas à acção nefasta da mulher, podendo até assentar-se como princípio, que jâmais houve

Tragedia, em que mulher se não metesse <sup>4</sup>.

A mulher, para conseguir o casamento, inventa, fantasia, faz

Muralhas de cristal, torres de vento,  
Porque não hã mentiras de mais porte,  
Que as ditas ao fazer de hum casamento <sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Vid. *V. T.*, xiii, 66-99; xviii, 72-94. — <sup>2</sup> *Ibid.* xii, 2. — <sup>3</sup> *Ibid.* xiii, 82.

<sup>4</sup> *Ibid.* xx 16. — <sup>5</sup> *Ibid.* xx, 27.

Ela dissimula, atraiçoa, finge paixões, e até

O sangue vende, por comprar marido <sup>1</sup>.

Quando Brás Garcia pensava e escrevia todas estas cousas, ¿ não teria presente a recordação do terrível golpe, há tantos anos vibrado pela gentil mão da sua namorada? Certamente.

\*

Destruídos os sonhos mais queridos, que até então lhe haviam dado coragem e força para suportar as adversidades, vendo a sua vida despedaçada, todas as esperanças perdidas, considerando-se já *sem cura enquanto amante* <sup>2</sup>, toma uma resolução heroica: fugir não só da região onde nascera, mas do próprio continente, onde tais desenganos sofreu, interpondo o oceano entre si e a mulher, que assim lhe faltou à fé jurada.

Brás deixa Avô, onde não quer ver a sua antiga namorada unida a outro homem, e regressa ao Pôrto, levando como companheiro um primo que tinha, chamado Luís de Figueiredo, filho de seu tio materno Felipe Madeira, rapaz de 18 para 19 anos, fogoso e aventureiro, que não mais o largou na maior parte do tempo que durou a sua ausência em terras de além-mar <sup>3</sup>. A êle voltaremos a referir-nos em breve.

No Porto Bras Garcia prepara-se com algumas noções da arte náutica, que lhe foram fornecidas por simples marujos, segundo êle próprio diz:

Brevemente me ensina gente bruta  
A sciencia que apura a fome de ouro,  
Porque o sutil me alegre, & maravilha  
Do astrólábio, da carta, & balestilha <sup>4</sup>.

Depois, correndo já o ano de 1623 <sup>5</sup>, toma lugar em um barco,

<sup>1</sup> V. T. xiii, 90. — <sup>2</sup> Ibid. xv, 61. — <sup>3</sup> *Notas geneal.* II, III, 4. — <sup>4</sup> V. T. xv, 53.

<sup>5</sup> Temos elementos suficientes para determinar êste ano. Brás regressou do Brasil, como logo veremos, em 1632, encontrando-se já em Avô no mês de novembro. Referindo êste regresso, escreveu ele:

Sôbre nove anos de importuna ausencia  
Torno a gosar da Patria desejada (xv, 62),

o que nos faz ver que o poeta deixara a sua pátria em 1623. Deve ter embarcado antes do meado dêste ano, aliás não haveria tempo para atravessar o Atlântico com deficiuldades, e passar no Brasil tudo o que refere nas estâncias 54 a 56, até à tomada da Baía pelos holandêses, realizada em maio de 1624.

que fazia viagem para o novo-mundo, e foge da pátria com o coração retalhado por crueis desenganos.

Poucos meses decorridos, em uma quarta feira, 16 de agosto do referido ano, celebrava-se na igreja de Avô, com grande aparato, o casamento de D. Cecília Madeira com Aleixo da Fonseca <sup>1</sup>, partindo os noivos em seguida para Anceriz, onde ficáram a residir.

\*

Muito acidentada, e cheia de contratemplos, correu para o poeta a travessia do Atlântico. Calmarias, tempestades, ataques de corsários, tudo isto experimentou, tendo por vezes em iminente risco a vida.

Por fim avista-se terra a poente. A princípio desenha-se a linha ondulada dos montes, recortando-se indecisos no horizonte; depois vão-se avolumando pouco a pouco, até que se devisa a casaria duma grande cidade, coroada e cingida por numerosos fortes, tórres e castelos, esmaltada aqui e acolá de verduras, donde se erguem, majestosos e triunfais, os penachos abertos de gigantescas palmeiras.

A sul expande-se uma formosíssima baía, que, tendo três léguas de bôca, se dilata e amplifica pelas terras dentro, a ponto de medir cêrca de trinta e seis léguas de circunferência, recebendo o tributo de seis rios, que nela vêem desaguar.

É a Baía de Todos-os-Santos, com a sua bela cidade de S. Salvador, capital que então era do Brasil, e grande empório industrial e de exportação.

Foi aqui que aportou Brás Garcia, ao chegar às terras de Santa Cruz, ficando deslumbrado com as condições naturais de beleza e de riqueza, dêste mundo privilegiado.

Ia para negociar, e aquêlo meio, com as variadíssimas e muito abundantes produções que oferecia à exploração comercial, era magnífico para tentar fortuna; mas o seu espírito ansioso de grandes comoções, curioso de ver e observar estes países tão cheios de atractivos e novidades, impelia-o a percorrer novas terras. Empreende desde logo uma viagem costeira, que de pôrto em pôrto lhe deixe observar e estudar as diversas regiões e feitorias principais do litoral brasileiro, antes de assentar definitivamente o seu plano e a sua residência.

---

<sup>1</sup> C. S. — *Registo paroq. de Avô*, l. 1, cad. 1., fl. 8.

Nesta viagem de reconhecimento sofre um *naufrágio lastimoso*, em que perecem quasi todos os seus companheiros. Por fim aporta a Pernambuco, então no auge da opulência e esplendor. Ali encontra e admira as florestas de mais preciosas madeiras do novo mundo, os montes de mais variada e abundante caça, o mar e rios de mais excelente peixe e marisco, os jardins de mais belas flores, os campos de mais luxuriante vegetação e formoso gado, as árvores e plantas, tanto cultivadas como silvestres, de mais saborosos frutos, as fábricas do mais fino e estimado açúcar.

A vila de Olinda, capital desta província, era uma das mais formosas povoações de todo o Brasil, residência preferida de numerosas famílias da principal nobreza.

Cativado da ostentosa opulência, grande comércio e beleza extraordinária dêste país, Brás Garcia aqui se estabelece finalmente.

Tudo isto nos é contado pelo poeta nas estâncias seguintes:

Apezar de tormentas, calmarias,  
Cossarios, & afflições de sangue, & morte,  
Entrei pella raynha das Bahias,  
Celebrado theatro de Mavorte.  
Desta cidade illustre em bizarrias,  
Da nova Lusitania nova corte,  
Julguey, que era o Brasil jardim sem muro,  
Thesouro rico, porém mal seguro.

A idade de ouro inda então lembrava,  
E a de prata, que nelle florescia,  
Já com intercadencias vacillava,  
Porque perto a de ferro trasluzia.  
Se a muyta gente pobre levantava,  
Tambem a muyta rica empobrecia,  
Que hê mal segura em quem compra, & vende  
Toda a riqueza, que do mar depende.

Navegando sua costa desejoso  
De saber estranhezas não sabidas,  
Naufragio padeci tão lastimoso,  
Que entre muytos salvamos poucas vidas.  
Escarmentado mais, que curioso,  
Tendo as colonias já reconhecidas,  
Na de Olinda parey, tendo a de Olinda  
Por mayor, por melhor, & por mais linda <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> V. T. xv, 54-56.

¿ Que fez Brás Garcia durante nove anos que passou na América ?  
 Pouco podemos dizer em resposta a esta pergunta.

Há dois factos capitais bem provados. Entregou-se ao comércio, e a fortuna foi-lhe próspera; tomou parte na defêsa do Brasil contra os holandêses invasores, combatendo com valentia, e alcançando o pòsto de alferes.

Bento Madeira de Castro <sup>1</sup> dá-nos conta deste segundo, omitindo cuidadosamente o primeiro. Daquêle resultava honra e glória; êste era demasiado grosseiro e vulgar, e não dava lustre ou realce à nobrêza da família. Entretanto um e outro facto são memorados no *Viriato Trágico*, como veremos.

Mas, se da generalidade quisermos passarà e specialidade, verificaremos que pouco, muito pouco nos diz o poeta deste período da sua vida, o que contrasta sensivelmente com as notas bastante minuciosas, que deixou, relativamente aos outros períodos. Isto, que à primeira vista causa estranheza, tem bõa explicação, e é o próprio poeta que se encarrega de a dar. Fazendo referênciã à guerra dos holandêses, declara:

.....  
 Em varias rimas tenho lamentada  
 Esta guerra, que muyto avante chega,  
 Calo portanto os mais particulares,  
 Que hê dobrar magoas, repetir pezares <sup>2</sup>.

¿ A que rimas aludem estes versos? Responde Madeira de Castro: — «... sobre tudo suspira nosso affecto por hũ Tomo, que cõpoz quando se voltou do Brasil, intitulado Ausências Brasilicas, pois nesses copiosos cadernos, que durão, nos excita as saudades dos que quási gastou o tempo, & o descuido» <sup>3</sup>.

Brás Garcia, depois do seu regresso do Brasil, entre numerosas composições poéticas que produziu, cantou em *várias rimas* os successos do Brasil, de que fõra espectador e actor, e entre essas poesias deviam abundar as notas auto-biográficas, que tanto se coadunavam com a sua psicologia. Compõs em especial um grosso volume, constituído por *copiosos cadernos*, a que deu o titulo de *Ausências Basilicas*, em que o referido assunto foi largamente versado. Não era pois razoavel que no seu *Viriato Trágico* estivesse a repetir o que havia anteriormente contado por meúdo.

<sup>1</sup> Doc. CXII. — <sup>2</sup> V. T. xv, 59. — <sup>3</sup> Doc. CXII.

As poesias avulsas já se tinham em grande parte extraviado quando, quarenta anos decorridos sôbre a morte do poeta, Madeira de Castro escreveu o seu resumo biográfico; mas existia ainda o volume das *Ausências Brasilicas*, cuja interessante leitura fazia lamentar a perda das outras. Por fim desaparece êste mesmo livro, e com êle as notícias biográficas, que ali se continham, relativas a este período da ausência de Brás Garcia no Brasil.

Aproveitemos pois aváramente, à falta de outras, as leves e pouquíssimas referências que conseguirmos descobrir e colher.

\*

Que o poeta negociou no Brasil, é, como dissemos, facto averiguado e certo.

Saiu de Portugal muito magoado, profundamente ferido na alma; mas êsse estado agudo da paixão, depois de esta passar à fase de mal sem remédio, de doença *sem cura*, como êle se exprimiu <sup>1</sup>, forçosamente havia de se mitigar. A crise, porque foi muito violenta, não podia ser duradoira. Entrada no estado crónico, a paixão já o deixaria pensar a frio sôbre a sua situação, sôbre a situação dos seus; e daí resultou o meter-se a valer em tentar fortuna pelo comércio.

A casa de seu pai era modesta, e a família grande. Além dos rendimentos dos bens patrimoniais seus e de sua mulher, Marcos Garcia auferia os lucros da escrivania das cisas gerais e dos panos <sup>2</sup>, officio que vinha exercendo desde 1595, mas que pouco rendia; as despêsas entretanto haviam-se avolumado muito, para acudir às desgraças de Brás, e para ocorrer à educação dos outros filhos.

Ora Brás Garcia, como logo veremos, era naturalmente inclinado às ostentações; gostava de viver com brilho, aspirava a cercar a nobreza de sangue do prestígio, que só pode alcançar-se por meio de acções que sobresaíam e se ergam acima da vulgaridade, e além disso com dinheiro, sem o qual todo o brilho é efêmero. Não admitia nobreza pobre, que se rebaixasse a pedir, a viver de empréstimos. Era para êle um axioma

Que a Nobre pobre menos o injuria  
Roubar de noyte, que pedir de dia <sup>3</sup>;

e como, por educação e por índole, era incapaz de roubar, fez o que

<sup>1</sup> V. T. xv, 61. — <sup>2</sup> Doc. X. — <sup>3</sup> V. T. II, 72.

muitos outros nobres fizeram. Condenou-se a viver largos anos longe da pátria,

Que mais penoso hé, mais entristece  
O que à vista da Patria se padece <sup>1</sup>,

e por lá se sujeitou a angariar honradamente, com intenso trabalho, alguns bens de fortuna, para depois vir dourar de novo os braços de armas dos seus avós. Lá diz o poeta, referindo-se aos três rios, Mondêgo, Zézere e Alva: nascidos na serra da Estrêla, é a própria pátria que

A desterro os condena como pobres:  
Pobres começo muytos rios nobres.

Degradão-se da pobre natureza,  
Por se verem na alheya accrescentados,  
Que a mais tem degradados a pobreza,  
Do que tem a Iustiza degradados <sup>2</sup>.

Mas outro incentivo o estimulou ainda a buscar meios de enriquecer.

Avô, a sua vila encantadora, à qual tanto queria, e que agora, vista de tam longe com os olhos da imaginação, através do prisma da saudade, reduplicava de atractivos, tudo o que era devia-o quasi exclusivamente à prodigalidade da natureza, e pouco, muito pouco, à arte. Atenuadas as más impressões com que de lá saíra, agora já antegostava o momento em que, modificadas as circunstâncias, podesse regressar ao seu país; e começaria a planear melhoramentos, a projectar obras, que mais tarde veiu a realizar, como veremos.

Era pobre a sua pátria, e êle desejava beneficiá-la. Mete por isso ombros à emprêsa de ganhar dinheiro.

Este propósito, este incentivo, não deixou o poeta de o consignar no seu livro, tam recheado de notas auto-biográficas, introduzidas e insinuadas por todas as suas páginas. Fala de si mesmo quando, referindo-se à pátria, *sempre cara e sempre amada*, diz:

Quem longe da em que nasce, vaga, esquivo,  
Não hé, porque seu clima o desagrada,  
Senão, porque não cabe hum peyto nobre,  
De grande coração em Patria pobre <sup>3</sup>.

\*

Foi em Pernambuco que o nosso poeta assentou a sua residência, segundo vimos. O local não podia ser mais bem escolhido, pois a

<sup>1</sup> V. T. 1, 104. — <sup>2</sup> Ibid 1, 16-17. — <sup>3</sup> Ibid. iv, 57.

sua capital Olinda constituía nessa época um importante empório do comércio e indústrias do novo mundo.

Era capitão-mór desta provincia Duarte Coelho de Albuquerque, e governava-a seu irmão Matias de Albuquerque, que havia de ter um papel importante na guerra com os holandeses, e mais tarde nas campanhas da restauração, onde alcançou o título de conde de Algrête.

Não sabemos pormenores do género de negócio a que Brás Garcia de Mascarenhas se dedicou, e não vale a pena estar a ventilar hipóteses, quando não há meio de chegar a conclusões seguras. Entregando-se com toda a actividade à sua nova profissão, deve ter estado em vários pontos do Brasil, e talvez até passasse a outras regiões da América do Sul. Somos levados a crer que em qualquer dessas excursões comerciais iria até além do Rio da Prata. É uma suspeita despertada pelo esbôço que, a título de imagem, em poucos traços, mas esses firmes e precisos, como que fixados em um instante, o poeta nos faz das Pampas, e dos gados que as povôam.

Como em campos larguissimos, & enxutos  
Alem de Buenos Ayres, sempre cheyos  
De vacûm bravo, & de cavallos brutos,  
Que não tem donos, nem conhecem freyos;  
Espantão-se da gente, & resolutos  
Huns após de outros fogem sem rodeyos,  
Porque inda que em pedaços os desfação,  
Por donde passou hum, os outros paixão <sup>1</sup>.

Com a agudeza de intelligência e sagacidade de que era dotado, trabalhou activamente, tendo sempre em vista

... que era o Brasil jardim sem muro,  
Thesouro rico, porém mal seguro <sup>2</sup>.

No negócio não basta esperteza e finura; é também necessária fortuna e boa sorte. Se isto succede em geral, mais succedia então no Brasil, quando a travessia do Atlântico era feita em péssimas condições, lutando com as tempestades, e muito mais com os piratas mouriscos e com os holandeses, que formigavam por esses mares. É assim que o Brasil

Se a muyta gente pobre levantava,  
Tambem a muyta rica empobrecia,  
Que hê mal segura em quem compra, & vende,  
Toda a riqueza, que do mar depende <sup>3</sup>.

<sup>1</sup> V. T. vi, 83. — <sup>2</sup> Ibid. xv, 54. — <sup>3</sup> Ibid. xv, 55.

Brás Garcia não foi dos perseguidos da sorte. A fortuna auxiliou-o, e quando, ao fim de nove anos, deu por terminada a sua vida comercial, tinha realizado as suas aspirações, que certamente não eram desmedidas. Ele mesmo o diz:

Satisfeyto porem da minha sorte  
No Brasil, me parti delle contente <sup>1</sup>.

\*

Não se suponha que a grande actividade do nosso poeta foi na América absorvida toda pelo negócio, a que se consagrou. De modo nenhum.

Mal havia assentado residência em Olinda, ou nas suas cercanias, eis que chega ali a notícia da tomada, pelos holandeses, de S. Salvador da Baía, que então era a capital do Brasil. Pode calcular-se o pânico, que esta nova produziria por todas as províncias.

Era governador geral do Brasil Diogo de Mendonça Furtado, que, embora fôsse um militar valente e já largamente experimentado na Índia, não pode repelir o inimigo, quando êste, a 9 de maio de 1624, entrou na Baía, apesar da resistência desesperada que lhe opôs com setenta homens, que tantos eram os que tinha de guarnição. Toda a mais gente válida acompanhou a inválida na fuga apavorada, que da cidade fizeram de noite para o interior.

Aprisionado Diogo de Mendonça, sucedia-lhe no governo geral Matias de Albuquerque, que, segundo fica dito, estava governando a capitania de Pernambuco. Tratou-se desde logo de organizar uma defêsa, tanto quanto possivel, séria. Alistaram-se muitos patriotas, entre os quais o próprio bispo de S. Salvador, D. Marcos Teixeira, que na Baía por algum tempo dirigiu pessoalmente a campanha, e nela morreu.

Os holandeses, uma vez senhores de S. Salvador, infestavam os mares e os portos, surgindo aqui e acolá como aves de rapina a fazerem prêsa, já nos navios carregados de mercadorias, já nas feitorias estabelecidas próximo das costas. Era pois necessário acudir rapidamente aonde o inimigo apparecia, e êsse serviço era feito em grande parte por voluntários, que, deixando os seus negócios, acorriam ao chamamento.

Entre êsses patriotas, que na defêsa da pátria se andaram batendo, conta-se o nosso poeta.

Assim fôram os portugueses entretendo o inimigo, não o deixando

<sup>1</sup> V. T. xv, 60.

descansar nem alargar-se nas suas conquistas, até que chegaram os socorros pedidos, entrando pela Baía em sexta feira santa, 28 de março de 1625, as duas armadas, portugueza e espanhola, esta comandada por D. Fradique de Toledo Osório, marquês de Valdueza, aquela por D. Manuel de Meneses, contando ambas cêrca de doze mil homens.

Depois de vários ataques, com sorte vária, e dos prejuízos sofridos pelos nossos no ataque dirigido pelo inimigo ao quartel que se estava assentando junto ao convento de S. Bento, renderam-se finalmente os holandeses, ao cabo de um mês de sítio, no dia 1 de maio do ano referido.

\*

Apenas em três lugares do *Viriato Trágico* se encontram referências à guerra com os holandeses.

Ao feito da restauração da Baía faz alusão o poeta, ao demonstrar que a artelharria produz mais barulho do que mortandade:

Mais carrancas nos faz, que bisarrias <sup>1</sup>  
 Nos sitios, que com mais credito abraça:  
 O da Bahia de vinte & oyto dias  
 Por mar, & terra atacada a praça,  
 Com sortida a Sam Bento, & baterias,  
 Não chegou a custar de toda a massa  
 Trezentos homês, nem em tanta prova  
 Custou mais que vinte & oyto Vila Nova <sup>2</sup>.

Lê-se noutro lugar uma referéncia a maus conselhos, que o poeta viu darem traidores ou cobardes *em guerras com Christãos e Luteranos*, isto é, na guerra com os hespanhois depois de 1640, e na que tivemos com os holandeses no Brasil. Transcrevamos:

Eu vi alguns Scipiões não Africanos <sup>3</sup>,  
 Senão como este, de que vou tratando,  
 Que em perigos de honrados Lusitanos,  
 Nascendo honrados, se hião deshonrando,  
 Em guerras com Christãos, & Luteranos  
 Partidos muyto máos aconselhando,  
 Por se não arriscarem aos perigos,  
 Faltando ao Rey, à Patria, & aos Amigos.

<sup>1</sup> Fala da artelharria. — <sup>2</sup> V. T. iv, 26.

<sup>3</sup> O poeta laborava no equívoco de confundir o consul romano QUINTO SERVÍLIO CECÍLIO, que planeou e fez executar a traição ignóbil, de que foi vítima Viriato, com PÚBLIO CORNÉLIO SCIPIÃO EMILIANO, o segundo AFRICANO, a quem atribuiu aquela vileza. Os manes dêste lhe perdõem a involuntária injúria, que tem sido repetida por muita outra gente boa.

E depois que da morte se escaparão  
 Por virtude, & valor de bons guerreyros,  
 Tudo o que bem fizerão murmurarão,  
 Fingindo-se leoões, sendo cordeyros.  
 Etc.....<sup>1</sup>.

Desta guerra se ocupa rapidamente em três estâncias:

Estando aqui<sup>2</sup>, como trovão com rayo,  
 Rompe a guerra estragando de repente  
 A cabeça do Estado hum mes de Mayo,  
 Infeliz ao repouso do Occidente;  
 Sobresalto cruel, mortal desmayo,  
 Vay perturbando a paz de gente em gente,  
 Branca, negra, gentia, moça, & velha  
 Toda se espanta, & toda se apparelha.

Começa de ferver em mar, & em terra  
 O duro Marte, sem deyxar em quanto  
 Do Equinocio ao Tropico se encerra  
 Cousa, que não involva em sangue, & pranto:  
 Tudo apalpa, & revolve a dura guerra,  
 Porque em tudo se oppoem com grave espanto,  
 Já sobre as vellas, já sobre as amarras,  
 As santas Quinas, às hereges Barras.

Nem porque nossa poderosa armada  
 O perdido restaura, o mal socega,  
 Porque sempre hê do Belgico infestada  
 A costa por que indomito navega.  
 Em varias rimas tenho lamentada  
 Esta guerra, que muyto avante chega,  
 Calo portanto os mais particulares,  
 Que hê dobrar magoas, repetir pezares<sup>3</sup>.

\*

Terminado este paréntese de actividade militar, seguiram-se quasi cinco anos de relativo sossêgo, em que Brás Garcia se poude entregar com todo o entusiasmo à vida comercial na bela capitania de Pernambuco.

Os holandeses continuavam infestando os mares, e por vezes entravam mesmo em algum porto, a aprisionar barcos com as respectivas carregaçõis; não havia entanto nenhuma tentativa de nova occupação.

<sup>1</sup> V. T. xix, 81-82. — <sup>2</sup> Em Olinda. — <sup>3</sup> V. T. xv, 57-59.

Um dia, a 14 de fevereiro de 1630, aparece à vista de Olinda uma armada holandesa composta de setenta velas, conduzindo oito mil homens de guerra.

Matias de Albuquerque não estava desprevenido; mas teve de arcar com a indisciplina, que o ócio sempre causa, e com a imoralidade, que geralmente acompanha a opulência de um povo. E assim foi que, no momento de combater, logo depois do desembarque do inimigo, e quando já alguns estragos haviam sido feitos nas hostes dos holandeses, os pernambucanos fogem espavoridos, deixando caminhar o inimigo sobre Olinda, que foi entrada a 16 de fevereiro sem grande dificuldade. Estava quasi deserta, porque os moradores a haviam abandonado, retirando-se de noite para o interior, e levando consigo quanto puderam das riquezas acumuladas em suas casas.

Mas não se suponha que o brio e patriotismo portuguezes se haviam extinguido completamente. O triunfo, que os holandeses celebraram com sacrilégios de toda a ordem, não decorreu incruento, porque um punhado de patriotas, soldados uns, outros paisanos, acêtos em raiva e indignação por verem perdida a cidade, travaram luta desesperada no adro da Misericórdia e no convento de S. Francisco, mostrando bravura e valor heroicos, e dizimando à cutilada a mole de inimigos, até serem êles mesmos esmagados quasi todos pelo número excessivo dos contrários. Não ultrapassamos as raias do verosimil, se imaginarmos que um destes patriotas aguerridos seria o nosso poeta.

Após Olinda foi tomado o Recife, que lhe fica próximo, depois de vencida a defêsa heroica que os portuguezes, comandados pelo capitão António de Lima, sustentaram no forte de S. Jorge; e só capitulou êste bravo capitão com uns trinta soldados, únicos que tinha consigo, depois de largos dias de peleja, e de serem mortos alguns centos de soldados ao inimigo.

Vendo-se com pouca gente, e aguardando fôrças, que com insistência reclamava da metrópole, Matias de Albuquerque tratou de reduzir o poder dos holandeses cortando-lhes a comunicação por terra entre Olinda e Recife, e não os deixando estender a sua acção para fora destas terras, para o que estabeleceu trincheiras e reductos, guarnecidos de soldados valentes e já experimentados, embora poucos em número. Nestes postos se sustentaram heroicamente os portuguezes, aniquilando as fôrças que os inimigos mandavam para os tomar.

Assim se mantiveram as cousas, até à chegada do refôrço enviado de Portugal.

Em toda esta campanha lidou com bravura Brás Garcia de Mascarenhas no posto de alferes <sup>1</sup>.

Não tinha ainda educação militar; mas a vivacidade, energia e grande talento, de que a natureza o dotara, o conhecimento perfeito, que adquirira na juventude, do jôgo de armas, e além disso a experiência da guerra, que lhe deu a campanha da Baía, supriam bem a sciencia teórica militar, que iria aprendendo nos livros.

Assim é que o encontramos mais tarde a preconizar a aprendizagem prática nos campos de batalha, como sendo mais eficaz e indispensavel do que o ensino nas escolas:

.....  
 Que ao mais bisonho insina presto a guerra,  
 Onde o destro tal vez menos atina,  
 Se a victoria a seus emulos se inclina <sup>2</sup>.

Faz o elogio caloroso da sciência militar:

A sciencia militar, real sciencia,  
 Que por todos os seculos florece,  
 Se aprende com difficil experiencia,  
 E com descuydo facil presto esquece.  
 ..... <sup>3</sup>;

mas é no campo, e não nas escolas platónicas, que ela verdadeiramente se adquire:

.....  
 Não se aprende a sciencia meritoria  
 De Marte nas Platonicas escholas,  
 Senão no campo, aonde se tem dados  
 Muytos quináos aos mais exprimentados <sup>4</sup>.

Tal é a doutrina que põe na bôca de Viriato, ao defrontar-se-lhe o pretor romano, e soerguendo já a pesada maça:

Agora saberàs quanto esta pesa,  
 Porque defunto insines a letrados,  
 Que não està nas Letras a destreza,  
 Senão nos braços de armas calejados.  
 ..... <sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Doc. CXII. — <sup>2</sup> V. T. II, 113. — <sup>3</sup> Ibid. IV, 2. — <sup>4</sup> Ibid. III, 106. — <sup>5</sup> Ibid. IX, 97.

Isto não quer dizer que Brás desprezasse as teorias militares, no que teria dado um triste testemunho de si; mas apenas afirma que mais pode fazer um soldado com experiência de guerra, embora com pouca ciência teórica, do que outro com teoria mas sem experiência alguma.

Ele, que era naturalmente curioso e amigo de saber, reunindo a esta curiosidade natural um talento de compreensão e assimilação muito notável, não deixaria de se instruir na arte da guerra, lendo com proveito, nas horas vagas, os tratados, que ao tempo havia, da ciência militar. Esse estudo deve ter proseguido mais tarde com superior intensidade, durante a guerra da restauração, quando Brás se viu sobrecarregado com as responsabilidades do comando de uma companhia, e do governo de uma praça de armas de grande importância estratégica.

Revela-se-nos efectivamente, através das páginas do seu poema, como conhecedor da ciência militar, e familiarizado com os livros, que a expunham. Permita-se-nos mais uma transcrição:

Depois de já ficar tranquilla Hespanha,  
Fóra as escholas della se passarão :  
Italia, França, Flandres, & Alemanha  
Pera sua desdita as conservarão ;  
Os mestres della, que com sciencia estranha  
A milicia moderna reformarão,  
Pondo-a no estado, em que agora a vemos,  
Parece conveniente que apontemos.

Solberigo lhe purga muyto vicio,  
Esforcia, & Pecino a fazem clara,  
Cordova a insina, ficão no exercicio  
Carlo, Alva, Vasto, Fontes, & Pescara ;  
Parmã, Vandoma, Espinola, & Mauricio  
A poem em perfeção polida, & rara,  
E em nossos dias, com tremendo susto,  
Gustavo o Sueco, & Luizo Justo.

Podera discorrer, bem que insciente,  
Pello que cada qual com raro ingenho  
Lhe accresco, & apurou até o presente,  
Porque presentes seus successos tenho ;  
Mas por seguir o assumpto brevemente,  
Neste particular me não detenho,  
De quem capazes são as citras lusas,  
Que hé brévia de Armas, a lição das Musas.

Os homens como as plantas se cultivão,  
Que incultos os produz a natureza,

Só por armas, & graves sciencias privão,  
Sem as quais os deslustra a rustiqueza.  
Da pericia as sciencias se derivão,  
Que he o valor inutil sem destreza,  
Mais util hê, mais val de qualquer sorte  
Perito debil, que imperito forte.

Prezem-se os Reys de homens de experiencia,  
Que todo o homem, que saber pretende,  
Aprende à sua custa a sua sciencia,  
E esta à custa dos Principes se aprende.  
Hê toda a militar intelligencia  
Fazenda, que aos Reys cara se vende,  
Que logo perdem todos seus estados,  
Em chegando a perder os bons soldados.

Quanto hoje tem coroa tão prezada,  
Tudo deve à Milicia portuguesa :  
Mas fique tal materia aqui cortada  
Do assumpto do meu canto, que hé Sopresa.  
Hé Sopresa hũa industria simulada,  
Com que se ganha algũa fortaleza  
Tanto a descuydo, ou tanto de repente,  
Que se acha presa, quando a empresa sente.

Consiste o bom successo das sopresas  
Em presteza, valor, segredo, espias :  
Há sempre nellas varias sutilezas,  
Pera enganar as rondas, & vigias.  
Com petardos, escadas, & estranhezas  
De artificios de fogo em nossos dias  
Se fazem muytas dignas de memoria ;  
E visto o que hé sopresa, sigo a historia <sup>1</sup>.

\*

Tem causado estranheza o facto de não se encontrar o nome de Brás Garcia de Mascarenhas mencionado entre os dos officiais e soldados, que os governadores do Brasil apontavam como dignos de louvor e de mercês régias pelos seus feitos; e nem um simples registo haver da sua nomeação de alferes.

Para explicarem este silêncio, inventaram os escritores a lenda:— que os inimigos do poeta lá mesmo na América fizeram sentir o seu ódio poderoso, apagando o nome do grande patriota de todos os documentos officiais, onde deveria aparecer.

<sup>1</sup> V. T. iv, 29-35.

A explicação é outra muito diferente, e bem natural.

Brás Garcia durante a sua residência no Brasil não passava de um homiziado. Era um criminoso, que para ali fugira às garras da justiça, e por isso precisava de encobrir cautelosamente quem era, e de adoptar um pseudónimo, que ocultasse o seu verdadeiro nome. Com êsse pseudónimo comerciava; com êle se alistou nas fileiras dos voluntários, quando a pátria reclamou os seus serviços na guerra. Distinguindo-se como soldado, foi promovido, ainda com o mesmo pseudónimo, ao posto de alferes pelo capitão da sua companhia, que era a quem pertencia fazer tais nomeações, e passar as respectivas cartas, satisfeita a formalidade da aprovação do governador <sup>1</sup>.

¿ Como era possível, pois, encontrar-se o nome de Brás Garcia de Mascarenhas nos relatórios dos governadores, ou nos registos e noutras quaisquer fontes, oficiais ou particulares, de notícias sôbre a guerra dos holandeses ?

Depois de indultado, e provavelmente só depois de ter regressado à patria, é que se deve ter revelado o segredo, e tornado conhecida a identidade pessoal de Brás Garcia de Mascarenhas e do pseudónimo que o encobrira no Brasil; mas não admira o facto de se não encontrar referência alguma a êste ponto tam importante para a biografia do poeta, quando as suas noticias biográficas tam escassas são.

Um documento devia existir, donde certamente constavam os serviços militares por êle prestados no Brasil: era a consulta fundamentada do Conselho de Guerra, em meado de janeiro de 1641, na qual o nosso Brás foi proposto a el-rei para capitão de infantaria do exército da Beira, que se ia organizar para defesa da patria <sup>2</sup>.

Infelizmente porêm essa consulta não existe no respectivo maço. Extraviou-se, como succedeu a várias outras.

Talvêz ainda um dia venha a fazer-se alguma luz sôbre este período tam desconhecido da vida de Brás Garcia. Têem a palavra os nossos ilustradissimos confrades brasileiros.

---

<sup>1</sup> Encontram-se, v. gr., muitos casos dêstes, referidos no maço 2<sup>a</sup>, n. 232 das *Consultas do Conselho de Guerra*, na T. T.

<sup>2</sup> Existe, por exemplo, a consulta de 21 fev. 1641, em que são propostos os capitães para irem levantar gente na comarca de Torres Vedras. Cada nome proposto é acompanhado da enumeração dos títulos que recomendam a sua escolha, e alguns dêles são encarecidos por terem já militado no Brasil, com indicação dos serviços lá prestados, e dos trabalhos lá sofridos em defêsa da pátria (T. T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, 1641, março 1. n. 53).



BRAZÃO DARMAS DA FAMILIA  
DOS GARÇAS D MASARENHAS  
D FOLHADOSA

\*

Brás Garcia, nos últimos tempos da sua estada no Brasil, já não tinha por sócio o seu primo Luís de Figueiredo, que o acompanhára de Avô, e com quem desabafava saúdaes. Havia regressado a Portugal em 1628<sup>1</sup>.

Naturalmente o nosso homiziado encarregá-lo hia na despedida de lhe enviar informações do que se passasse pela Beira, e em especial por Avô, e depois, de longe em longe e com os necessários recatos, receberia dêle notícias, que mais lhe viriam avivar as saúdaes. ; Como não lamentaria o poeta a situação em que o antigo crime o colocara, de não poder também voltar a Portugal!

Um belo dia recebe o nosso exilado uma carta, em que é avisado de que já podia regressar à patria sem receio, porque o seu antigo crime fôra indultado. Assim estava *convalescido enquanto a reu*<sup>2</sup>.

É verdade que a mais importante doença que o fizera afastar de Portugal fôra a sua paixão, que não tinha remédio; mas nove anos de ausência, de trabalhos, de distracções, haviam produzido o seu natural efeito. Continuava, é verdade, *sem cura enquanto amante*<sup>3</sup>; passada porêem do estado agudo ao crónico, a moléstia do coração atenuára-se, e agora já não era óbice que o inibisse de regressar à velha Europa.

Solicitavam-no as saúdaes da Pátria, dessa entidade idealizada, quasi mística, cheia de seducções, que êle via sorrir-lhe de longe e chamá-lo nas longas horas de nostalgia, que se intercalavam no seu labutar quotidiano.

; A Patria!... ; E quem mais do que êle amava a sua imagem longínqua, quem mais do que êle sentia a acção dos seus atractivos irresistiveis, que o faziam sonhar a cada instante com a hora em que a ela regressaria, em que beijaria amorosamente o seu solo bemdito!

Ouçamos da própria boca do poeta a descrição comovida e recheada de imagens, do que é o amor da pátria:

Amor universal, doce attractivo,  
 Empenho natural, divida honrada  
 Sempre foy, será sempre este incentivo  
 Da Patria sempre cara, & sempre amada.  
 Quem longe da em que nasce, vaga, esquivo,  
 Não hé, porque seu clima o desagrada,  
 Senão, porque não cabe hum peyto nobre,  
 De grande coração, em Patria pobre.

<sup>1</sup> *Notas geneal.* II, III c, 4. — <sup>2</sup> *V. T.* xv, 61. — <sup>3</sup> *Ibid.*

Tudo a seu natural sempre obedece,  
 Se attentamente bem se considera :  
 Do alto a pedra pera o centro deca,  
 Do bayxo o fogo sóbe á sua esfera.  
 Todo o rio o mar patrio reconhece,  
 Todo o peyxe descansa onde se gera,  
 As feras buscão, buscão passarinhos,  
 Os patrios bosques, ou os patrios ninhos.

Habita aonde teve o nascimento  
 A ave nocturna em lobrega devesa,  
 Torna a formiga ao patrio alojamento  
 Com muyto mayor peso, do que pèsa ;  
 Com pedrinhas a abelha, por que o vento  
 A não desvie, volve com presteza  
 A casa, aonde sua industria pasce :  
 Tudo se volve á patria aonde nasce.

Não tem cafre tão bruto a Cafraria,  
 Nem gentio tam barbaro o Poente,  
 Nem salvagê tão fero a Scythia fria,  
 Nem indio tão covarde o molle Oriente,  
 Que do ninho paterno, em que vivia,  
 Saudades não sinta, estando absente ;  
 Que hé alvo a Patria, a que nunca errão  
 Os suspiros de quantos se desterrão.

A defendela o corpo se provoca  
 Por ser o ar primeyro, que respira,  
 Primeyra cousa, que em nascendo toca,  
 Primeyra luz, que abrindo os olhos vira.  
 Se a arvore gentil, que se derroca,  
 Perdendo o natural geme, & suspira,  
 A do revez, que a tudo senhorea,  
 Como não generá em terra alhea !

Bem a Justiça na rezão fundada  
 Pena pos de desterro ao delinquente,  
 Porque o da Patria sempre desejada  
 Hé grã castigo de quem vive absente.  
 Quem a troco de vela restaurada  
 Por ella morre, vive eternamente ;  
 Ou quem, por defendela do inimigo,  
 A vida pos em publico perigo <sup>1</sup>.

Brás Garcia resolve partir o mais brevemente que ser possa.  
 Trata desde logo de pôr em ordem os seus negócios, e, na liquida-

---

<sup>1</sup> V. T. iv, 57-62.

ção a que procede, fica *satisfeito de sua sorte no Brasil*, onde conseguira arranjar uma fortuna, embora modesta como as suas aspirações. Sem mais dilatação embarca por meados do ano de 1632, e parte *contente* para a Europa.

\*

Três meses durou a travessia do Atlântico; três longos meses, cheios de contratempos e de tormentas, a que o poeta faz alusão.



Pelourinho e casa da Câmara de Avô.

Ao cabo dêsse tempo o navio em que fazia viagem, desviado pela tempestade da direcção desejada, que o devia levar a Lisbôa ou ao Porto, passara a Norte do cabo Finisterra, e por pouco não é arrastado ao golfo de Biscaia. Consegue aportar ao Ferrol, onde Brás Garcia pisa enfim terra da nossa península.

Não se demora em curiosas excursões. Tinha pressa de beijar a mão a seu velho pai e a sua affectuosa mãe, de abraçar os irmãos e os amigos; anseava por ver novamente a sua pátria saudosíssima. Para lá se dirige pois, e em Avô o encontramos já a figurar num acto público a 21 de novembro de 1632<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Doc. XXIX.

O regresso do Brasil é memorado pelo poeta nos seguintes versos :

Satisfeyto porem de minha sorte  
 No Brasil, me parti delle contente,  
 Porque assim como a agulha busca o Norte,  
 Busca a Patria, o que della vive absente.  
 Adherencia não hà, que mais importe,  
 Que a de hũa larga ausencia a hum delinquente,  
 Porque sempre hà de ser esta enfadonha  
 De rãos triaga, & de amor peçonha.

Avisado de estar convalecido  
 Enquanto a réo, sem cura enquanto amante,  
 Tres meses naveguey, já conhecido  
 Por mal afortunado navegante;  
 De esquadroês, & tormentas perseguido  
 Derrotado a Ferrol, bem que distante  
 Porto, do que buscava meu desejo,  
 Apostata do mar a terra bejo.

Sobre nove annos de importuna ausencia  
 Torno a gosar da Patria desejada,  
 Como quem sobre larga penitencia  
 Se absolve da censura reservada.

..... 1.

(Continúa).

A. DE VASCONCEI.OS.

## DOCUMENTOS

### XXX

ASSENTO DE UM BAPTISMO EM QUE FOI PADRINHO O POETA BRÁS

(4. fevereiro 1635)

1635

.....  
 Aos 4. dias de feuer.º era presente baptizei a bras f.º de Migel Nüz do casal da moura e de sua m.er q̄ ueyo da Serdr.ª forão padrinhos assignados bras Gr.ª mascharenhas, e sua irmão Varonica Nüz por lembr.ª fiz e assinei no mesmo dia.

ROQUE DIAS DE MATTOS

(C.S. — Registo paroquial de Avó, l. 1, cad. 2.º, fl. 101 v.º).

1 V. T. xv, 60-62.

## XXXI

ASSENTO DE OUTRO BAPTISMO EM QUE FOI PADRINHO O MESMO

*(4 feveiro 1635)*

1635

.....  
 No mesmo dia *(4 de feveiro)* baptizei a Anna filha de Gp.<sup>ar</sup> da Silua e de sua m.<sup>er</sup> kuisa Nüz. forão padrinhos assignados bras Gr.<sup>ca</sup> Mascharenhas e Anna mad.<sup>ra</sup> m.<sup>er</sup> de Miguel Nüz. de Campos de q̄. fiz e assinei eodê die.

ROQUE DIAS DE MATTOS

C.S. — *Registo paroquial de Avô, l. 1, cad. 2.º, fl. 101 v.º.*

## XXXII

INFORMAÇÃO DO VIGÁRIO DE AVÔ, RELATIVA AO ORDENANDO

FRANCISCO GARCIA, IRMÃO MAIS NOVO DO POETA

*(22 feveiro 1635)*

O P.<sup>e</sup> Roque dias de mattos vig.<sup>ro</sup> em a parrochial ig.<sup>ra</sup> de nossa Srã. da Assumpção da uilla de Avo. Certefiquo q̄ hé uerdade me foi appresentado hũ m.<sup>do</sup> do Sõr. Deão, e mais dignidades do Cabido da s.<sup>ta</sup> Sé de Coimbra pera ser publicado nesta ditta ig.<sup>ra</sup> á stação da missa, em como fr.<sup>co</sup> Garc.<sup>a</sup> desta mesma uilla filho de Marcos Garcia e sua m.<sup>er</sup> Illena Mad.<sup>ra</sup> se queria ordenar de ordens menores, ao q̄ satisfiz como nelle se continha, lendo o. de uerbo ad uerbum em o domingo da sexagessima onze dias de feuer.<sup>o</sup> presente, E certefiquo não auer impedim<sup>to</sup> algum, antes todos una uoce (ao publicar do m.<sup>do</sup>) disserão ser o ditto ordinando fr.<sup>co</sup> Gar.<sup>ca</sup> mancebo benemerito, por ser honrado de sangue, pessoa, uirtude e boñs costumes, e eu assi o certefico na uerdade, Certefiquo mais ser o ditto fr.<sup>co</sup> Garcia nacido nesta ditta uilla e na pia baptismal da ig.<sup>ra</sup> baptisado, e de quatorze ãnos pera sima de idade, e na mesma ig.<sup>ra</sup> foi chrisnado como tudo consta do liuro dos baptisados e chrisnados q̄ ha na ditta ig.<sup>ra</sup> e em poder meu está a q̄ me reporto e por uerdade passei a presente q̄ fiz e assinei hoie 22 de feuer.<sup>o</sup> de 635 años.

ROQUE DIAS DE MATTOS

Déclaro q̄ o ditto fr.<sup>co</sup> Gar.<sup>ca</sup> ordinando e mancebo alto do corpo idade 22 ãnos (como ui do liuro) córado da cara, olhos baxos e inquietos, ou espertos, sociosio em p.<sup>te</sup> da falla gentil homê, sem barba, começa o buço por uerdade fis e assinei eodê die.

ROQUE DIAS DE MATTOS

(C.E. — *Processo para a ordenação de Francisco Garcia, de Avô.*)

## XXXIII

ASSENTO DE UM BAPTISMO EM QUE FOI PADRINHO O POETA

(13 outubro 1635)

1635

.....

A 13 dias de 8.<sup>bro</sup> baptizou o p.<sup>e</sup> Simão mad.<sup>ra</sup> de l.<sup>ca</sup> minha João f.<sup>o</sup> de J.<sup>o</sup> Gomes e de m.<sup>a</sup> misquitta<sup>1</sup> sua m.<sup>er</sup> forão padrinhos Bras Gr.<sup>ca</sup> M.<sup>as</sup> e Catherina barratta pera lembr.<sup>ca</sup> fiz eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.<sup>o</sup>, fl. 102).

## XXXIV

ASSENTO DE OUTRO BAPTISMO EM QUE FOI PADRINHO O MESMO

(20 abril 1636)

1636

.....

Aos 20 dias de Abril baptizei Ageda filha de Migel Nüz da Moura e de sua m.<sup>er</sup> Isabel gr.<sup>ca</sup> forão padrinhos assignados bras Gr.<sup>ca</sup> m.<sup>as</sup> e hũa tia da baptisada do lugar da Serdr.<sup>a</sup> cuio nome me não constou de q̄ fis este termo eodem die.

MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.<sup>o</sup>, fl. 102 v. ).

## XXXV

ASSENTO DE OUTRO BAPTISMO COM O MESMO PADRINHO

(28 setembro 1639)

Anno de 1639

.....

Aos 28 de 7.<sup>bro</sup> baptizei a Isabel f.<sup>a</sup> de Ant.<sup>o</sup> ferrão e de sua m.<sup>er</sup> m.<sup>a</sup> peres, forão padrinhos assignados bras Gr.<sup>ca</sup> m.<sup>as</sup> e m.<sup>a</sup> de mesquitta<sup>2</sup> m.<sup>er</sup> de J.<sup>o</sup> Gomes botelho por lembr.<sup>ca</sup> fis e assinei.

ROQUE DIAS DE MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 2.<sup>o</sup>, fl. 104 v.<sup>o</sup>).

## XXXVI

ASSENTO DE UM CASAMENTO EM AVÔ, NO QUAL FIGURA  
COMO TESTEMUNHA BRÁS GARCIA

(10 maio 1640)

Anno de 1640

.....

Aos dez dias de mayo se receberam nesta ig.<sup>ra</sup> marcos Róiz. com C.<sup>na</sup> Gomes, elle f.<sup>o</sup> de Ant.<sup>o</sup> marques, e m.<sup>a</sup> Gomes, e ella f.<sup>a</sup> de m.<sup>el</sup> frz.<sup>t</sup> e m.<sup>a</sup> Gomes, o

<sup>1</sup> Prima inteira do poeta, por ser filha de Filipe Madeira, tio materno deste (*Notas geneal.* II, III c, 4; — *Esquem. geneal.* VII).

<sup>2</sup> Vid. a nota antecedente.

p.<sup>e</sup> Migel frz.<sup>l</sup>. do emparo prior da feira lhe fez as bencõens nuptiais. forão test.<sup>as</sup> Ant.<sup>o</sup> Rõiz Migel Nüz. mathias frz.<sup>l</sup>. marcõs Gr.<sup>ca</sup> bras Gr.<sup>ca</sup> e outros m.<sup>tos</sup> por uerdade fiz e assinei eodem die.

ROQUE DIAS DE MATTOS

(C.S. — *Registo paroquial de Avó*, l. 1, cad. 1, fl. 161 v.<sup>o</sup>).

### XXXVII

RESPOSTA DE D. JOÃO IV

A CONSULTA DO CONSELHO DE GUERRA DE 23 DEZ. 1640,  
QUE FÔRA DE PARECER QUE SE NOMEASSEM DESDE LOGO  
OS OFICIAIS NECESSÁRIOS PARA O EXÉRCITO QUE SE IA CONSTITUIR

(29 dezembro 1640)

Por as considerações que se tem appontado ao Cons.<sup>o</sup> em resposta de outras consultas, parece que por agora ate ver o numero de gente q̄ se podera leuantar no Reino E adonde conuira acudir primeiro com ella, se pode dilatar o prouimento de tantos officiaes como ha de hauer em tres exercitos, E a grande despesa q̄ será forçoso fazer com elles, consumindo o cabedal q̄ se ha de hauer mister para ao diante; com este supposto me proponha o Cons.<sup>o</sup> de nouo sogeitos para escolher ate doze Capitães q̄ se enuiem a diferentes lugares a leuantar gente declarando per maior os seruiços e partes de cada hum; E segundo a quantidade de gente q̄ se for leuutando, e o que pedirem as occasiões se prouera no de mais. Em Lisboa a 29. de Dez.<sup>ro</sup> de 640.

(*Rubrica del-rei*)

(T.T. — *Consultas do Conselho de Guerra*, março 1, n.<sup>o</sup> 12).

### XXXVIII

CARTA RÉGIA NOMEANDO D. ÁLVARO DE ABRANCHES DA CAMARA  
PARA O CARGO DE CAPITÃO-GERAL  
DE TODAS AS COMARCAS DA BEIRA, E DOS SEUS EXÉRCITOS

(15 janeiro 1641)

D. João &. faço saber aos que esta minha carta patente virem, que pela confiança que tenho de D. Alvaro d'Abranches da Camara, fidalgo da minha casa, do meu Conselho de guerra, governador e capitão geral de Mazagão, pela particular confiança que delle faço, tendo respeito as partes, calidades, valor e merecimentos que concorrem em sua pessoa, e á experiencia que tem das coisas da guerra, e que em tudo em que o encarregar me servirá a todo meu contentamento e satisfação e procederá com o mesmo zelo, e amor e fidelidade que procedeo na occasião presente e em tudo o mais de que foi encarregado, e da mesma maneira procederá na guarda e defesa das Comarcas da Beira e dos logares da raia della, de que ora o encarrego, e por folgar, por todos estes respeitos, de lhe fazer honra e mercê: Hei por bem e me praz de o prover do cargo de Capitão geral de todas as Comarcas da Beira e dos exercitos que nella se levantarem, para que me sirva na forma dos regimentos e ordens do dito cargo. Pelo que mando a todos os Alcaides mores, donatarios, e fidalgos, Corregedores, Provedores, e Ouvidores, juizes, e justiças e

mais pessoas das ditas Comarcas, mestres de campo, sargentos mores, capitães assi de infantaria, como de cavallo e mais officiaes e soldados e exercitos das ditas partes, a todos em geral e cada um especial, que obedeçam em tudo ao dito D. Alvaro d'Abranches da Camara, como a seu capitão geral, e cumpram suas ordens e mandados, como são obrigados e tão inteiramente como devem, sob pena de minha desgraça. E por esta carta o hei por metido de posse do dito cargo, e por firmeza de tudo lhe mandei dar esta carta por mim assinada e selada com o selo grande de minhas armas. Dada na cidade de Lisboa aos quinze dias do mes de janeiro, Domingos Luis a escreveu, anno do nascimento de Nosso Senhor Jhús Cristo de mil e seiscentos e quarenta e um annos. Antonio Pereira a fez escrever.

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 16 e 25).

## XXXIX

CARTA RÉGIA PROVENDO BRÁS GARCIA NO CARGO DE CAPITÃO DE INFANTARIA

(24 janeiro 1641)

Dom João. etc. faco saber aos que esta minha carta patente virem que pella confiança que tenho de braz gracia maçs. e auendo resp.<sup>to</sup> a suas partes e merecim.<sup>tos</sup> seruiços e experiencia que tem das cousas de guerra e per confiar delle que en tudo o de que o emcaregar me seruiria con toda satisfação ej por bem e me praz de o prouer do cargo de capitão de húa companhia de infantaria do exercito das comarcas da beira de que he capitão geral don aluaro d'abramches da camara do meu cons.<sup>o</sup> de guerra pera com ella me seruer a sua ordem aonde comvier e isto emquanto eu ouuer por bem e não madar o cont.<sup>o</sup> com o qual cargo auera o soldo que lhe pertence e gozara de todos preuelegios liberdades jzencões franquesas que dr.<sup>ta</sup>m.<sup>te</sup> lhe tocarem e de que gosão os mais capitães de infantaria e a dita companhia tera senpre prestes pera acoder com elle aonde se lhe ordenar como espero delle que o fara E per esta carta o ej per mitido de posse do dito cargo jurando pr.<sup>o</sup> em minha Chr.<sup>a</sup> que conprira intr.<sup>a</sup>m.<sup>te</sup> as obrigacois delle E mando aos officiaes e soldados da dita companhia que o tenham per seu capitão e lhe obedeção e guardem suas ordens como são obrigados E per firmeza de tudo lhe madej dar esta carta per mī asinada e selada cō o sello grande de minhas armas Dada na cidade de ls.<sup>a</sup> a uinte quatro de jan.<sup>ro</sup> Antonio marques a fez ano de mil e seiscentos quarenta e hū eu ant.<sup>o</sup> p.<sup>ra</sup> a fiz escreuer diz o emmendado — Antonio.

REJ

(T.T. — *Chancellaria de D. João IV*, l. 12, fl. 13. 4).

4 A fl. 21 do l. 3 da *Secretaria do Conselho de Guerra* encontra-se, em seguida ao registo de tuma outra carta do capitão, a nota seguinte: — *outra tal patente como a de cima de cap.m de jnfanteria pr. a a beira a Bras garcia mascarenhas.*

## XL

CARTA REGIA A D. ÁLVARO DE ABRANCHES DA CAMARA,  
RECOMENDANDO-LHE QUE NÃO CONSINTA QUE SE PONHA INCÉNDIO  
NOS LOGARES DO INIMIGO, A NÃO SER QUE ESTE, DEPOIS DE POUADO,  
INCENDEIE O QUE É NOSSO; DEVENDO, EM TODO O CASO,  
POUPAR-SE SEMPRE AS IGREJAS, AS MULHERES E AS CRIANÇAS

(19 setembro 1641)

Dom Alvaro de Abranches e Camara, amigo. Eu el Rei vos envio muito saudar. Considerando os grandes inconvenientes que tras consigo o modo de guerrear pondo o fogo e queimando os logares, experimentando sempre este dano, pela maior parte os mais pobres e miseraveis de cada parte, fui servido resolver que quando se offereça e haja occasião de se entrar em terras do inimigo, tomando-se alguns lugares seus que não se possam guarnecer para me ficarem, sejam saqueados, mas que não se queimem, porem se depois de feita desta parte esta demonstração, que se hade procurar seja notoria nos lugares dos inimigos, e se elles da sua proseguirem o modo de guerrear dos incendios, em tal caso se fará o mesmo com todo o rigor, guardando-se, porem, sempre as ordens dadas acerca das Igrejas, molheres e meninos. Do que me pareceu avisar-vos, para que tendo entendido o que se refere nesta carta, façaes que em conformidade della se proceda pelas partes a que abranger a vossa jurisdicção. Escrita em Lisboa 19 de setembro de 1641 <sup>1</sup>.

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. 1, fl. 102 v.º).

## XLI

CARTA RÉGIA EXONERANDO, POR MOTIVO DE DOENÇA,  
D. ALVARO DE ABRANCHES DA CAMARA,  
DO CARGO DE CAPITÃO-GERAL DA BEIRA,  
E COMUNICANDO QUE ERA NOMEADO PARA ESSE CARGO  
FERNÃO TELES DE MENESES

(25 outubro 1641)

Dom Alvaro d'Abranches amigo. Eu el Rei vos envio muito saudar. Tendo entendido que vos achaes muito enfermo e impossibilitado de acudir ás obrigações desse cargo e que tendes precisa necessidade de vos curar houve por bem concedervos licença para o fazerdes e nomeio para o cargo de capitão geral dessa provincia da Beira a Fernão Telles de Meneses do meu Conselho de Guerra. E para que possaes logo usar da licença, sem esperar que chegue antes, mando encarregar a João de Saldanha, tenente geral da cavallaria dessa provincia, em quanto Fernão Telles não chega, que governe as armas. E vos fazendolhe entrega de tudo o que tocar a ellas, e está por vossa conta, com toda a boa razão e fazendolhe as advertencias necessarias, para melhor cumprir com a obrigação de meu serviço, vos podereis vir. Escrita em Alcantara a 25 de outubro de 641 <sup>2</sup>.

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho da Guerra*, l. 1, fl. 112 v.º).

<sup>1</sup> Idênticas se expediram aos outros governadores das fronteiras, com as datas de 18 e 19.

<sup>2</sup> Semelhante se escreveu a João de Saldanha.

## XLII

CARTA RÉGIA NOMEANDO O CAPITÃO E SARGENTO-MÓR D. SANCHO MANOEL  
MESTRE DE CAMPO DO EXÉRCITO DA BEIRA

(13 novembro 1641)

D. João etc. faço saber aos que esta minha carta patente virem que pella confiança que tenho do Capitão e Sargento mor Dom Sancho Manoel fidalgo de minha casa e por esperar delle que no de que o encarregar me servirá com toda a satisfação tendo respeito a suas partes qualidade merecimentos experiencia e serviços feitos por discurso de algũs annos em Milaõ Lombardia e flandes achandosse em muitas occasioes de guerra e particularmte na tomada de Belsuert donde sahio muito mal ferido e alem disto embarcarse para o Brasil na armada de que foi general o Conde da torre aonde assistio dous annos e achar se nas quatro batalhas que teue com a armada de Olanda sobre a Ilha de Tamaraca pelejando com muito ualor Hey por bem e me praz por todos estes respeitos de o prouer do cargo de mestre de campo da gente de guerra paga que ouuer na prouincia da Beira aonde vay seruir com o qual auerá o soldo que lhe pertencer e gosará de todas as preminencias graças priuilegios isenções e franquesas que directamente lhe tocarem e de que gosaõ os mais Mestres de campo de meus exercitos pello que mando ao meu capitaõ geral da dita prouincia o tenha conheça honre e respeite como a tal mestre de campo e lhe deixe seruir e exercitar o dito cargo e ao Sargento mor capitaes ajudantes officiaes e soldados do dito terço lhe obedeção cumpraõ e guardem suas ordens como deuem e saõ obrigados e por esta o hey por metido de posse do dito cargo jurando primeiro na forma costumada que cumprirá inteiramente as obrigações delle e por firmesa de tudo lhe mandei dar esta carta por mim assinada e sellada com o sello grande de minhas armas. Dada na cidade de Lisboa aos treze dias do mes de nouembro Domingos Luis a fez anno do nascimento de nosso senhor Jesu Xpo. de 1641.

REJ

(T.T. — Secretaria do Conselho de Guerra, l. III, ff. 112).

## XLIII

RESPOSTA DE EL-REI A DUAS CARTAS DE JOÃO DE SALDANHA, SÔBRE A URGÊNCIA  
QUE HAVIA DE CONCLUIR AS REPARAÇÕES DAS PRAÇAS DA FRONTEIRA.

(3 dezembro 1641)

Joaõ de Saldanha Ev El Rej vos emuio muito saudar receberaõ se duas cartas vossas de 12. e 15. do mes passado em que auisais da necessidade que ha de se concertarem e repararem os muros das praças dessa fronteira que falta gente para as acabar de presidiar por naõ hauer mais de 1400 infantes e faltar dinheiro para continuar as leuas, que se tomem por emprestimo 35 e tanto cruzados tocantes ao Inquisidor geral que estaõ na maõ do Corregedor da Guarda em deposito e o que mais se ouuer de cobrar dellas pello natal e 40 cruzados que estaõ em Viseu depositados do Duque de pestrana e vendo tudo e o que mais aduertis me pareçeo dizeruos que estas duas partidas de dinheiro que appontais se ordene as pessoas em cujo poder está que o tenham em deposito prompto para quando se lhe pedir que será quando se ouuerem de continuar leuas de gente por se ter por bastante a que

agora ha, e os dous Engenheiros que pedis se enuiaraõ para se acabarem as fortificações começadas e auisarem de outras que mais sejaõ necessarias. E por onde toca se tem ordenado que o dinheiro das 3.<sup>as</sup> se não diurta das despezas das fortificações a que está aplicado, de armas se tem mandado prouer essa prouincia com as mais que ha sido possivel, e das que mais forem vindo se acudirá, e em quanto esse governo estiuer por vossa conta espero não faltareis com o zello e cuidado deuido a quem sois Escrita em Lixboa a 3 de dezembro de 164i.

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. I, fl. 124 v.º).

## XLIV

CARTA RÉGIA A FERNÃO TELES DE MENESES COMUNICANDO A IDA DE  
DOIS ENGENHEIROS PARA VEREM AS PRAÇAS E DESENHAREM  
AS OBRAS QUE HAVIA A FAZER

(7 fevereiro 1642)

Fernaõ Telles de Meneses amigo Ev El Rej vos enuio muito saudar a Pero Girles Sam Paulo e Nicolas de lile engenheiros enuio a essa prouincia para verem as fortificações que estã feitas nas praças della, e desenharem as mais que forem necessarias para sua defensiva e segurança, encomendouos que com toda a breuidade procureis por em execução a obra que elles desenharem fazendo que se trabalhe nella com toda applicação para que se acabe antes que entre o veraõ e que com as pessoas destes engenheiros se tenha toda a boa correspondencia que se lhes deue para que obrem em tudo o que estiuer por sua conta com gosto e vontade. Escrita em Lisboa a 7 de fevereiro de 1642.

REJ

(T.T. — *Secretaria do Conselho de Guerra*, l. I, fl. 140).

## XLV

EXCERPTO DE UMA CARTA DE FERNÃO TELES DE MENESES A D. JOÃO IV  
PEDINDO A NOMEAÇÃO DE PESSOA COMPETENTE PARA GOVERNADOR  
DA PRAÇA DE ALFAIATES; PARECER DO CONSELHO DE GUERRA E RESOLUÇÃO RÉGIA

(Maio-junho 1642)

*De uma carta de Fernão Telles de Meneses de 22 de Mayo de 1642.*

.....  
Senõr. A Praça de Alfayates he a chaue de toda esta prouincia da Beira, necessita para a gouernar de hũa pessoa de grande experiencia e de grande talento, porque nella se manda pôr o mayor golpe de gente que ouer paga, por que ademais de ser necessario para sua defensiva della se acode a muitos logares uisinhos quando necessitaõ de socorros, o que soe ser muitas uezes por não se poderem deffender de outra maneira, e asy se V. Mg.<sup>de</sup> for seruido mandar sogeito para ella tal que possa ocupar bem este lugar, entendo que será muito conueniente a seu seruiço.  
.....

*Portaria*

Manda elRej nosso Senhor que se ueja logo no Conselho de Guerra e se consulte o que parecer. Em Alcantara 2 de Junho de 642.

FRANCISCO DE LUCENA.

## Consulta do Conselho de Guerra

SNOR

Aduerte o General Fernão Telles de Meneses no Capitulo da carta sua incluso, que V. Mg<sup>de</sup> manda se veja e consulte, quanto convem enuiarselhe hũ sogeito de grande experiencia e talento que governe a praça de Alfayates por ser a chauce de toda a Prouincia da Beira, e hauer de assistir nella o mayor golpe de gente paga que ouuer nella.

O Conselho entendendo a grande importancia de que he assistir naquella praça hum sôldado de experiencia, valor, e toda a confiança e de quem se possa fiar a segurança e deffensa della, e considerando em quais dos que de presente se achão nesta corte concorrem estas partes propoem logo por ganhar tempo para o posto de Capitão mor de Alfayates ao Sargento mór Diogo Gomes de Figueiredo que o he do terço da nobreza que governa o Marques de Montaluaõ, o capitao Francisco Barroso, e ao Capitão João Babilão de Sousa todos tres sogeitos de muitos annos de seruiço em guerra viua, e que nos postos que occuparaõ nella deraõ inteira satisfação, e o que V. Mg<sup>de</sup> escolher deue uençer o soldo que lhe tocar pelo ultimo posto que ouuer tido, pagandosselhe conforme as ordens de V. Mg<sup>de</sup> por serem todos tres soldados de fortuna e não terem cabedal para se sustentar sem soldo, e não se poder escusar dalo aos Capitaes mores que o forem de praças que ficaõ taõ vezinhas a Raya como Alfayates. Lisboa 21 de Junho de 642.

(Três rubricas<sup>1</sup>)

## Resolução da Consulta

Nomeo ao Capitão João Babilão de Sousa e o soldo seja como parece. Em Alcantara 21 de Junho de 642.

(Rubrica del-rei)

(T.T. — Consultas do Conselho de Guerra maço 2, n.º 180).

## XLVI

RELATÓRIO DIRIGIDO A D. JOÃO IV POR FERNÃO TELES DE MENESES  
SÔBRE ASSUNTOS DA GUERRA, EM QUE REFERE TER PRESO  
POR INCONFIDENTE O CAPITÃO BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS, COM UM OUTRO;  
CONSULTA DO CONSELHO DE GUERRA

(Julho agosto 1642)

## Relatório

S.<sup>on</sup>

Duas Cartas de VMg<sup>de</sup> recebi com este correo hũa escrita pella secretaria de estado, e outra pella do Cons.<sup>o</sup> de guerra, e a data de ambas em hũ mesmo dia, pella p.<sup>a</sup> me manda V Mg<sup>de</sup> que faça com breuidade segar o pam que ouuer por esta a Raya não admitindo pratica que o inimigo intente fazer, em rezão de se poderem Recolher os trigos de hũa e outra parte sem perigo, e que eu lhe precure fazer a guerra em toda a ocazião que se me offerecer com todo o rigor, e tras disto me faz V Mg<sup>de</sup> na dita carta as honrras que costuma fazer aos que o seruem com

<sup>1</sup> De D. João de Meneses, do Conde de Penaguião, e de D. João da Costa, conselheiros presentes.

o zello e amor que em mī Reconhesse ter a seu Real seruisso, e pella segunda feita pelo Cons.<sup>o</sup> de guerra me faz V Mg<sup>de</sup> m. de me dizer que pella experiencia ter mostrado que nas emtradras que pellas fronteiras se tem feito he maior o dano que se recebe que a utilidade que se consegue e que o que couem sobre tudo he tratar de fortificar e ter as prazas em estado defensiuel e que conuinha ao seruisso de V Mg<sup>de</sup> que asīm como se lhe da conta das emtradras que se fazem nas terras do inimigo e do dano que recebe se lhe desse tambem dos que elle fes neste Reyno e dos danos que delle se recebe mandandome fizesse rolação por menor das emtradras e danos que o inimigo tem feito nesta Prouincia e por que partes e a que luguares chegou e o que obrou nelles asī de mortes como de roubos e insendios por ser seruido de querer ter de tudo inteira noticia, e satisfazendo ao que V. Mg<sup>de</sup> me manda nesta parte, digo que desdo pr.<sup>o</sup> dia que cheguei a esta Prouincia ate hora presente em que faço esta dei conta a V Mg.<sup>de</sup> mui por menor de tudo o que nella succedeo pello gouerno e como me não descuidey desta obrigação o fazello por Duplicadas uias me não pareceo necessario por não cansar a V Mg.<sup>de</sup> a quem sem embargo de ter dado conta de tudo o torno a fazer agora como mo manda fazendo relação de todos os successos, e asī digo que cheguando aqui em 3o de Março, tratei logo de saber o estado em que o inimigo estaua de forças e auendo conhecido seu poder que se não hera maior que o nosso não hera menor e mouido da rezão que logo representei a V Mg<sup>de</sup> aiuntei a gente que pude q̄ ao todo entre gente paga e da ordenança faria mil e quatro sentos infantes e com elles entrei a serra da gatta tomei o Castello d'Elges a uilla de Valuerde e a uilla d'Elges, fazendo lhe tomar a estas duas Villas a uos de V Mg<sup>de</sup> clamando o por Rey e s.<sup>or</sup> pella qual rezão os liurei de serem saqueados obrigandosse as ditas duas villas por este beneficio a dar cada somana o pão aseite e uinho necessario p.<sup>a</sup> sustentação do presidio que hauiā metido no Castello E nesta entrada morrerão do inimigo 8, ou 9, pessoas e da nossa parte nem morto nem ferido algū, e no Castello deixei ao Mestre de Campo D. Sancho M.<sup>el</sup> com 300 infantes e me retirei a uilla de penamacor aonde comesei a tratar da fortificação della por ser fionteira tão importante e 4 dias depois de minha cheguada me ueo noua como o inimigo tinha sitiado o dito Castello e tendo asīm entēdido tratei de lhe fazer leuantar o serquo aiuntando p.<sup>a</sup> este effeito a gente que pude que foi m.<sup>to</sup> menos que a da pr.<sup>a</sup> entrada, marchei na uolta do dito Castello ao qual fiz logo leuantar o serquo que o inimigo fez sem esperar m.<sup>tas</sup> horas e perdeo nesta refrega 5, ou 6 soldados e da nossa parte não ouue perda algũa e somente o inimigo matou nos dias que teue cercado o dito Castello ao capitão João Correa de Sousa q̄ por hũa torneira lhe entrou hua bala perdida e na mesma noute q̄ seguio o dia que fiz leuantar o serquo me aloiei na Villa de Valuerde com toda a gente q̄ leuaua. Em o outro dia auistei a uilla de sã Martinho com tenção de acometer como fiz occupando tres postos por onde enuisti suas trincheiras combatendo as e dando lhe grandes cargas de mosquetaria por mais de 4 horas porem o tempo me ajudou tão mal que depois de estar arrimado as ditas trincheiras choueio tanta agoa en tanta cantidade e tão continuada q̄ molhou a poluora murão e casoletas de sorte q̄ não tomauão fogo e asīm foi forcado uisto cheguarssse a noute e não ter aonde me acortelar retirarme como fiz deixando morto ao inimigo 120 homens e queimadas algũas cazas na mesma villa e estando o socorro q̄ de Cidaud Rodrigo uinha p.<sup>a</sup> a dita villa a minha uista e constando de cauallaria e infantaria não som.<sup>te</sup> me não busquarão uendo o dano q̄ lhe estaua fazendo ao dito luguar mas nem me impedirão o passo na retirada e da nossa parte so ouue perda de 8 soldados e tres ou quatro feridos e naquella noute me tornei aloiar na Villa de Valuerde e no outro dia auendo reconhecido hū Padraсто que o Cas-

tello de Elges tinha de q̄ se não auia dado ja por estar na serra cuberto com algũ mato e que uoltando me eu a Portugal o inimigo poderia tornar a serqualo e não ser posiuel ir cada dia aleuantar serquos por não ter gente necessaria me resolui a dismantelar o dito Castello como logo fis queimando a maior parte delle e a uilla de Elges por auer quebrado a palaura que tinha dado de reconhecer sempre a V. Mg.<sup>de</sup> por seu Rey e s.<sup>or</sup> foi saqueada e abrazada e com isto me uoltei outra ues a Penamacor aonde me detiue algũs dias continuando com a fortificação e passados elles me fui a Almeida aonde logo tratei de tomar Aldea Do Bispo por ser lugar mui uezinho e auendo no dito lugar 200 soldados pagos e 200 moradores q̄ com elles tomarão armas estando bem fortificados foy Ds. seruido de q̄ conseguisse o intento entrando o dito lugar e matando lhe ao inimigo mais de 123 homens e trasendo prisioneiros 146 e o gouernador da Praça e 2 Alferes e 2 sargentos e outras pessoas particulares, e da nossa parte não ouue mais que dous (*à margem*: o lugar de Casteleio queimei neste mesmo dia) feridos e morto o Capitão alonso de touar e como o dezeio de seruir Mg.<sup>de</sup> me não deixaua descuidar de o fazer despois deste dia fiz fazer 4 entradas das quais se trouxerão cantidade de gado e tras destas se fez outra em Villar de porquo de donde se trouxe outra preza e com ella a dous clerigos q̄ no dito lugar se acharão sendo hũ delles degnidade da See de Ciudad Rodrigo e outro beneficiado daldea do Bispo e saindo o inimigo a querer resgatar a dita preza com caualharia e infantaria lhe forão tomados doze caualos com seus soldados e armas e se trouxe a preza tanto a seu pezar q̄ dahi a pouquos dias fiz arazar a fontes lugar de Castella hũa cazaforte na qual se recolhia gente p.<sup>a</sup> fazer correr a Raya e como esta caza p.<sup>a</sup> elles hera de tanta importancia em breues dias a tornarão a reedificar, e asĩ me resolui acabar aquelle lugar de hũa ves e sahi de Almeida com a pouca cavallharia q̄ ali tinha e com 500 infantes sabendo q̄ o inimigo estaua com golpe de gente lhe amansasi sobre o dito lugar e comesando a bater a dita caza com 2 peças que leuei me ueio auizo q̄ o inimigo por tres partes o uinha socorrer como de feito fes porem succedeu lhe tão mal que iuntandosse todo seu socorro em que uinha o seu mestre de campo general e lho rompi matando lhe m.<sup>ta</sup> gente e tomando lhe cantidade de armas seis caualos 6. prizioneiros 4. tambores e entre os seus mortos hũ capitão de que fizerão grande sintim.<sup>to</sup> e fiquei s.<sup>or</sup> do campo e com este successo me recolhi outra ues a Almeida sem da minha parte auer mais q̄ 3 feridos e nenhũ morto e com isto o inimigo despeçou o lugar e eu lhe mandei arazar a cazaforte dali a huns dias de maneira ficou que a não tornarão a levantar mais, e em 3 de julho indo comesar a tratar da sega do pam sahio o inimigo do guardão com 600 infantes e m.<sup>ta</sup> caualharia e em campanha raza se cõbateo cõn nosco e da nossa parte aueria 400 infantes e 80 caualos e durou a resfregua quazi tres horas e resultou della o matar lhe ao inimigo 2 capitõis e a m.<sup>tos</sup> soldados e trazer prezo hũ sargento mor e a des soldados e lhe tomarão m.<sup>tas</sup> armas que deixarão no campo auendo o desemparado cõ grande desordem que foy cauza de lhe matarem tanta gente sem da nossa parte auer morto, nem ferido mais que dous, e hũ caualo morto e depois deste successo se fes outra entrada junto a gualheguos em que se tomou ao inimigo boa cantidade de gado, e agora ultimam.<sup>te</sup> em 22 do presente se fez hũa entrada em o pinhal de Ciudad rodrigo 4 legoas a dentro de Castella de donde se trouxe 450 cabeças de gado uacão e alguns prizioneiros, e nas distancia destas 4 legoas saquearão os soldados alguns lugares q̄ acharão despejados e este he o dano q̄ ao inimigo tenho feito q̄ não ha sido pouquo porque em espaço de 3 mezes q̄ ha q̄ comessei a guerra lhe tomei hũ castello e o fis des serquar e o arazei e hua cazaforte e destruy as Villas d'Elges Valuerde Aldea do Bispo Casteleio e fontes e lhe tenho morto

mais de quinhentos homens e prezo mais de duzentos com tantas prezas de gado como se ue per esta carta comprindo mui inteiram.<sup>te</sup> a ordem q̄ V. Mg.<sup>de</sup> me tem dado p.<sup>a</sup> q̄ faça a guerra con todo o rigor encontrandome cō o inimigo tantas uezes ficando eu sempre s.<sup>or</sup> do campo com tanta reputação das armas de V. Mg.<sup>de</sup> O dano que elle nos tem feito relatarei eu agora a V. Mg.<sup>de</sup>.

Estando em Penamacor aonde me recolhi da pr.<sup>a</sup> entrada que fiz em Castella como tenho relatado me ueio auizo q̄ descarigo auião fogido pera Castella 2 capitõis hũ pago que ahi estaua de gornição com huma companhia e outro da ordenança con quatro ou sinquo pessoas das mais nobres do dito lugar de cuios nomes e sua fugida dei logo conta a V. Mg.<sup>de</sup> e depois de estarem em Castella com informação q̄ delles deuia tomar o inimigo e com o fauor que achou em Bras gracia mascarenhas governador de Alfaiates que eu tenho prezo por pouquo confidente porq̄ quando menos lhe queria entreguar a praça, como consta de sua deuassa, ueio por aquella parte da nossa aRaya e achando resistencia em aldea da ponte de donde Bras gracia tinha tirado a gornição q̄ ali estaua porq̄ melhor pudesse conseguir seu intento, e uendo com isso não podia passar adiante pera se meter em Alfaiates como lhe tinha prometido o dito Bras gracia se foi fazendo algũ dano nas aldeas daquella araya como são forcalhos fuinhos lagioza aldea uelha queimando em cada hua destas aldeas algumas cazas, e seya lhe a V. Mg.<sup>de</sup> presente como cada aldea destas consta hua de trinta cazas e outras de uinte e sinquo e que p.<sup>a</sup> lhe fazer este pouquo dano bastauão seis ou sete homens porque não tem nem pode ter nenhuma resistencia e se eu quisera queimar em Castella luguares semelhantes o tiuera feito a mais de sinquenta mas não me pareceo que seria façõ de estima obrar nada em couza tão uil da mesma maneira pello fauor que o inimigo achou em Rodrigo soares pantoia governador de Almeida, e prezo por mim por esta cauza como do auto de sua prizão e deuassa se uera, ueio no mesmo tempo a ual de la mula hũa aldea nossa bem no extremo da Raya q̄ não chega a 35 cazas cuios moradores uierão a Almeida q̄ dista so meia legoa da dita aldea a pedir socorro q̄ o dito R.<sup>o</sup> soares lhe não quis dar pella qual rezão pegou fogo o inimigo a esta aldea e hera tão pouquo o seu poder q̄ resoluendosse des soldados q̄ na Praça de Almeida assistião a socorrer a dita Aldea uendo q̄ R.<sup>o</sup> soares lhe negaua o socorro bastarão elles só p.<sup>a</sup> fazerem retirar o inimigo e trazer alguns despoios que os moradores tinham deixado antes de se sairem deste lugar como fizerão tanto q̄ auistou o inimigo, os moradores de freneda e de escarigo e de são p.<sup>o</sup> de rio sequo, sem o inimigo lhes fazer dano algũ obrigados do temor por estarem tão perto da Raya despeiarão os luguares recolhendosse ao certão, como tambem em Castella os Castelhanos despeiarão villar de seruo, e uilar de la egeia Alameda Barquilha espeia Tontes uilar de porco obrigados do temor q̄ lhe cauzou a minha uinda de Penamaquor a Almeida aonde logo uim em socorro das nossas aldeas fazendo m.<sup>tas</sup> prizões em pessoas pouquo confidentes de q̄ logo fiz relação a V Mg.<sup>de</sup> E este he o dano q̄ o inimigo tem feito fiandosse no fauor q̄ achou nos seus confidentes, agora seia V Mg.<sup>de</sup> seruido de julguar se he maior o dano q̄ o inimigo nos tem feito que a utilidade q̄ se conseguiu nas emtradas e danos q̄ lhe tenho contado, como consta da relação q̄ nesta carta faço tão aiustada com os sucessos q̄ tem passado pellos quais V Mg.<sup>de</sup> por tantas cartas suas q̄ em meu poder estão me tem honrado fazendo me a m q̄ de sua grandeza podia esperar Nosso s.<sup>or</sup> G.<sup>de</sup> a catolica pessoa de V. Mg.<sup>de</sup> como seus vazalos auemos mister. Guarda 25 de julho 642.

FERNÃO TELLES DE MENESES<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Esta carta relatório é toda autógrafa.

## Consulta do Conselho de Guerra

Refere o General da Beira Fernão Telles de Meneses na carta inclusa que recebeu duas de V Mg.<sup>de</sup> hũa escrita pela secretaria destado e outro pela do Cons.<sup>o</sup> de guerra. Na 1.<sup>a</sup> lhe manda V Mg.<sup>de</sup> que com toda a breuidade faça segar o pão que ouer junto á raya não admittindo pratica q̄ o inimigo intente fazer em rasão de se poderem recolher os trigos de hũa, e outra parte sem perigo, e q̄ procure fazer lhe guerra em toda a occasião com todo o rigor. Na 2.<sup>a</sup> Que pella experiencia ter mostrado que nas entradas que pellas fronteiras se tem feito he major o dano que se recebe, que a vtilidade q̄ se consegue, conuem sobretudo tratar de fortificar, e ter as praças em estado defensauel; E que assim como da conta das entradas que tem feito nas terras do inimigo, e dos danos que lhe tem dado, a dee tambem das que elle fez neste reyno, e dos danos que delle se recebeu, mandando de tudo relação por menor, para V Mg.<sup>de</sup> ter inteira noticia do q̄ nesta materia ha passado. — Ao que Fernão Tellez satisfaz na carta inclusa particularizando os successos, e os dannos q̄ o inimigo tem recebido em espaço de tres meses que ha que governa a guerra naquella Prouincia, fazendo entradas em Castella, nas quais tomou hum Castello ao qual sitiando despois o inimigo, o fez descerquar, e o arrazou e a hũa caza forte, destruindo lhe as villas de Elges, Valuerde, Aldea do Bispo, Castellejo, e Fontes matando lhe mais de quinhentos homẽs, prisionando mais de duzentos, tomando lhe m.<sup>to</sup> gado, encontrandosse m.<sup>tas</sup> uestes com o inimigo ficou sempre senhor do campo com muita reputação das armas de V Mg.<sup>de</sup> E posto q̄ do inimigo se tem recebido tambem algum dano nas entradas que fez nas Aldeas da Ponte, Forcalhos, Lagiosa, e Aldea Velha queimando algũas casas, (dando causa a isto a infidelidade dos Capitães Bras Garcia Mascarenhas, e R.<sup>o</sup> Soarez Pantoja com que tinha trato, que por esta rasão os tem prezos) com tudo foi de tão pouca consideração, a respeito do que tem recebido, como se pode ver mais particularmente da relação que faz por menor na carta inclusa.

Ao Cons.<sup>o</sup> pareceu dizer a V Mg.<sup>de</sup> que a carta que pella Secretaria deste Cons.<sup>o</sup> se escreueo a Fernão Tellez, que se encontra com a que lhe foi da mesma datta p.<sup>la</sup> do Estado procedeo da resolução que V Mag.<sup>de</sup> tomou em hũa cons.<sup>ta</sup>, e sempre conuira que quando succeder escreuer aos Generais e frontr.<sup>os</sup> sobre hũa mesma materia por differentes uias, não se diffira na sustançia por não causar enleos, e o descontentamento que Fernão Tellez mostra ter de que hauendosse lhe escrito pela secretaria destado com fauor, e agradecimento, fazerse pella de guerra com aduertencias do q̄ deuera, e ha de fazer. Lx.<sup>a</sup> 8 de Agosto de 1642.

(Duas rubricas <sup>1</sup>)

## Resolução à margem

Fiquo aduertido do q̄ se contem nesta consulta. Em Lx.<sup>a</sup> a 13 de Agosto de 642.

(Rubrica del-rei)

(T.T. — Consultas do Conselho de Guerra, março 2, n.<sup>o</sup> 243.

<sup>1</sup> Do Conde de Penaguião e de Joanne Mendes de Vasc.<sup>os</sup>, que foram os conselheiros presentes neste Conselho.

## XLVII

CARTA DE D. SANCHO MANUEL A EL-REI PEDINDO LICENÇA PARA SE RETIRAR  
DA CAMPANHA, POR NÃO PODER CONTINUAR A SUSTENTAR-SE SEM RECEBER DINHEIRO,  
E POR LHE SER DIFÍCIL SERVIR COM O GENERAL FERNÃO TELES; RESOLUÇÃO RÉGIA

(7 novembro 1642)

SNR

Bem notorio sera A Vmag.<sup>de</sup> ho animo E zelo q̄ Ei mostrado em todas as ho-  
casihóis q̄ se ão hoferesido do Real seruiso de Vmg.<sup>de</sup> nesta fronteira comrespõ-  
dêdo A minhas hobrigasõis. Agora se me hoferese Represẽtar a Vmg.<sup>de</sup> A inposi-  
bilidade con que me Acho de poder Continuar ho que tâto dezeio nesta frõteira E  
É deuerẽseme oito mezes de soldo q̄ p<sup>a</sup> quem E tão pobre como Vmg.<sup>de</sup> sabe que  
Eu sou me parese que não A sido pouca fineza ho sustêtar me todo este uerão sendo  
sẽpre em tudo ho que se emprẽdeo ho primeiro E se as possibilidades de uma mai  
pobre e uiuua forão bastâtes continuara por diante como atéqui. Ademais Srõ  
que nesa Corte tenho negocios así meus como de minha may q̄ nesesião de minha  
Assistẽsia e sã ela pereserão e o inuerno q̄ inposibilita cõ seu rigor as eñtradas  
de Castela pode fasilitar A Vmg.<sup>de</sup> ho fazer me merse de cõseder me lisensa polo  
tẽpo limitado que for seruido E quando Vmg.<sup>de</sup> não seya seruido de comseder me  
esta merse ma fasa dando me lisensa que me recolha este inuerno a uma comẽda  
de que me fes merse porq̄ alé de não ter conq̄ me sustêtar, com ho general fernão  
telles me é mui dificultoso seruir por uer quão pouca conta fas dos soldados hõra-  
dos e ualentes e quam remisso é no inportãte do seruiso de Vmg.<sup>de</sup> cuja Catolica  
e Real pesoa Ds' guarde largos e felizes anos como a cristãdade a mister. Guarda  
7 de nouẽbro 642.

DOM SANCHO MANUEL <sup>1</sup>

*Resolução régia*

Veja-se e consulte-se no Conselho de guerra — Lisboa a 28 de novembro 642.

*(Rubrica del-rei)*

A. DE VASCONCELOS.

<sup>1</sup> Toda a carta é autógrafa.

## Flexão do perfeito latino.

Examinando o quadro verbal duma lingua nòvi-latina, e. g., do português, nota-se que um certo número de verbos se afastam da regra geral em toda ou parte da sua flexão. E vê-se que algumas dessas formas anómalas se não produziram na lingua portuguesa, sam formas originariamente latinas alteradas por mutações fonéticas, isto é, formas tomadas d'empréstimo, quando a lingua carecia ainda de recursos para as produzir de fábrica própria. O mesmo *mutatis mutandis* se deu na origem do latim, com a diferença porém que a verificação aqui se torna muito mais difficil, por não conhecermos a lingua-mã; temos de a reconstituir por vestígios, como se reconstitue um organismo fossil.

O estudo das formas anómalas, quer tenham sido herdadas da lingua-mã, quer tenham sido produzidas por imitação ou por quaisquer processos que a lingua abandonou depois, é muito mais interessante e instrutivo que o das formas normais; é ele que nos dá pròpriamente a chave do mecanismo da flexão actual. Comecemos porém o nosso estudo por um exame comparativo das formas regulares do perfeito, para observarmos o que elas tenham de comum. Verifica-se logo à primeira vista que as suas terminações sam as mesmas em todos os verbos, e que na quase totalidade dos tempos coïncidem com formas do v. *sum*; o indicativo do perfeito parece ser a única excepção a esta regra. Restam as diferenças do tema.

Mas ¿ será real esta excepção do indicativo? Eis um problema que se nos oferece já, e que a sciência da linguagem não tem conseguido resolver. Estamos em frente de hipóteses.

Pelo que respeita ao tema, registam-se quatro formações diversas, a saber:

- a) *perfeitos fortes com reduplicação*;
- b) *perfeitos fortes sem reduplicação*;
- c) *perfeitos fracos, com a característica s entre o tema e a terminação*;
- d) *perfeitos fracos, com a característica u, vogal ou consoante.*

Os dois últimos tipos parecem privativos do latim, e sam de certo os mais modernos. O grego apresenta maior uniformidade na estrutura do perfeito. É quase universal a reduplicação do tema, o que já na primeira fase do proto-ariano servia para acentuar o sentido do tema, quer com uma significação durativa (nalguns presentes), quer indicando repetição ou insistência (nalguns aoristos), quer uma acção completa ou acabada de realizar (nos perfeitos). Neste tempo, a falta de reduplicação é raríssima. Citaremos especialmente o perf. οἶδ-α ( $\sqrt{F}$ ιδ, cf. l. *uid-e-ō*), que se costuma empregar como pres. com a significação de «saber». A sua flexão é assim:

οἶδ-α οἶσ-θα οἶδ-ε(ν) ἴσ-τον ἴσ-τον ἴσ-μεν ἴσ-τε ἴσ-ασι(ν).

Se exceptuarmos um pequeno número de perfeitos arcaicos, em que as desinências se ligam imediatamente ao tema, podemos dizer que a vogal *α* caracteriza o perf. grego em todas as pessoas dos tres números, pôsto que provavelmente na origem se restringisse à 1.<sup>a</sup> p. sing. e às 3.<sup>as</sup> sing. e plur. É o que se vê por ex. no perf. οἶδ-α. Na 3.<sup>a</sup> p. sing. o *α* atenuou-se em *ε*, e na 3.<sup>a</sup> p. plur. alongou-se por compensação da consoante primitiva *ν*, que caiu, emquanto o *τ* se adoptou em *σ* (ἴσ-ασι p. \* ἴσ-α-ντι).

Segundo a maneira como se conjugam, os perf. devem-se praticamente em fortes e fracos, tendo os primeiros o *α* ligado directamente ao tema (πέ-πληγγ-α,  $\sqrt{\pi}$ λαγ), e os segundos a sílaba *κᾱ* em vez do puro *α* (λέ-λυ-κᾱ,  $\sqrt{\lambda}$ υ). Alguns temas em consoante, mórmente em consoante muda ténue, mudam esta ténue na correspondente aspirada (*κ* em *χ*, *π* em *φ*); e. g. δε-δίδαχ-α, κέ-κλοφ-α.

**Perfeitos com reduplicação do t. verbal.** O perfeito latino reduplicado encontra-se apenas nos seguintes verbos e em alguns dos seus compostos:

<i>dō</i> ( $\sqrt{d}$ ä).....	perf. <i>dě-dī</i> p. <i>dě-d(ī)-ī</i>
<i>crē-dō</i> p. <i>crēd-dō</i> .....	» <i>crē-dīdī</i> p. <i>crē-dě-dī</i>
<i>stō</i> ( $\sqrt{st}$ ä).....	» <i>stě-tī</i> p. <i>stě-t(ī)-ī</i>
<i>cād-ō</i> .....	» <i>cě-cīd-ī</i>
<i>cān-ō</i> .....	» <i>cě-cīn-ī</i>
<i>pang-ō</i> ( $\sqrt{p}$ äg).....	» <i>pě-pīg-ī</i>
<i>tang-ō</i> ( $\sqrt{t}$ äg).....	» <i>tě-tīg-ī</i>
<i>parc-ō</i> .....	» <i>pě-perc-ī</i>
<i>par-i-ō</i> .....	» <i>pě-pēr-ī</i>
<i>fallo</i> p. * <i>fāl-nō</i> .....	» <i>fě-fell-ī</i>
<i>caed-ō</i> .....	» <i>cě-cīd-ī</i>
$\sqrt{m}$ en.....	» <i>mě-mīn-ī</i>

<i>tĕn-e-ō</i> .....	perf. <i>tĕ-tĭn-ī</i>
<i>tend-ō</i> .....	» <i>tĕ-tend-ī</i>
<i>pend-ō</i> .....	» <i>pĕ-pend-ī</i>
<i>pĕd-ō</i> (cf. ingl. <i>bad</i> )...	» <i>pĕ-pĕd-ī</i>
<i>pellō</i> p. * <i>pĕl-nō</i> (√ <i>pāl</i> )	» <i>pĕ-pŭl-ī</i>
<i>tollō</i> p. <i>tōl-nō</i> (√ <i>tāl</i> )..	» <i>tĕ-tŭl-ī</i>
<i>dī-sc-ō</i> (√ <i>dĕc</i> ).....	» <i>dī-dĭc-ī</i>
<i>bĭ-bō</i> (√ <i>bĭ</i> , cf. π <i>t-v-ω</i> ).	» <i>bĭ-bĭ</i> p. <i>bĭ-b(i)-ī</i>
<i>scind-ō</i> (√ <i>scid</i> ).....	» <i>sci-cĭd-ī</i>
<i>mord-e-ō</i> .....	» <i>mō-mord-ī</i>
<i>pō-sc-ō</i> p. * <i>prōc-sc-ō</i> ..	» <i>pō-pōsc-ī</i>
<i>tond-e-ō</i> .....	» <i>tō-tond-ī</i>
<i>spond-e-ō</i> .....	» <i>spō-pond-ī</i>
<i>tund-ō</i> (√ <i>tūd</i> ).....	» <i>tŭ-tŭd-ī</i>
<i>pung-ō</i> (√ <i>pŭg</i> ).....	» <i>pŭ-pŭg-ī</i>
<i>curr-ō</i> .....	» <i>cŭrr-ī</i> .

Citam-se exemplos de *mĕmord-ī*, *pĕ-pōsc-ī*, *spĕ-pond-ī*, *pĕ-pŭg-ī*, etc., por onde se vê que a tendência era, como em grego, para especializar a vogal ĕ na reduplicação do perfeito.

Os perfeitos *tĕ-tĭn-ī*, *tĕ-tŭl-ī*, *sci-cĭd-ī* sam raros, encontrando-se habitualmente em vez deles *tĕn-uĭ*, *tŭl-ī*, *scĭd-ī*; mas é extremamente provável que a classe tivesse sido mais numerosa, e compreendesse muitos outros perfeitos que actualmente não têm reduplicação. *Te-tŭl-ī* encontra-se ainda em PLAUTO, TERÊNCIO, ÁCCIO e outros escritores do período prae-clássico. Alguns verbos que ainda conservam a reduplicação, quando simplez, perdiam-na habitualmente nos compostos, cf. *con-cidĭ*, *at-tĭgĭ*, *com-pĕrĭ*, *oc-cĭdĭ*, *ex-tendĭ*, *rep-pŭlĭ*, *sus-tŭlĭ*, *con-tŭdĭ*, *re-spondĭ*, *oc-currĭ*, etc. Outros conservam os seus antigos perfeitos reduplicados ao lado de formas mais simplez, como *pĕ-pĭgĭ*, ao lado de *pĕgĭ*, *cŭ-currĭ* ao lado de *currĭ*, *pĕperc-ī* ao lado de *par-sĭ* p. \**par(c)-sĭ*, etc.

A reduplicação começou no proto-ariano pela repetição pura e simplez do t. verbal. Assim a raiz *vid* repetida, *vid vid*, exprime a ideia de «ter visto», e juntando-lhe a raiz pronominal *ma* da 1.<sup>a</sup> p. sing., *vid vid ma*, significava «eu vi». Daqui a forma aglutinada *vidvidma* e depois a forma flexiva *vivaidma*, com elisão do primeiro *d* e reforço da vogal radical; por uma evolução mais adeantada *vivaid-a* = gr. *ἴε-φοῖδ-α*.

Em grego a vogal radical reforça-se as mais das vezes, se é áspera, e muda-se em ditongo, se é doce (*ī* ou *ŭ*); as vogais longas não mudam. Em latim deve ter sucedido outro tanto nos tempos primitivos

da lingua. Depois, com o uso, a vogal radical atenuou-se, pela tendência a dar mais ênfase à primeira sílaba. Era uma tendência commum a todos os dialectos itálicos, e até ao céltico e ao germânico. A sílaba inicial tendia a abafar as seguintes, para o que concorria também a posição do acento tónico, que recuava o mais possível da última sílaba, qualquer que fôsse a quantidade da penúltima. É ainda por esta regra que a reduplicação caiu em muitos compostos estendendo-se o fenómeno, por analogia, ao verbo simplez.

PRISCIANO diz-nos que o *u* da sílaba radical em *tu-tud-ī* era antigamente longo ou breve (*Inst. Gram. Lib. X. 26*), e documenta com a seguinte passagem de ÉNNIO nos *Annales*:

uīrēsque uālentēs  
Contūdīt crūdēlis hiems.

O t. perf. de *fuō* deve ter sido *fě-fū-* ou *fū-fū-*, cf. πε-φῶ-. A reduplicação perdeu-se como em vários outros perfeitos, em que sabemos ter existido, e. g. *tūlī* p. *tě-tūlī*. Neste não ha a menor sombra de dúvida. Outro exemplo instrutivo é o perf. *pēgī* ao lado de *pě-pīgī*, provavelmente p. \**pě-pēgī*; e da mesma maneira teriamos *tě-tīgī* p. \**tě-tēgī*, *cě-cīnī* p. \**cě-cēnī*, *pŭ-pŭgī* p. \**pŭ-pŭgī*, etc. O perf. *ēgī*, de *āgō*, é verdadeiramente reduplicado, p. \**ě(g)-ēgī*. O *u* do t. perf. de *fuō* abreviou-se já no período literário da latim, antes da vogal *i* da terminação, cf. *fūimŭs* no seguinte verso de ÉNNIO <sup>1</sup>, *Ann. xviii. 440*:

Nōs sŭmŭs | Rōmā|nī quī | fŭimŭs | antě Rŭ|dīnī.

**Perfeitos fortes sem reduplicação do t. verbal.** Alguns resultaram evidentemente de perfeitos reduplicados, outros formaram-se por imitação. Costumam separá-los em dois grupos, segundo a vogal radical se mantém como no presente, ou se alonga. É uma diferença meramente convencional, como resalta dos seguintes exemplos:

a) *ācuō ācuī*; *arguō arguī*; *exuō exuī*; *mētuō mētuī*; *mīnuō mīnuī*; *luō luī*; *ruō ruī*; *stātuō stātuī*; *tribuō tribuī*; *uertō uertī*; *scīndō scīdī*.

b) *āgō ēgī* <sup>2</sup>; *cāpiō cēpī*; *fāciō fēcī*; *iāciō iēcī*; *frangō frēgī*; *pangō pēgī*; *lāuō lāuī*; *cāueō cāuī*; *fāueō fāuī*; *pāueō pāuī*; *linquō līquī*; *ēdō ēdī*; *ēmō emī*; *lēgō lēgī*; *sēdeō sēdī*; *uēniō uēnī*; *neō (√nē) nēuī*; *eō (√ei) iī*; \**ōdiō ōdī*; *fōdiō fōdī*; *fōueō fōuī*; *mōueō mōuī*; *uōueō uōuī*; *īcō īcī*; *uīdeō uīdī*; *uīncō uīcī*; *fūgiō fūgī*; *fūndō fūdī*; *iūuō iūuī*.

<sup>1</sup> *Fragments and Specimens of Early Latin*, by WORDSWORTH: p. 306.

<sup>2</sup> Este é verdadeiramente reduplicado, como vimos.

**Terminações do perfeito forte no indicativo.** As terminações deste tempo afastam-se notavelmente das do perfeito grego e das dos outros tempos do verbo latino. A 2.<sup>a</sup> p. sing. parece ser a única que conserva a primitiva desinência do perf. (-*ti* p. -*ta*), cf. scr. -*tha* = gr. -*θα* (como em οἷσ-*θα* p. \* οἷδ-*θα*). Esta desinência estaria ligada a uma característica -*is-*, que aparece também na 2.<sup>a</sup> p. pl. Em todas as outras pessoas, excepto na última, se encontra a mesma vogal *i* junto do tema. Na 3.<sup>a</sup> p. pl., em -*ere* ou -*erunt*, ha quem admita ainda essa característica -*is-* mudada foneticamente em -*er-*.

Tem-se interpretado este -*is-* como característica do aoristo. Mas a hipótese é audaciosa de mais para se aceitar sem reparo. Teriamos de saltar por cima do grego, ligado aliás por tantas afinidades ao latim, para ir procurar a analogia no sâmscrito; e teriamos ainda de admitir que a 1.<sup>a</sup> p. sing. veio excepcionalmente da voz médio-passiva. Para apreciarmos melhor a teoria, comparemos no seguinte quadro a flexão duma mesma raiz *lu* no aoristo sâmscrito em -*is-* e no perfeito latino, substituindo no sâmscrito a 1.<sup>a</sup> p. sing. activa pela sua correspondente médio-passiva:

	Aoristo em -is-	Perfeito
sing.	{ <i>á-lāv-is-i</i> .....	<i>lāu-ī</i>
	{ <i>á-lāv-is</i> .....	<i>lāu-is-tī</i>
	{ <i>á-lāv-it</i> .....	<i>lāu-it</i>
plur.	{ <i>á-lāv-is-ma</i> .....	<i>lāu-ī-mus</i>
	{ <i>á-lāv-is-ta</i> .....	<i>lāu-is-tis</i>
	{ <i>á-lāv-is-us</i> .....	<i>lāu-ere</i> ou <i>lāu-erunt</i> .

Ponhamos de parte a vogal do aumento, de que no latim não temos vestígio. Na 1.<sup>a</sup> p. sing. o *s* da característica teria desaparecido entre os dois *ī* contraindo-se estes em *ī*.

O *s* latino arcaico deve ter sido na origem uma sibilante muito surda, quase imperceptível entre vogais ou no final dos vocábulos. Até ao tempo de Cícero o *s* final soava muito pouco, e omitia-se na escrita corrente; no verso não chegava a alongar a vogal anterior, quando a palavra seguinte principiava por consoante, como se vê no seguinte verso de ÉNNIO (in *Annalibus*):

*Scītūs, se|cundā lö|quēns in | tempöre, | commödüs | verbum.*

No princípio de vocábulo assemelhava-se a uma aspiração gutural, que os gregos representaram pelo espírito áspero. Cf. l. *sal* e gr. *ἀλς*, l. *sollus* e gr. *σλος* p. *σλϝος*, l. *sub* e gr. *σπό*, l. *gūs-t-ō* e gr. *γύσω* p. \**γύσω*. Na época do rotacismo o *s* pronunciava-se pouco mais ou menos como o actual *j* castelhano, emquanto que o *r* tinha o som doce correspon-

dente, isto é, um som igual ao do *s* contemporâneo intervocálico; daqui a substituição dum pelo outro. Desse momento em diante continuou a anteriorizar-se passando sucessivamente a palatal, cacuminal e dental. No período formativo das linguas hispani-latinas o som devia ser palatal, provavelmente vezinho do conhecido *s* beirão e do *s* final em todo o nosso país.

Na 2.<sup>a</sup> p. sing. teríamos de admitir a substituição da desinência pessoal *-s* por *-ti*, forma atenuada de *-tā* primitivo (scr. *-tha*, gr. *-θα*), que era própria do perf. activo. O alongamento do último *i* seria imitação da 1.<sup>a</sup> p.

A 3.<sup>a</sup> p. sing. teria a mesma terminação do aoristo. O *i* era com efeito longo no latim arcaico, onde esta terminação se representava por *-eit* e nas inscrições mais antigas por *-et*.

Na 1.<sup>a</sup> p. pl. teria havido elisão do *s* antes de *m*.

A 2.<sup>a</sup> p. pl. não oferece dificuldade alguma.

A 3.<sup>a</sup> p. pl. teria a desinência *-nti* do perf. em vez do *-us* do aoristo sâmscrito, o resto seriam transformações conhecidas:

\* *lāu-is-nt(i)* → \* *lāu-is-ont* → *lāu-ēr-ont* → *lāu-ērunt*.

Mais tardê o *ē* alongou-se. Em ÊNNIO encontra-se ainda *fuērunt*, em PLAUTO *subegērunt*, em TERÊNCIO *ēmērunt*, em VARRÃO *inuenerunt*, em VERG. e HOR. *stētērunt*, etc. A origem das formas em *-ēre* não está ainda bem explicada. ¿Qual das duas terminações é mais antiga? A opinião mais corrente é que a forma em *-ēre* derivou da outra por queda do grupo *-nt*, que na pronúncia usual era quase imperceptível, mórmente nas fases mais remotas da lingua, ficando a final *-ērē* p. *-ērū(nt)*. Mas a explicação não faz sentido com a hipótese, aliás bem fundada, que o primeiro *e* foi primitivamente breve. ¿Como explicar então o alongamento, que se deveria ter dado primeiro em *-ere* do que em *-erunt*, visto que se não conhece nenhum exemplo de *-ere* senão com *e* longo?

Trata-se naturalmente duma formação antiqüíssima, talvez da fase primordial do latim, quando esta lingua não estivesse ainda bem diferenciada do grego. Quanto mais remontamos na história do latim, maior é com efeito a semelhança que se encontra entre as duas linguas, tanto nas suas tendências fonéticas e na acentuação como na morfologia e na sintaxe. A desinência primitiva da 3.<sup>a</sup> p. pl. era *-nti*, que depois veio a perder o *i* final convertendo-se definitivamente em *-nt*. Em grego a evolução foi diferente: o *t*, por influência da nasal, mudou-se em *s*<sup>1</sup>, caindo em seguida a própria nasal com alongamento, por

<sup>1</sup> Cf. em latim a forma arcaica *deicans* = *dicant*.

compensação, da vogal anterior; e. g. \*λύ-ο-ντι → \*λύ-ο-νσι → λύ-ου-σι. Nos tempos secundários o τ e o ι caíram, e ficou unicamente a nasal; e. g. ἔ-λυ-ο-ν, ἔ-λυσα-ν. Se a lei era a mesma no latim, teríamos então no perf. ind. \**is-ī-ntī* → \**i(s)-ī-(n)sī* → \**īsī* ou \**eisī*, que depois do rotacismo se converteria em *-ērĕ*. A forma em *-ērunt* introduzir-se hia depois por analogia, primeiro com *ĕ* como no fut. ind. *ērunt* do t. *es-*, e mais tarde com *ē* por influência da terminação *-ēre*.

A perfeita semelhança das terminações do perfeito latino com as formas de flexão do v. *sum*, e por outro lado o emprêgo deste mesmo verbo para a construção das formas compostas da voz médio-passiva, sugere a idea de investigar se não se teria usado de igual artefício na formação do perf. ind. activo. Seria para isso necessário reconstituir o perf. primitivo desse verbo. É possível que o latim recebesse essas formas da lingua mãe; e nesse caso não poderiam diferir muito das do perf. ind. de εἰμί. Na lingua portugueza temos várias adaptações como essas anteriores ao estabelecimento da flexão verbal regular; e. g. *vou, sou, seja, digo, diga, houvera, houvesse*, etc.

Debaixo da epígrafe de imperfeito de εἰμί encontram-se reünidas formas de proveniências diversas, que pertenceram antigamente ao mesmo imperfeito, ao aoristo e ao perf. ind.; mas a análise lingüística permite-nos separá-las sem grande custo. Reconstituindo por ex. o perf., e pondo agora de parte, por nos não serem precisas, as formas do dual, chega-se finalmente ao seguinte quadro:

ῥ̄ p. * ῥ̄(σ)-ᾱ.....	ῥ̄-μεν p. ῥ̄(σ)-μεν
ῥ̄σ-θα.....	ῥ̄σ-τε
ῥ̄(v) p. * ῥ̄(σ)-ε(v).....	* ῥ̄σ-ᾱ-σι(v) p. * ῥ̄σ-ᾱ-ντι(v).

O ᾱ que entra na 1.<sup>a</sup> p. sing. e nas 3.<sup>as</sup> pes. do sing. e pl. é a característica do perf., que primitivamente figurava apenas nestas tres pessôas. Vimos isso na flexão do perf. οἶδ-α. Ora o t. perf. latino devia ter sido *es-īs-*, cf. *me-mĭn-*, *te-tĭn-*, etc. Se a vogal característica tomasse, como é provavel, a forma fraca *ī*, a flexão seria análogamente:

* <i>es-i(s)-ī</i> → * <i>es-ī</i> ou * <i>es-ei</i> .....	* <i>es-i(s)-mos</i> → * <i>es-ī-mus</i>
* <i>es-īs-tī</i> → * <i>es-īs-tī</i> (por anal. com	
* <i>es-ī</i> ).....	* <i>es-īs-tis</i>
* <i>es-i(s)-ī-t</i> → * <i>es-ī-t</i> ou * <i>es-ei-t</i> ...	* <i>es-i(s)-ī-ntī</i> → * <i>es-ī-sĕ</i> → * <i>es-ērĕ</i> .

Perdida a noção da verdadeira gênese, o aspecto das formas prestava-se a uma interpretação falsa, tomando por tema do perf. a primitiva reduplicação, e por desinências pessoais as restantes letras. Por imitação applicaram-se depois a outros temas, e constituíu-se desta maneira o perf. forte; e. g. \**fe-fu-ī* ou *fu-ī fu-istī fu-it* etc.,

*pe-pĭg-ī* ou *pĕg-ī* *pe-pĭg-istī* ou *pĕg-istī* *pe-pĭg-it* ou *pĕg-it* etc., e assim por deante.

**Origem dos perfeitos fracos em -sī.** A maior parte dos temas em consoante muda formam o perf. segundo este tipo. A muda conserva-se, assimila-se ou cae antes da característica -s; as guturais, quando se conservam, transformam-se naturalmente em x. O *m* assimila-se no perf. de *prēm-ō* (*pres-sī* p. *prem-sī*), aliás amplia-se com um *p* eufónico (*prom-p-sī*). A vogal radical é regularmente longa por natureza, por posição ou por ambas as razões ao mesmo tempo. Nenhum destes perfeitos é reduplicado. Vê-se tudo isto melhor nos seguintes exemplos :

<i>trāh-ō</i> .....	<i>trāxī</i>	<i>mulc-e-ō</i> .....	<i>mul-sī</i>
<i>uĕh-ō</i> .....	<i>uexī</i>	<i>mulg-e-ō</i> .....	<i>mul-sī</i>
<i>pec-t-ō</i> .....	<i>pexī</i>	<i>farc-i-ō</i> .....	<i>far-sī</i>
<i>flec-t-ō</i> .....	<i>flexī</i>	<i>sarc-i-ō</i> .....	<i>sar-sī</i>
<i>plec-t-ō</i> .....	<i>plexī</i>	<i>sparg-ō</i> .....	<i>spar-sī</i>
<i>sanc-i-ō</i> .....	<i>sānxī</i>	<i>merg-ō</i> .....	<i>mer-sī</i>
<i>uinc-i-ō</i> .....	<i>uinxī</i>	<i>terg-e-ō</i> .....	<i>ter-sī</i>
<i>dīc-ō</i> .....	<i>dīxī</i>	<i>torqu-e-ō</i> .....	<i>tor-sī</i>
<i>dūc-ō</i> .....	<i>dūxī</i>	<i>urg-e-ō</i> .....	<i>ur-sī</i>
<i>cōqu-ō</i> .....	<i>coxī</i>	<i>quāt-i-ō</i> .....	<i>quas-sī</i>
<i>aug-e-ō</i> .....	<i>auxī</i>	<i>per-cūt-i-ō</i> .....	<i>per-cus-sī</i>
<i>rĕg-ō</i> .....	<i>rĕxī</i>	<i>mit-t-ō</i> .....	<i>mī-sī</i>
<i>sur-g-ō</i> ou <i>sur-rĭg-ō</i> ...	<i>sur-rĕxī</i>	<i>sent-i-ō</i> .....	<i>sĕn-sī</i>
<i>tĕg-ō</i> .....	<i>tĕxī</i>	<i>rād-ō</i> .....	<i>rā-sī</i>
<i>dī-lĭg-ō</i> p. <i>dī-lĕg-ō</i> ...	<i>dī-lĕxī</i>	<i>suād-e-ō</i> .....	<i>suā-sī</i>
<i>fĭg-o</i> .....	<i>fĭxī</i>	<i>ārd-e-ō</i> .....	<i>ār-sī</i>
<i>flĭg-ō</i> .....	<i>flĭxī</i>	<i>claud-ō</i> .....	<i>clau-sī</i>
<i>cĭng-ō</i> .....	<i>cĭnxī</i>	<i>plaud-o</i> .....	<i>plau-sī</i>
<i>fĭng-ō</i> .....	<i>fĭnxī</i>	<i>cĕd-ō</i> .....	<i>ces-sī</i>
<i>mĭng-ō</i> .....	<i>mĭnxī</i>	<i>rĭd-e-ō</i> .....	<i>rĭ-sī</i>
<i>pĭng-ō</i> .....	<i>pĭnxī</i>	<i>rōd-ō</i> .....	<i>rō-sī</i>
<i>tĭng-ō</i> .....	<i>tĭnxī</i>	<i>lūd-ō</i> .....	<i>lū-sī</i>
<i>stĭngu-ō</i> .....	<i>stĭnxī</i>	<i>trūd-ō</i> .....	<i>trū-sī</i>
<i>uĭu-ō</i> .....	<i>uĭxī</i>	<i>gĕr-ō</i> p. <i>gĕs-ō</i> .....	<i>ges-sī</i>
<i>stru-ō</i> .....	<i>strūxī</i>	<i>ūr-ō</i> p. <i>ūs-ō</i> .....	<i>us-sī</i>
<i>iung-ō</i> .....	<i>iūnxī</i>	<i>haer-e-ō</i> p. <i>haes-e-ō</i> ...	<i>hae-sī</i>
<i>pung-ō</i> .....	<i>pūnxī</i>	<i>haur-i-ō</i> p. <i>haus-i-ō</i> ...	<i>hau-sī</i>
<i>rauc-i-ō</i> .....	<i>rau-sī</i>	<i>mān-e-ō</i> .....	<i>mān-sī</i>
<i>alg-e-ō</i> .....	<i>al-sī</i>	<i>saep-i-ō</i> .....	<i>saep-sī</i>

<i>carp-ō</i> .....	<i>carp-sī</i>	<i>prēm-ō</i> .....	<i>pres-sī</i>
<i>scalp-ō</i> .....	<i>scalp-sī</i>	<i>tem-n-ō</i> .....	<i>tem-p-sī</i>
<i>sculp-ō</i> .....	<i>sculp-sī</i>	<i>dēm-ō</i> .....	<i>dēm-p-sī</i>
<i>nūb-ō</i> .....	<i>nūp-sī</i>	<i>cōm-ō</i> .....	<i>cōm-p-sī</i>
<i>scrīb-ō</i> .....	<i>scrīp-sī</i>	<i>prōm-ō</i> .....	<i>prōm-p-sī</i>
<i>iūb-e-ō</i> .....	<i>ius-sī</i>	<i>sūm-ō</i> .....	<i>sūm-p-sī</i>

Os perfeitos em *-sī* têm sido comparados com os aoristos sigmáticos do grego e doutras linguas antigas indo-europeas, mas na realidade sam compostos latinos com o perf. do verbo substantivo. Na época em que se generalizou o rotacismo o *e* inicial deste verbo tinha já caído em muitas das suas formas, como *sum* p. \**esum*, *sumus* p. \**esumus*, *sunt* p. \**esunt*, etc.; aliás o *s* teria passado a *r* onde quer que fôsse intervocálico, cf. *eram*, *erō*, *erim*, etc. E era este o caso do perf. Teríamos então \**sī*, p. \**esī*, \**sistī* p. \**esistī*, *sīt* p. \**esīt*, etc. Provavelmente o que se ligava a este perf. era o infinito do pres. do verbo principal, que depois se confundiu com o tema; e assim, e. g. *scrīpsī* estaria por \**scrībum-sī* ou *scrību-sī* «eu fui escrever», isto é, «eu escrevi».

No pequeno número de perfeitos em que ficou *s* simplez intervocálico, como *haesī*, *hausī*, *rausī*, *clausī*, *rāsī*, *rīsī*, *rōsī*, *lūsī*, etc., existiram primitivamente dois *ss*, como efectivamente se verifica nos melhores e mais antigos MSS. do tempo da República não só para a maior parte desses verbos, mas para outras diferentes formas que também pareciam ter escapado à modificação do rotacismo.

**Perfeitos fracos em *-uī* (ou *uī*).** A composição dos perfeitos em *-sī* com o antigo perfeito do v. *sum* e o presente infinitivo do v. principal faz lembrar a flexão do presente de *possum*, compostas igualmente com o auxiliar *sum*, excepto no part. pres. *potens*, que é na realidade uma forma simplez. É também analógico o perf. *potuī* e as diferentes formas que dele derivam. A explicação de *potuī* p. \**pot-fuī* encaixa numa dificuldade grave, que é a absorção do *f* de *fuī*; em vez da queda desta espirante dever-se hia ter dado a assimilação do *t*, e a forma seria então *pof-fuī*, como *af-ferō* p. *at-ferō*. O part. pres. também não é composto do de *sum*, aliás teria dado \**pos-sēns*, assim como *ab-sum* e *prae-sum* deram os participios *ab-sēns* e *prae-sēns*.

Não é menos falsa a teoria que supõe os perfeitos fracos em *-uī* (ou *-uī*) compostos com o perf. auxiliar *fuī*. Seria incompreensível a queda do *f*. A única explicação possível, e que é também a mais natural, reduz-se a ver nestes perfeitos meras formações analógicas pelo modêlo dos perfeitos fortes de temas terminados em *-u*.

Com efeito, se compararmos por um lado os perfeitos fortes como *fuī, luī, ruī, suī, spuī, imbuī, exuī, induī, abnuī, ācuī, stātuī, tribuī, mētūī, mīnuī*; e por outro lado os perfeitos como *cāuī, fāuī, lāuī, pāuī, līquī, fōuī, mōuī, uōuī, iūuī*; sobressae logo esta diferença notavel, que distingue bem os dois grupos: em todos aqueles em que o *u* é consoante a penúltima sílaba termina em vogal longa. Confrontemos ainda *ācuī* e *līquī*, o primeiro deles trissílabo e derivado do t. nominal *ācū-*, e o segundo dissílabo derivado da raiz *līqu* = gr. λειπ.

a) À semelhança dos primeiros formaram-se os perfeitos *crēp-u-ī, strēp-u-ī, rāp-u-ī, hāb-u-ī, cūb-u-ī, frēm-u-ī, trēm-u-ī, tīm-u-ī, dōm-u-ī, uōm-u-ī; tēc-u-ī, plāc-u-ī, sēc-u-ī, frīc-u-ī, mīc-u-ī, dōc-u-ī, ěg-u-ī; uēt-u-ī, nīt-u-ī, cand-u-ī; āl-u-ī, sāl-u-ī, uāl-u-ī, ōl-u-ī, cōl-u-ī, mōl-u-ī, uōl-u-ī, cōnsūl-u-ī; gēn-u-ī, tēn-u-ī, sōn-u-ī, tōn-u-ī, mōn-u-ī; cār-u-ī, pār-u-ī, apēr-u-ī, opēr-u-ī, sēr-u-ī, flōr-u-ī, terr-u-ī, horr-u-ī, torr-u-ī, pōs-u-ī, cēns-u-ī, tex-u-ī, etc.*

b) À semelhança dos segundos formaram-se os perfeitos *amā-u-ī, ōrā-u-ī, strā-u-ī, pā-u-ī, nē-u-ī, sē-u-ī, crē-u-ī, lē-u-ī* ou *lī-u-ī, sī-u-ī, audī-u-ī, ī-u-ī, nō-u-ī, etc.*

Os perfeitos *cēnsuī*, e *texuī* podem ter influido na formação de *messuī, nexuī, plexuī* (cf. *plexī*).

**Imperativo do perfeito.** Deste tempo existem apenas as formas *mementō* e *mementōte* do tema reduplicado *memen-*. Está em uso classificá-las no quadro do perf. *memīn-ī*, apesar da diferença da vogal radical do tema. Mas pertencem provavelmente a uma fase mais antiga da lingua, ou sam restos do antigo dialecto donde se diferenciou o latim. Podemos ainda admitir que *mementō* fosse imitado doutra lingua congénere, por ventura do gr. μεμάρτω, que tinha significação identica. O pl. *mementōte* seria uma criação avulsa provocada pelo sing. *mementō*.

**Conjuntivo-optativo do perfeito.** Nas épocas mais remotas do latim o optativo e o conjuntivo foram dois modos distintos. Confundiram-se pouco a pouco com o uso, como já no grego sucedia em muitos casos; o que os gramáticos denominam hoje conjuntivo ou subjuntivo não merece verdadeiramente este nome, visto que as formas vieram já dum modo já do outro modo, sendo até mais numerosas as do primitivo optativo. Achamos porisso mais justo o nome de conjuntivo-optativo. Eram do optativo as formas *sim sīs sīt sīmus sītis sint*, e bem assim as formas *erim eris erit* etc., que substituíram as terminações do perf. indicativo para formarem os outros tempos do quadro do perfeito.

Sobre a origem de *sim sīs sīt* etc., as formas arcaicas *siēm siēs siēt*

*sīmus sītis sient* põem a questão fora de dúvida. A característica *-iē-* (= ind.-eur. *-γē-*) conservou a sua forma normal nas tres pessôas do sing., e contraiu-se regularmente em *-ī-* nas tres pessôas do pl.; na 3.<sup>a</sup> p. porém o *ī* abreviou-se antes da desinência *-ent = nt*. No grego sucedeu um fenómeno análogo a princípio, como atestam as formas εἶτον εἶτην εἶμεν εἶτε εἶεν do dual e pl., ao lado das formas εἶην εἶης εἶη do sing.; mas o modelo destas generalizou-se às pessôas dos outros dois números transformando-as por imitação em εἶητον εἶήτην εἶημεν εἶητε εἶησαν, que ficaram coexistindo com as primitivas.

O optativo latino *siēm siēs siēt* etc. está por *\*esiēm \*esiēs \*esiēt* etc., por aférese do *e* inicial, e por isso escapou ao rotacismo; ao passo que as primitivas formas, que se tinham fixado como terminações gerais do optativo do perfeito, mudaram o *s* intervocálico em *r*, e por influência da acentuação tónica, atenuaram regularmente *-iē. -ī-* e *-iē-* em *-ī-* em todas as pessôas do sing. e do pl. Tal é a origem provavel das terminações *erīm -erīs -erīt -erīmus -erītis -erint*, que se encontram no conjuntivo-optativo latino.

**Indicativo do mais-que-perfeito.** O imperfeito latino *eram erās erat erāmus erātis erant*, que forneceu as terminações do mais-que-perf. indicativo, foi na sua origem um aoristo simplez, como os aoristos sámscritos em *-ā-*, mas sem o sinal do aumento. Na sua forma primitiva devia ter sido *\*es-ā-m \*es-ā-s \*es-ā-t \*es-ā-mus \*es-ā-tis \*es-a-nt*, e depois do rotacismo *erām \*erās \*erāt \*erāmus \*erātis erant*. O alongamento do *-ā-* nas 2.<sup>as</sup> pessôas dos dois números e na 1.<sup>a</sup> p. pl. resultou da confusão deste tempo com o primitivo conjuntivo do presente. A única diferença entre os dois tempos consistia na quantidade da característica *-a-*, que era breve no aoristo e longa no presente conjuntivo. Não admira portanto que o vulgo os confundisse, tornando-se assim hesitante a quantidade, e ao mesmo tempo a significação, até que afinal se fixou como imperfeito.

Em grego a formação do mais-que-perf. é idéntica. A demonstração acha-se feita por CURTIUS, e torna-se realmente clara no dialecto homérico. O mais-que-perf. ἐ-τεθήπ-εα, correspondente ao perf. τέθηπ-α (dum t. verbal θαπ- ou ταφ-) distingue-se do t. perf. τεθηπ- pela anteposição do aumento silábico e posposição de *-εα*, que não é outra coisa senão o imperfeito homérico do t. ἐσ- (ἐσ p. \*ἐσ-α-μ). Manifesta-se pois a mais perfeita conformidade entre o gr. ἐ-τεθήπ-εα e o l. *pepīg-eram*, salva a especialidade do aumento, que no latim parece não ter existido. Passemos agora ao dialecto ático clássico. As formas ἐα ἐας ἐε etc. do imperf. do t. ἐσ- contraíram-se no dialecto ático antigo em ἦ ἦς εἶ ἦτον ἦτην ἦμεν ἦτε ἦσαν. Encontram-se quase todas

estas formas no dialecto ático. Se as compararmos com as terminações do mais-que-perf., vê-se que a diferença se reduz a ser o  $\eta$  substituído por  $\epsilon$  e haver a mais na 1.<sup>a</sup> p. sing. do mais-que-perf. a desinência pessoal  $-\nu$  dos tempos históricos, que aliás também não é estranha ao aoristo. Como a 3.<sup>a</sup> p. sing. é a que se emprega com mais freqüência, compreende-se que a sua vocalização se generalizasse insensivelmente às outras pessôas; o que no mais-que-perf. é particularmente facil, por estar aí o  $\eta$  no lugar de postónica em todas as pessôas excepto na 3.<sup>a</sup> dual. Nestas condições a diferença de som entre  $\eta$  e o ditongo  $\epsilon$  tornava-se com efeito pouco sensível. É por esta razão particular que o fenómeno se não deu no imperfeito livre.

**Infinitivo do perfeito e conjuntivo-optativo do mais-que-perfeito.** Este aoristo primitivo em  $-\check{\alpha}$  foi a origem do aoristo sigmático, de que restam muitas formas latinas. A estrutura é perfeitamente a mesma que no grego. Tanto numa lingua como na outra o processo consistia essencialmente em juntar ao tema de cada verbo o aoristo primitivo do t. *es-*, applicando-se aqui as mudanças fonéticas respectivas a cada caso particular; e. g. *lĕg-ō* t. aor. *lĕg-eră* p. \**lĕg-esă*-, *căp-i-ō* t. aor. *căp-eră* p. \**căp-esă*-. Se o t. do verbo era em vogal longa, esta absorvia o  $\check{\epsilon}$  do aussiliar, e ficava apenas a sílaba  $-\check{să}$ : e. g. *amō* (t. *amā*-) t. aor. *amāră* p. \**amā-(e)să*-, *dĕlēō* (t. *dĕlē*-) t. aor. *dĕlēră* p. *dĕlē-(e)să*-. Na prática isto equivaleria a juntar sempre ao t. pres. do verbo a caterística  $-\check{să}$ : *lĕgĕ-ră* p. \**lĕgĕ-să*-, *căpĕ-ră* p. \**căpĕ-să*-, *amā-ră* p. \**amā-să*-, *dĕlē-ră* p. \**dĕlē-să*-, etc. Tal é a regra ensinada pelos gramáticos. Esquecida a origem da caterística  $-\check{să}$ -, veiu a mesma regra aplicar-se ao t. *es-* dando um novo t. aoristico *es-să*-, do qual temos o inf. *es-se* p. \**es-sa-i* e o optativo *es-se-m* p. \**es-sa-i-m*. O inf. aor. veiu a substituir o inf. pres., e o optativo passou a servir de imperf. no conjuntivo-optativo, assim como o primitivo aor. *eram* passou a imperf. no modo indicativo <sup>1</sup>.

Entre os antigos inf. deste tipo temos ainda *uel-le* p. \**uel-se*, *fer-re* p. \**fer-se*, *dă-re* p. \**dă-se*; vieram depois por analogia os inf. regulares em  $-re$ , como *amā-re*, *dĕlē-re*, *lĕgĕ-re*, *căpĕ-re* p. \**căpĭ-re*, *audī-re*, etc. Cf. gr.  $\lambda\bar{u}-\sigma\alpha\iota$ ,  $\gamma\epsilon\lambda\acute{\alpha}-\sigma\alpha\iota$ ,  $\pi\alpha\iota\delta\epsilon\bar{u}-\sigma\alpha\iota$ ,  $\phi\upsilon\lambda\acute{\alpha}\xi\alpha\iota$  p. \* $\phi\upsilon\lambda\acute{\alpha}\kappa-\sigma\alpha\iota$ ,

<sup>1</sup> Provavelmente algumas destas formações arcaicas foram adaptadas da lingua mãĩ, sem que hoje possamos averiguar quais fossem, por falta de documentos autênticos. Em port. temos disso abundantes exemplos, que não valia a pena citar.

γράφαι p. \*γράφ-σαι, etc. O primitivo inf. pres. perdeu-se pelo menos como forma independente <sup>1</sup>.

Precisamente pela mesma razão os imperfeitos conj.-opt. em *-rem*, como *amā-rem* p. \**amā-să-i-m*, *dēlē-rem* p. \**dēlē-să-i-m*, *lĕgĕ-rem* p. *lĕgĕ-să-i-m*, *fer-rem* p. \**fer-să-i-m*, e bem assim *es-sem* p. *es-să-i-m*, *uel-lem* p. \**uel-să-i-m*, etc. sam morfològicamente optativos do aoristo fraco.

O mais-que-perf. conj.-opt. compôs-se com *essem essēs esset* etc. como o mais-que-perf. ind. se compôs com *eram erās erat* etc., isto é, compuseram-se ambos com os respectivos imperfeitos. O perf. inf. compôs-se do mesmo modo com *esse*, isto é, como o perf. conj.-opt. se compôs com o pres. conj.-opt. Ha, como se vê, um paralelismo completo em todas estas formações. A mudança do *ĕ* em *ĭ*, que nesta composição sofreram as formas *essem essēs esset* etc., e bem assim o inf. *esse*, resultou por apofonia como consequência da antiga acentuação; e. g. *fĕc-issent* p. *fĕc-essem*, *amāu-issent* p. \**amāu-essem*, *fu-isse* p. \**fū-esse*, etc. O vocalismo do indicativo do perf. não tem nada que ver com este fenómeno.

**Formação do futuro perfeito.** Obedece ainda à regra geral das outras formações do perf. latino: *fu-ĕrō*, *amāu-ĕrō*, *tetĭg-ĕrō*, *dix-ĕrō*, etc. As opiniões divergem porém quanto à origem destas formas *ĕrō* pertencentes ao v. auxiliar. Pretendem uns que elas viessem dum antigo conj.-opt. aorístico, e outros que fossem desde a sua origem um verdadeiro futuro.

Em tese, qualquer das duas teorias é admissível. Os verbos da 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> conjugação apresentam com efeito futuros simplez, que sam morfològicamente conjuntivos-optativos, ou mais pròpriamente optativos. A 1.<sup>a</sup> p. sing. é a única formação do conjuntivo, todas as restantes formas sam pròprias do optativo. Mas essa mesma 1.<sup>a</sup> p., actualmente terminada em *-am* (*legam*, *dicam*, *faciam*, etc.) era anteriormente em *-em* (*legem*, *dicem*, *faciem*, etc.). No ant. latim conhecem-se mais destas formas em *-em*.

LINDSAY <sup>2</sup> cita futuros como *rediet*, *exiet*, *transient*, que deixam entrever no verbo simplez *eō* um antigo optativo pres. *iēm iēs iēt iēmus iētis iēnt*, que funcionava como futuro. Foi depois substituído pelo fut. em *-bō* (*ibō ibis* etc.).

<sup>1</sup> A forma do inf. pres. parece ter sido o acusativo sing. do resp. tema, isto é, \**esom* ou \**som* (t. *es-*), *amam* (t. *amā-*) *dēlem* (t. *dēlē-*), etc. Cf. úmbrio *erom*, osco *ezum*, gr. λύνει p. \*λύ-ε-εν. O inf. aor. sigmático é um locat. sing. ou um dat.

<sup>2</sup> *The Latin Language*. Oxford, 1894. Pag. 492.

No conjuntivo pròpriamente dito havia uma antiga formação com *o:e* breves (sujeitos à apofonia) entre o *t.* do respectivo verbo e as desinências pessoais. Teríamos assim para o *t.* *es-*, um antigo conjuntivo \**esō* \**esīs* \**esīt* \**esīmus* \**esītīs* \**esunt*, que o uso especializaria como fut. indicativo. A mudança de *s* intervocálico em *r* não precisa de ser explicada. Mas ¿existiria realmente este conjuntivo latino? Em grego não ha nenhuma formação que o revele. E, embora se possa admitir que existisse, não ha perfeito paralelo entre a adaptação do pres. optativo a fut. indicativo (de que se conhecem numerosos exemplos) e a adaptação do pres. conjuntivo a fut. indicativo (de que se não conhece exemplo nenhum).

Se admitirmos a outra teoria, a formação *erō eris erit* etc. é da sua primitiva um futuro, como o futuro scr. *as-jā-mi* (*t.* *as-* = gr. *ēs-* = l. *es-*), que deu origem a uma classe de futuros em *-is-jā-mi* ou *-s-jā-mi*.

SCHLEICHER interpreta a terminação *-jā-mi* por «eu vou», e portanto *as-jā-mi* «eu vou ser», «eu estou para ser», «eu serei». Note-se a analogia com a perífrase latina *amātum īrī* e a sua correspondente activa (muito mais rara) *amātum īre*. Nas linguas modernas temos expressões semelhantes com o *v.* *ir*, e. g. *vou entrar*, *vamos a ver*, *vam succeder coisas interessantes*, etc. Compreende-se pois que o latim, para exprimir a idea de futuro, combinasse o *t.* do *v.* *eō* com os temas dos outros verbos formando assim temas do futuro. Se o *t.* auxiliar figurasse, como é natural, com a sua forma fraca *ī*, teríamos, por ex., para o verbo substantivo, um futuro

\**es-i-ō* \**es-ī-s* \**es-ī-t* \**es-ī-mus* \**es-ī-tis* \**es-ī-nt*

O dial. dórico apresenta, no fut. sigmático, exemplos de antigas formas em *-σίω* p. *-εσ-ί-ω*; mas este *ι* subsiste apenas antes de *ω* ou *ο*, mudando-se antes das outras letras em *ε*. Depois o *ε* estendeu-se por analogia a todas as pessôas dos três números, dando em resultado futuros ao mesmo tempo sigmáticos e contractos, como por ex.:

*δω-σίω* → *δω-σέω* → *δω-σῶ* . . . *δω-σίμεν* → *δω-σέμεν* → *δω-σοῦμεν*  
*δω-σέεις* → *δω-σεῖς* . . . . . *δω-σέετε* → *δω-σεῖτε*  
*δω-σέει* → *δω-σεῖ* . . . . . *δω-σέουσι(ν)* → *δωσοῦσι(ν)*

Os áticos tinham também esta forma de futuro, mas exclusivamente na voz média.

Quanto ao fut. contracto sem *σ*, e. g. nos temas em *λ, μ, ν, ρ*, a especialidade está na conservação do *ε* do *t.* *εσ-*, porque a elisão do *σ* intervocálico é um fenómeno vulgar. Assim por ex. *φανῶ* resultou de *φανέω* ← \**φανεσέω* ← \**φανεσίω*.

No grego clássico, o v. εἰμί conserva apenas o fut. médio ἔσ-ο-μαι p. \*ἔσίομαι, com significação activa. Tudo nos leva a crer que tivesse existido também a voz activa \*ἔσω p. \*ἔσιω, e que fôsse com esta flexão composto o futuro sigmático. O alongamento orgânico da vogal radical antes do σ, na formação do tema deste futuro, explicar-se hia pela perda do ε do t. ἔσ-.

Em latim ter-se hia dado da mesma maneira a mudança de \*esiō em esō, que pelo rotacismo passou a erō. Devem ter existido ainda outros verbos com este fut. em -iō, que passassem depois a futuros em -ō; mas apenas podemos citar erō e fuō. A teoria não exclue ainda assim a hipótese de todas ou parte destas mudanças se terem verificado antes do latim ser uma lingua distinta, ou no periodo embrionário do latim.

Se realmente as coisas se passaram de acôrdo com esta teoria, a 3.<sup>a</sup> p. pl. do fut. terminava primitivamente em -int, como a encontramos no fut. perf., por influência talvez do perf. conjuntivo-optativo; mas alterou-se depois em -unt no fut. simplez erunt e fuunt por analogia com o pres. indicativo.

Quanto à flexão do conjuntivo-optativo, ou mais rigorosamente do optativo do fut., a regra seguida no indicativo não conduziria a formas distintas, a não ser na 1.<sup>a</sup> p. sing., cuja terminação se faz em -im. Compreender-se hia assim melhor o facto de ficarem no conjuntivo-optativo as funções do pres. e do perf. acumuladas com a do fut. Faltam no lat. as formas do infinitivo e do participio tanto no fut imperf. como no perf., as quais o uso supriu geralmente por perifrases.

Uma destas perifrases é com o inf. fore seguido duma oração substantiva com ut (ou ut nōn); e. g. Spērō fore ut contingat id nōbīs (Cic.), *espero que nos haja de acontecer isso*. Nas frases deste tipo a idea do futuro parece ter nascido da noção potencial, passando dai para o inf. fore, que é morfologicamente um infinitivo aor. sigmático fore p. \*fu-sa-i analogo a esse p. \*es-sa-i. Compare-se com a precedente a seguinte frase de T. Lívio: *Id enim dēmum compar connūbium fore, que esse seria com efeito um consórcio igual*. A noção de futuridadade acha-se reforçada pela que representa o t. fu- (tornar-se, vir a ser, brotar), e ao mesmo tempo pela significação do verbo da oração principal. Os verbos que significam «ameaçar», «anunciar», «prometer», «esperar» e semelhantes, cujo conteúdo se reporta ao futuro, fazem naturalmente contar com esse futuro. É o que se observa também no seguinte exemplo de CURTIUS: ἤλπιζε νικῆσαι ἄν τοὺς πολεμίους, *esperava que poderia vencer os inimigos*. Temos aqui da mesma maneira um inf. aor. νικῆσαι com fôrça de inf. futuro.

Fore com o part. perf. dos verbos depoentes ou passivos exprime

semelhantemente o inf. do fut. perf., e. g. *Possum dīcere mē satis adēptum fore* (Cic.), *posso dizer que terei alcançado bastante*; *dēbellātum mox fore rēbantur* (Liv.), *pensavam que havia de ter a guerra acabado logo*.

Ao lado destas perifrases com *fore* encontram-se construções análogas com formas neutras em *-tūrum* (ou *-sūrum*), acompanhadas às vezes pelo inf. *esse*, mais frequentemente sem ele: *crēdō ego inimīcōs meōs hōc dictūrum* (C. QUADRIG.), *creio eu que os meus inimigos dirām isto*; *Nēc me secus unquam eī facturum quicquam quam memēt mihi* (Pl. in Capt., 428); *Tuān causa aedis incensūrum cēses?* (Ibid., 845); *Scīre licet hunc (puerum) quondam rēbus nostrīs dubiīs futūrum, praesidiumque rēgiae adflictae* (Liv.).

Os gramáticos latinos classificam estas formas um *-ūrum* como a parte neutra do adjectivo verbal em *-ūrus -ūra -ūrum* que substitue o particípio futuro activo. Que esta interpretação era a dos próprios latinos depreende-se imediatamente da seguinte frase de T. Liv., entre muitas outras que poderíamos citar: *Sī sē audiant, domum suam quemque inde abitūrōs; neque magis observātūrōs diem couciliī, quam ipse, quī indīxerit, obseruet*. A construção repete-se com todos os tempos do v. substantivo; e. g. *nec dubitō quīn legente tē hās litterās cōnfecta iam rēs futūra sit*.

As formas neutras em *-ūrum* empregadas sem verbo auxiliar, bem como os adjectivos em *-ūrus* funcionando como participios do fut., encontram-se desde as épocas mais remotas; pode-se portanto ter partido duma falsa etimologia, sendo pelo contrário os adjectivos em *-ūrus* que tenham resultado das formas indeclináveis em *-ūrum*. A questão é realmente difícil por se não conhecerem formas análogas em nenhuma outra lingua indo-europea antiga.

Ha quem tenha comparado os adjectivos em *-ūrus* com o adj. gr. ἰσχυρός, que não é propriamente um adj. verbal. Mas a formação deste nome não é também isenta de dificuldades.

Têm outros recorrido aos nomes de agente em *-tor* (t. em *-tōr-*) largamente representados em latim e em grego; mas ainda aqui é difícil explicar a passagem do suf. *-tōr-* para *-tūro-*.

LINDSAY<sup>1</sup> decompõe o suf. *-tūro-* em *-tū- + -ro-*, e insiste na comparação com ἰσχυρός, formado imediatamente dum t. em *ū* (ἰσχύς, fôrça). O suf. lat. *-tu-* é o suf. do supino. A explicação, à primeira vista, é aceitável; mas em ἰσχύς não temos o suf. *-tu-*, nem este substantivo parece ter afinidade alguma com a formação do supino. De-

<sup>1</sup> Op. cit., pag. 540.

pois ? como explicar a adaptação destes adjectivos em *-tūru-s* (ou *-sūru-s*) a participios do futuro ?

Comparemos uma com a outra as duas formas usuais do fut. inf., a activa e a passiva, e. g. *amātūrum esse* e *amātum irī*. É na verdade pouco provavel que duas formações tam diferentes, na aparência pelo menos, fôsem contemporâneas uma da outra. Podia todavia admitir-se que tivessem estruturas análogas, isto é, que fossem ambas construidas com o supino ou ambas de qualquer outra maneira que fosse. Por outro lado é notavel a tendência a empregar a forma activa sem *esse*. A passiva tende também a simplificar-se, mas aqui não é com a perda de nenhum dos seus elementos; a lingua vulgar aglutina-os como uma frase feita, formando deles uma só palavra, e assim apparecem comumente nos MSS., e. g. *amātuīrī* p. *amātum irī*, *scrīptuīrī* p. *scrīptum irī*, etc. Nalgumas cópias chega a desaparecer o primeiro *ī*, ficando então *amātūrī*, *scrīptūrī*, etc.

Esta circunstância chamou a atenção dos filólogos para as formas em *-tūrum* (ou *-sūrum*), cuja primeira parte parece também tirada do supino; a silaba final *-rum* pode ser o próprio inf. *\*-sum* ou *\*-esum* do verbo substantivo depois da alteração do *s* intervocálico pelo rotacismo. Teriamos nesse caso, e. g. *amātūrum* p. *amātū \*sum* (anteriormente *amātū \*som*) = *amātū esse*, isto é, «ser ou estar para amar» e dai «haver de amar».

O desenvolvimento de *amātūrum* em *amātūrum esse*, tomando-o pela forma neutra dum adj. triforme *amātūrus -a -um*, deve-se ter dado mais tarde, quando se tivesse perdido a tradição da verdadeira etimologia. É com efeito a explicação mais satisfatória, mostrando ao mesmo tempo a razão porque este adj. verbal tomou o lugar de part. fut. activo.

A flexão da voz médio-passiva é toda perifrástica no sistema do perf. latino, como já o era na maior parte do sist. do perf. grego, cuja evolução foi paralela; o latim mostra-se porém numa fase mais adiantada, como mais moderno que é.

G. GUIMARAIS

## Um documento precioso

Adquiriu há pouco o Arquivo da Universidade de Coimbra um pergaminho de alto valor. É um diploma original de D. Dinís, publicando a fundação do Estudo geral ou Universidade de Lisbôa, e prometendo privilégios e favores a todos os que o fôsem frequentar. Completamente desconhecido até hoje tal diploma.

\*

Há uma penúria extrema de documentos relativos à Universidade de Lisbôa-Coimbra, dos primeiros anos da sua existência. Os que se conhecem, chegaram até nós, por via de regra, em cópias tiradas de certidões ou de públicas fórmãs, e alguns apenas nos registos das chancelarias. Um único diploma original sei que existe: é a bula de Nicolao IV, *De statu Regni Portugaliae*, que se acha depositada na Torre do Tombo, maço 12, n.º 2<sup>4</sup>.

E dá-se um facto, que é muito de estranhar: nem sequer por cópia ou registo se conhecia diploma algum do fundador D. Dinís, durante a primitiva estada da Universidade em Lisbôa! Os mais antigos documentos universitários do rei-lavrador, de que restava notícia, eram: uma carta passada em Leiria a 27 de novembro de 1308, em que é concedido aos escolares que tenham açougues, carniceiros, vinhateiros, pãdeiras, e almotacés privativos; e a *carta magna privilegiorum*, datada de Lisboa *quinta decima die mensis february, era millesima trecentesima quadragesima septima* (a. D. 1309), pela qual, em linguagem carinhosa e com cuidados paternais, D. Dinís conferiu

---

<sup>4</sup> O sr. Pedro A. de Azevedo, 1.º conservador daquele Arquivo Nacional, acaba de me comunicar uma cópia deste documento, que muito lhe agradeço. É idéntica à do *Livro Verde* e à do *Códice Joanino* do Arquivo da Universidade. Fr. Francisco Brandão, na publicação que fez deste diploma na *Monarchia Lusitana*, Append., Escr. xxiv, acrescentou-lhe à data as expressões *Anno Domini 1290*, que não existem no original. Com esta interpolação tem sido transcrita por alguns autores.

largas mercês e privilégios à sua Universidade. Já a êsse tempo se achava trasladada para Coimbra. São conhecidos estes dois diplomas pela transcrição que dêles se fez em uma carta de confirmação de D. Fernando de 20 de maio de 1367, a qual se encontra copiada no *Livro Verde* e no *Códice Joanino*, manuscritos do século xv existentes no Arquivo da Universidade.

Documentos originaes dos reis da primeira dinastia, que digam respeito à Universidade, não os conheço; todos êles se perderam, com excepção de um apenas, em pergaminho, que se acha guardado no arquivo deste estabelecimento. É de somenos importância: uma carta de D. Fernando, da *Era de mil e iiij<sup>c</sup> e deã e nove anos*, que corresponde ao ano de 1381, pela qual são isentos os mantimentos, que vierem para o Estudo, de todos e quaisquer direitos de dizimas e portagens <sup>1</sup>.

¡ Triste penúria de documentos!

Pois o diploma, de que venho hoje dar conta, é original, do próprio fundador da Universidade portuguesa, e alguns meses anterior à concessão da bula de Nicolao IV, a cuja data se costuma reportar a fundação da mesma Universidade. Bastaria esta consideração, se outras não houvesse, para com justa razão se classificar de precioso tal documento.

Passemos a descrevê-lo:

Pergaminho regularmente conservado, escrito em uma só face, e que mede de altura 0<sup>m</sup>,20 × 0<sup>m</sup>,145 de largura. Tem pendente por trancelim de fios de algodão brancos e azuis o *sêlo de autoridade* de D. Dinís, impresso em cêra branca, o que aumenta consideravelmente o valor do diploma, pela extrema raridade desta espécie de sêlos entre nós. A gravura fronteira reproduz, com toda a nitidez, o pergaminho, a sua escritura, e o sêlo.

Achavam-se tão apagadas as letras, que impossível seria decifrá-lo, se não empregasse para avivar os caracteres um artifício inofensivo e eficaz, bem conhecido dos paleógrafos, e que facultou a leitura e a reprodução fotográfica.

Diz assim o documento <sup>2</sup>:

*Vniuersis ad quos presentes littere peruenerūt. Dionisius dej gratia Rex Portugalie & Algarbij. salutem. Scientie thesaurus mirabilis qui*

<sup>1</sup> A. U., gav. 1, maço 1, n.º 1.

<sup>2</sup> Na reprodução tipográfica desdobrámos as abreviaturas do original, mas introduzindo caracteres de tipo diferente, a indicar as letras que no original não

Handwritten text in a medieval script, possibly Latin or Old French, covering the upper portion of the document. The text is dense and appears to be a formal record or legal document. The script is a cursive hand with some decorative flourishes. The text is written on a piece of parchment that is slightly aged and has some staining. The parchment is held in place by four circular fasteners at the corners.





*dum plus dispergitur incrementū maioris suscipit ubertatis mundum spiritualiter & temporaliter dignoscitur illustrare | quoniam per ejus acquisitionem nos omnes catholicj deum creatorē nostrum cognoscimus & in eiusdē filii domini nostri ihesu xpisti nomine fidem catholicā amplectamur | cum etiam nobis ipsius ministris ac alijs principibus a subditis obeditur | ex quorum obedientia uita ipsorum ministerio iusticie tradite per ipsam scientiam informatur. hanc itaque ut cū propheta loquamur pecijmus a domino. hanc requiremus ut in domo dominij habitemus ejus autem precioso Thesauro cupiētes Regna nostra ditare | apud vlixbonensem ciuitatē regiā ad honorē dej & beatissime uirginis matris ejus necnon beati martiris vincētij cuius sanctissimo corpore dicta ciuitas decoratur generale studiū duximus ordinādum quod non solū copia doctorum ī omnj arte munimus | sed etiam multis priuilegijs roboramus. verū quia relatione quorundā intelleximus | non nullos ex uarijs partibus ad dictum nostrum studiū accessuros | si ibidē corporum & rerū securitate gauderent | nos ipsum uolētes bonis cōditionibus ampliare omnibus ibidē studētibus uel in posterū studere uolētibus plenā securitatē presentibus pollicemur | nec ipsos per aliquē uel aliquos quantecūque dignitatis existāt permittemus offendj | sed eos ab iniurijs & uiolentijs curabimus largiēte domino deffensare. accedētes autem ibidē nos ī suis oportunitatibus inueniēt taliter gratiosos quod se possint & debeant de regie celsitudinis fauore multiplicj non īmerito comēdare. Dat' Leyrene. prima die martii. Rege mādāte Alfonsus martinj notauit. Era millesima trecētesima uicesima octaua.*

(L. ✠ S.)

Reduzindo o diplōma a uma grafia e disposiçāo regular, temos o seguinte :

VNIVERSIS AD QVOS PRAESENTES LITTERAE PERVENERINT  
DIONYSIVS DEI GRATIA REX PORTVGALIAE ET ALGARBII  
SALVTEM.

**S**CIENTIAE thesaurus mirabilis, qui, dum plus dispergitur, incrementum maioris suscipit ubertatis, mundum spiritualiter et temporaliter dignoscitur illustrare, quoniam per eius

---

existem, sendo ali substituídas por sinais de abreviatura. Quanto ao mais a reprodução é fidelíssima, feita letra por letra, como com o auxílio de uma lente podem verificar sôbre a estampa todos os que não fôrem inteiramente estranhos à paleografia.

adquisitionem nos omnes catholici Deum creatorem nostrum cognoscimus, et in eiusdem Filii Domini nostri Iesu Christi nomine fidem catholicam amplexamur, cum etiam Nobis, ipsius ministris, ac aliis Principibus a subditis obeditur, ex quorum obedientia uita ipsorum ministerio iustitiae traditae per ipsam scientiam informatur. Hanc itaque, ut cum propheta loquamur, *petiimus a Domino, hanc requiremus, ut in domo Domini habitemus*<sup>1</sup>.

Eius autem pretioso thesauro cupientes Regna nostra ditare, apud Vlixbonensem ciuitatem regiam, ad honorem Dei, et Beatissimae Virginis Matris eius, necnon Beati Martyris Vincentii, cuius sanctissimo corpore dicta ciuitas decoratur, Generale Studium duximus ordinandum, quod, non solum copia doctorum in omni Arte munimus, sed etiam multis priuilegiis roboramus.

Verum, quia relatione quorundam intelleximus nonnullos ex uariis partibus ad dictum nostrum Studium accessuros, si ibidem corporum et rerum securitate gauderent, Nos, ipsum uolentes bonis conditionibus ampliare, omnibus ibidem studentibus uel in posterum studere uolentibus, plenam securitatem praesentibus pollicemur; nec ipsos per aliquem uel aliquos, quantaecumque dignitatis existant, permittemus offendi, sed eos ab iniuriis et uiolentiis curabimus, largiente Domino, defensare. Accedentes autem ibidem, Nos in suis opportunitatibus inuenient taliter gratiosos, quod se possint et debeant de Regiae Celsitudinis fauore multiplici non immerito commendare.

Datae Leirenae prima die Martii. Rege mandante, Alfonsus Martini notauit. Era millesima trecentesima uicesima octaua.

(L. ✕ S.)

<sup>1</sup> *Unam petii a Domino, hanc requiram, ut inhabitem in domo Domini omnibus diebus uitae meae: ut uideam uoluptatem Domini, et uisitem templum eius.* (Ps. xxvi, 4).

Os únicos documentos, que por cópia até aqui se conheciam, relativos à fundação da Universidade, eram :

1.º — Uma carta em latim, com data de 12 de novembro de 1288, de Montemor-o-Novo dirigida ao papa por alguns prelados de ordens religiosas e de igrejas seculares, na qual estes alegavam que haviam conferenciado, com el-rei D. Dinís, *ipsi cum nimia precium instantia supplicantes ut ipse dignaretur construere et ordinare Studium Generale apud nobilissimam suam ciuitatem Ulixbonensem*, dotando-o com rendas das igrejas a êles confiadas, de que o rei era padroeiro; e pediam a necessária aprovação e confirmação apostólicas.

2.º — A bula de Nicolao IV, *De statu regni Portugaliae*, datada de Orvieto a 9 de agosto de 1290, dirigida à Universidade dos mestres e alunos do Estudo geral de Lisbôa, que o papa dá como já fundado por iniciativa de D. Dinís, e lhe concede aprovação e algumas graças.

O primeiro destes documentos é anterior à fundação, e formúla o plano e propósito de criar um Estudo geral; o segundo considera o Estudo como já fundado por D. Dinís, e funcionando, sendo a êle dirigido este diploma como a uma personalidade colectiva, com existência jurídica. Entre as expedições de um e outro documento decorreu um intervalo de quase dois anos, em que a Universidade appareceu, sem se saber quando, e sem que ficasse registo, que até ao presente se conhecesse, do seu aparecimento.

¿ Quem teve a iniciativa da fundação, ou, por outras palavras, quem foi pròpriamente o promotor da criação da Universidade?

¿ Quando é que se realizou esta fundação?

Eis dois problemas, que se tẽem debatido.

O doutor Mota Veiga, depois de um estudo consciencioso, e de um compulso muito deligente dos autores, resume o que apurara sobre a fundação da Universidade nas conclusões seguintes :

«— 1.º que a Universidade foi fundada por influêcia e a pedido do clero portugûes, pedido que foi benignamente accito já por el-rei D. Dinís, já pelo papa Nicolao IV;

— 2.º que, com toda a probabilidade, os Estudos da Universidade começaram logo em 1288, visto que, quando a bula de confirmação chegou em 1290, data da sua criação oficial, já esses Estudos existiam, como se infere da mesma bula;

— 3.º que foi o clero português, que principalmente concorreu para a sustentação e conservação da mesma Universidade, logo desde o seu princípio»<sup>1</sup>.

Pouco depois o Visconde de Vila-Maior, reitor que era da Universidade, ocupando-se do mesmo assunto, e depois de ter transcrito alguns dizeres da bula de Nicolao IV, confirmatória do Estudo de Lisbôa, escreve:

«Pela simples leitura destes períodos se conhece que o papa, dirigindo-se à Universidade dos mestres e estudantes dos Estudos de cada uma das lícitas Faculdades, de novo plantadas em Lisbôa, admitia já como existentes os mesmos Estudos; e no corpo deste diploma não fez mais do que aprovar e confirmar o que se havia feito, e conceder os privilégios e o fôro eclesiástico, que a Santa Sé havia já concedido a outras Universidades... Fundaram-se pois em Lisbôa os Estudos gerais — e com este nome eram então designadas em toda a parte as Escolas, que ao depois se chamaram Universidades — em 1288, pelo acôrdo estabelecido entre el rei D. Dinís e os ilustres prelados, que ofereceram parte dos rendimentos das suas igrejas para a sustentação dos mestres e mais despesas do Estudo. A bula de Nicolao IV unicamente veio em 1290 para confirmar aquela criação, dar-lhe autoridade pontifícia, fortalecê-la com privilégios e fôro eclesiástico, e com a concessão dos graos académicos. A intervenção da autoridade régia tinha sido manifesta e poderosa, e talvez primordial»<sup>2</sup>.

Finalmente, vem o ilustrado e erudito professor doutor Teófilo Braga, e alvitra:

«Quando os prelados se dirigiram ao papa Nicolao IV em 12 de novembro de 1288, já o Estudo geral estava organizado, dotado e funcionando activamente em Lisbôa; o que pediam ao papa recém-eleito era apenas a confirmação canónica da aplicação das rendas eclesiásticas. Na bula de Confirmação dada pelo papa ao fim de dois

<sup>1</sup> *Esboço historico-litterario da Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra, em commemoração do centenário da Reforma e Restauração da mesma Universidade, effeituada pelos sabios Estatutos de 1772, pag. 26.*

<sup>2</sup> *Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra, precedida de uma breve noticia historica deste Estabelecimento, pag. 15 e seg.*

anos, em 9 de agosto de 1290, êle justifica-se da demora aludida a estarem já *apartados alguns impedimentos*, do grande letigio dos bispos com o rei sôbre as jurisdições, e aceita o facto consumado do estabelecimento e exercício da Universidade: «*Declaramos e havemos por valioso e agradavel a nós tudo o que sobre esta matéria está feito...*». O papa Nicolao IV, apesar de deferir à confirmação pedida pelos prelados, reconhece como pertencendo ao rei D. Dinís a iniciativa da fundação da Universidade: «*Em verdade à nossa noticia chegou, que, procurando-o o carissimo em Cristo filho nosso Dinís, illustre Rei de Portugal, não sem muita e louvavel providencia, estão de novo plantados na cidade de Lisbôa Estudos de cada huma das licitas facultades...*». É depois da iniciativa real comunicada por D. Dinís ao papa directamente, que Nicolao IV alude à cedência das rendas das igrejas: «*e aos Mestres delas, para que mais desembaraçadamente se ocupem no estudo, dizem estar taxado e prometido certo salário por alguns prelados, Abades de Cister, e Piores de S.<sup>to</sup> Agostinho e de S. Bento, e Reitores de algumas igrejas seculares dos reinos de Portugal e dos Algarves*». Já Brandão, na *Monarquia Lusitana*, reparara em que na bula de 1290, alude-se especialmente aos Piores de S.<sup>to</sup> Agostinho e de S. Bento, como oferecendo rendas para os salários do Estudo geral, quando êles se não acham enumerados na lista dos Abades que fizeram a petição em 1288 <sup>1</sup>. Resultou isto de um pedido ulterior, que viera informar o pontifice do acôrdo em que o rei estava com o clero, máo grado as côres negras com que os bispos pugnavam pelas suas jurisdições. Usando da sua autoridade soberana, D. Dinís exerceu a iniciativa da fundação expropriando o Cabido da Sé de Lisbôa do *Campo da Pedreira*, no bairro de Alfama (junto à Porta da Cruz aberta em tempo do rei D. Fernando), onde mandou construir casas para o Estudo geral. Depois do acôrdo com os bispos, o rei teve de indemnizar o Cabido, entregando-lhe o valor correspondente, ao que parece com letigio, porque sômente o veiu a fazer passados mais de dez anos. O papa Nicolao IV concedia aos escolares o fôro eclesiástico, invadindo assim a esfera civil daquelle monarca, que submetia a própria nobreza ao seu fôro real, nos Livros das Linhagens. A exemplo da Universidade de Bolonha, em que o bispo é que conferia os graos, Nicolao IV submete também a Universidade de Lisbôa a essa dependência, destacando o ensino da Teologia para os Dominicanos e Franciscanos. Como o ensino das Escolas menores estava a cargo das Colegiadas, desde logo nasceu o conflito

<sup>1</sup> *Monarq. Lusit.*, part. V, liv. xvi, cap. 67.

entre o mestre-escola da Sé e o bispo àcerca da superintendência da Universidade»<sup>1</sup>.

Não me proponho deslindar algumas inexactidões e equívocos que se notam nesta última transcrição; o que neste momento me interessa é o documento que apresentei aos leitores, desejando chamar as atenções para os dois pontos controversos da história da fundação da Universidade, que acima enunciei, e que fôram já estudados, entre outros, pelos três ilustres escritores mencionados. Sôbre esses dois pontos o nosso documento projecta bastante luz.

\*

¿ A quem pertenceria a iniciativa desta fundação?

A nós, disseram os eclesiásticos que subscreveram a petição, que em 1288 foi dirigida à Santa Sé; a *D. Dinís*, declara expressamente o papa Nicolao IV na bula confirmatória, expedida em 1290.

Ouvem-se agora, decorridos 622 anos, as palavras terminantes e irrecusaveis do neto de Afonso o Sábio, reivindicando para si a honra dessa iniciativa, e apontando os motivos que imperaram no seu ânimo para criar o Estudo, e para o colocar de preferência na cidade de Lisboa. É um testemunho autêntico, concordante com o do pontífice.

Esta conclusão não prejudica em nada a alta benemerência daqueles eclesiásticos, que com seus conselhos e pareceres auxiliaram o rei e cooperaram eficazmente na fundação, e que generosa e espontaneamente cedêram dos rendimentos de seus mosteiros e igrejas quanto bastava para pagar os salários dos mestres e doutores.

Nem venha lançar-se-lhes em rôsto, que elles pretendêram tomar para si uma honra que lhes não pertencia. A carta escrita em Montemor-o-Novo deve ter sido combinada com o rei, que nela é clara e expressamente apontado como fundador, embora os signatarios afirmem que dêles partira a iniciativa. *D. Dinís* não queria nem podia apresentar-se ao pontífice como iniciador do projecto de fundação; isso o obrigaria a vir êle mesmo fazer ao papa o pedido de aprovação, e o rei atravessava então o período agudo das suas dissensões com os bispos, as quais tinham éco retumbante em Roma, onde alguns prelados estavam por essa ocasião fazendo as suas queixas. Era pois inoportuno, anti-diplomático e perigoso, dirigir-se naquele momento ao papa a suplicar favores. O clero que faça o pedido, dando-se como

<sup>1</sup> *Historia da Universidade de Coimbra*, tom. I, pag. 80 e segg.

iniciador do projecto, deve ter dito D. Dinis. E o clero fez realmente o pedido na sua categoria de autor do plano, e por tanto principal empenhado na fundação do futuro Estudo geral; nem para isso teve de fazer violência à verdade, pois que era êle que desde o princípio se interessava particularmente nesse projecto, era êle que doava as rendas necessárias, o que constituía a pedra fundamental da nova instituição.

Naturalmente a carta seria expedida para Roma; mas, se o foi, lá não lhe deram andamento, e ficou dormindo nos arquivos da Santa Sé, ou talvez nêles não chegasse a entrar.

A bula que veio dois anos depois, não é resposta a esta carta, como geralmente se supõe, nem a ela alude directa ou indirectamente. Ha até asserções contraditórias entre um e outro documento, como já notaram alguns escritores, e entre eles o doutor Teófilo Braga. Refere-se o diploma pontificio a informações recebidas, e das suas palavras se deduz que novas solicitações se fizeram, e desta vez por parte do rei (depois de removidos os obstáculos que havia), sendo então despachado o negócio, e vindo a bula pedida.

\*

¿ Quando é que a fundação se realizou?

Também se conclue do diploma agora encontrado, e aqui publicado, que as aulas não começaram logo a funcionar, apenas expedida em 1288 a petição ao papa, como disseram o doutor Mota Veiga e o Visconde de Villa-Maior, e como geralmente se supõe; e muito menos se pode admitir em face dêle, que à data daquela expedição o Estudo geral estivesse já *organizado e funcionando activamente em Lisbôa*, como afirma o doutor Teófilo Braga.

Esta última asserção não tem fundamento de espécie alguma; a primeira é deduzida das expressões da bula de Nicolao IV, *De statu regni Portugaliae*, datada *quinto Idus Augusti, Pontificatus nostri anno tertio* (9 de agosto de 1290), na qual se dá como realmente fundada, e já funcionando, a Universidade de Lisbôa.

Temos porém agora o testemunho competentissimo do próprio D. Dinis declarando no dia 1 de março de 1290, isto é, cinco meses antes da expedição da bula, que, *tendo resolvido ordenar o Estudo geral na cidade de Lisbôa, não só o guarnece com abundância de doutores em todas as artes, mas também o vigoriza com muitos privilégios*. Reporta a deliberação a tempo passado, a realização ao presente. Em 1288 resolvera com o abade, priores e reitores de vários mosteiros e igrejas fundar o Estudo, encarregando-se estes de o dotar

e de pedir a necessária confirmação pontificia; agora porém, que o estado de relações com a Santa Sé era melhor, e que naturalmente informações particulares lhe diziam que o papa estava disposto a conceder prontamente a almejada confirmação, vem enfim de realizar o propósito.

Para funcionarem desde logo as aulas, não era difficil encontrar no reino alguns doutores e mestres, habilitados e graduados pelas grandes Universidades, afamados centros do saber humano naquela epoca; fôram, sem dúvida, estes os contratados para o novo Estudo. Quanto a alunos, alguns appareceriam, e por certo que appareceram immediatamente ali mesmo, em Lisbôa; mas o que convinha era atrair à nova instituição uma frequência abundante, chamar à mais recente das Universidades a juventude portugueza, que até então se sujeitava a grandes incômodos e trabalhos, para ir ao estrangeiro conquistar a sciência e os graus académicos. É com este fim que D. Dinis, ao mesmo tempo que publica oficialmente, no documento de que vimos falando, a fundação da Universidade, faz também um convite amplo e geral, concedendo privilégios extraordinários aos que concorrerem ao Estudo, e prometendo-lhes, em termos claros e decisivos, a real protecção.

\*

O documento pois, ha pouco descoberto e hoje publicado, é um verdadeiro diploma régio, em que solenemente se publica a fundação da Universidade de Lisbôa. Nêle usa o monarca de expressões perfeitamente decretórias, quando se refere à criação do Estudo geral: — *Scientiae... precioso thesouro cupientes Regna nostra ditare, apud Vlixbonensem ciuitatem regiam... Generale Studium duximus ordinandum, quod, non solum copia doctorum in omni Arte munimus, sed etiam multis priuilegiis roboramus.*

Não se dirige ao Estudo, nem à Universidade de mestres e estudantes, porque, embora já houvesse alguns mestres contratados e alunos que começariam a ouvir algumas lições, como ensaio de funcionamento do instituto que se organizava, é certo que, *de direito*, o Estudo apenas agora principiava a ter existência official, a partir do momento da autenticação deste diploma.

Documento de carácter geral, cujo conhecimento interessava a todo o país, deve ter-se multiplicado em vários exemplares autênticos, perfeitamente iguais, que seriam enviados às diversas cidades, aos principaes municípios de Portugal, para em toda a parte constar. Desnecessário se tornava pois o seu registo na respectiva chancelaria, onde realmente não ha vestigio algum de tal diploma.